

Aula 00 - Somente em PDF

*Comércio Internacional p/ Receita
Federal (Auditor Fiscal) 2020.2 -
Pré-Edital*

Autor:

**Equipe Ricardo e Nádia 01, Equipe
Ricardo e Nádia 02, Nádia
Carolina, Ricardo Vale**

27 de Julho de 2020

1- BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS TEORIAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL:	6
1.1- <i>Introdução:.....</i>	<i>6</i>
1.2- <i>Teorias Clássicas do comércio internacional:</i>	<i>8</i>
1.3- <i>Teorema Hecksher-Ohlin:</i>	<i>15</i>
1.4- <i>Novas Teorias do Comércio Internacional:.....</i>	<i>19</i>
2- POLÍTICAS COMERCIAIS:	25
2.1- <i>Aspectos Gerais:.....</i>	<i>25</i>
2.2- <i>O protecionismo no âmbito do sistema multilateral de comércio:</i>	<i>35</i>
2.3- <i>Argumentos Protecionistas não amparados na normativa do sistema multilateral de comércio:</i>	<i>43</i>
2.4- <i>Argumentos a Favor do Liberalismo:</i>	<i>45</i>
2.5- <i>Efeitos Econômicos do Protecionismo:.....</i>	<i>49</i>
3- MODELOS DE INDUSTRIALIZAÇÃO:	53
3.1- <i>Industrialização por Substituição de Importações:.....</i>	<i>53</i>
3.2- <i>Industrialização Orientada para Exportações:</i>	<i>61</i>
3.3- <i>Política Comercial Estratégica:</i>	<i>64</i>
4- BARREIRAS TARIFÁRIAS / BARREIRAS NÃO-TARIFÁRIAS:.....	65
4.1- <i>Barreiras não-tarifárias:</i>	<i>65</i>
4.2- <i>Barreiras Tarifárias / Modalidades de Tarifas:.....</i>	<i>69</i>
QUESTÕES COMENTADAS	74
RESUMO – O QUE VAI CAIR NA PROVA?	87
LISTA DE QUESTÕES Nº 01	90



LISTA DE QUESTÕES Nº 02	102
GABARITO – LISTA DE QUESTÕES Nº 01	109
GABARITO – LISTA DE QUESTÕES Nº 02	112



Olá, pessoal, tudo bem?

No final de 2018, tivemos a notícia de que **a ESAF não irá mais organizar o concurso da Receita Federal**. Foi uma surpresa enorme para todos aqueles envolvidos no “mundo dos concursos”. A ESAF era uma banca muito tradicional e, há mais de duas décadas, sempre foi a responsável pela organização desse certame.

Não sabemos ao certo quando será o próximo concurso da Receita Federal. Ninguém sabe! De todo modo, uma coisa é certa: para que você esteja bem preparado, é fundamental começar os estudos o quanto antes.

É por isso que começamos hoje o curso de **Comércio Internacional p/ AFRFB (2020)**. Assim como o nosso último curso, esse será um curso 2 em 1: além das aulas em PDF, os alunos terão acesso a **videoaulas gratuitas** de **todo o conteúdo de Comércio Internacional**. Você pode escolher por qual dos dois materiais prefere estudar ou, quem sabe, estudar pelos dois.

Antes de mais nada, deixem que eu me apresente!

Meu nome é Ricardo Vale e sou coordenador e professor do Estratégia Concursos, nas disciplinas de **Comércio Internacional e Legislação Aduaneira**. Sou autor do livro “*Comércio Internacional - Questões Comentadas*”, publicado pela Editora Método. De 2009 a 2013, fui **Analista de Comércio Exterior**, do MDIC, concurso no qual fui aprovado em 3º lugar.

Como sempre gosto de enfatizar aos meus alunos, Comércio Internacional é uma disciplina **fundamental** para seus estudos, mas muita gente acaba deixando para estudá-la depois que sai o edital. Esse é um erro muito grande!

São vários os motivos da importância dessa disciplina. Em primeiro lugar, está **diretamente relacionada** ao dia-a-dia do Auditor-Fiscal da RFB que exerce suas atribuições na Aduana. Em segundo lugar, porque o **edital dessa disciplina é gigante**. Por fim, o que considero mais importante: com a cobrança de **provas discursivas a partir de 2009**, saber Comércio Internacional tornou-se um grande diferencial.

Na prova de AFRFB 2009, a prova discursiva de Comércio Internacional simplesmente “destruiu” os candidatos. Em 2012, por sua vez, tivemos uma questão difícilíssima de Legislação Aduaneira, matéria intimamente relacionada ao Comércio Internacional. Em 2014, novamente, tivemos uma questão discursiva de Legislação Aduaneira.

Como sempre gosto de dizer, estudar a matéria para saber marcar “X” em uma prova objetiva, é algo simples! Saber a matéria para **resolver uma prova discursiva**, é algo bem diferente! Portanto, meu amigo, vamos estudar com tudo o “Comércio Internacional”!

Ao longo do curso, resolveremos **inúmeras questões de concursos anteriores**. Mesmo com o “fim da ESAF”, a essência do nosso curso será direcionada para essa banca examinadora, uma vez que as



outras bancas não têm muitas questões relevantes de Comércio Internacional. Sempre que for possível, entretanto, utilizarei questões de outras bancas.

Sobre as questões de nosso curso, gostaria de dizer que seguiremos a seguinte metodologia:

- 1) Logo após expor cada assunto, apresentarei algumas questões a ele relacionadas para que vocês as julguem em **“Certo”** ou **“Errado”**. O objetivo é valorizar cada enunciado.
- 2) Ao final da aula, trarei **novas questões**, com alternativas de “A” a “E”.

Não vou mentir, meus amigos. O nosso curso será bem grande! Não fiquem com preguiça! Vamos nos preparar o melhor possível para enfrentar qualquer banca examinadora! Para isso, seguiremos a filosofia do pensador Sun Tzu:

“Se você conhece o inimigo e conhece a si mesmo, não precisa temer o resultado de cem batalhas. Se você se conhece, mas não conhece o inimigo, para cada vitória ganha sofrerá também uma derrota. Se você não conhece nem o inimigo nem a si mesmo, perderá todas as batalhas.”

O conteúdo de Comércio Internacional é muito dinâmico e se desatualiza rapidamente. Por isso, tenha cuidado ao utilizar materiais de anos anteriores. É claro que a essência continua sendo a mesma, mas vários detalhes vão sendo modificados... Esse é justamente um **diferencial** do nosso curso. Ao adquiri-lo, você terá a garantia de que as informações estão atualizadas. Além disso, o curso foi **adequado exatamente** ao edital de Auditor Fiscal da RFB.

Amigos, minha missão é **auxiliá-los a gabaritar a prova de Comércio Internacional**. Posso garantir-lhes: farei de tudo para cumpri-la!

Posso contar com sua ajuda e esforço nessa caminhada? ☺ Então, vamos em frente!

Para cumprir nosso objetivo, seguiremos o seguinte cronograma:

Aula 00 - 1. Políticas comerciais. Protecionismo e livre cambismo. Políticas comerciais estratégicas. 1.1. Comércio internacional e desenvolvimento econômico. 1.2. Barreiras tarifárias. 1.2.1 Modalidades de Tarifas. 1.3. Formas de protecionismo não tarifário.

Aula 01 - 2. A Organização Mundial do Comércio (OMC): textos legais, estrutura, funcionamento. 2.1. O Acordo Geral Sobre Tarifas e Comércio (GATT-1994); princípios básicos e objetivos. 2.2. O Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS). Princípios básicos, objetivos e alcance.

Aula 02 - 3. Sistemas preferenciais. 3.1. O Sistema Geral de Preferências (SGP). 3.2. O Sistema Global de Preferências Comerciais (SGPC).



Aula 03 - 4. Integração comercial: zona de preferências tarifárias; área de livre comércio; união aduaneira. 4.1 Acordos regionais de comércio e a Organização Mundial de Comércio (OMC): o Artigo 24º do GATT; a Cláusula de Habilitação. 4.2. Integração comercial nas Américas: ALALC, ALADI, MERCOSUL, Comunidade Andina de Nações; o Acordo de Livre Comércio da América do Norte; CARICOM.

Aula 04 - 5. MERCOSUL. Objetivos e estágio atual de integração. 5.1. Estrutura institucional e sistema decisório. 5.2. Tarifa externa comum: aplicação; principais exceções. 5.3. Regras de origem.

Aula 05 - 6. Práticas desleais de comércio. 6.1. Defesa comercial. Medidas Antidumping, medidas compensatórias e salvaguardas comerciais.

Aula 06 - 7. Sistema administrativo e instituições intervenientes no comércio exterior no Brasil. 7.1. A Câmara de Comércio Exterior (CAMEX). 7.2. Receita Federal do Brasil. 7.3 Secretaria de Comércio Exterior (SECEX). 7.4. O Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX). 7.5. Banco Central do Brasil (BACEN). 7.6. Ministério das Relações Exteriores (MRE).

Aula 07 - 9. Contratos de Comércio Internacional. 9.1. A Convenção das Nações Unidas sobre Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias. 12. Termos Internacionais de Comércio (INCOTERMS 2010).

Aula 08 - 8. Classificação aduaneira. 8.1. Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias (SH). 8.2. Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM).

Aula 09 - 13. Regimes aduaneiros. (Parte 01)

Aula 10- 13. Regimes aduaneiros. (Parte 02). 10. Exportações. 10.1 Incentivos fiscais às exportações. 11. Importações. 11.1. Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico. Combustíveis: fato gerador, incidência e base de cálculo.

Aula 11- Simulado Final

Um abraço,

Ricardo Vale

“O segredo do sucesso é a constância no objetivo!”



1- BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS TEORIAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL:

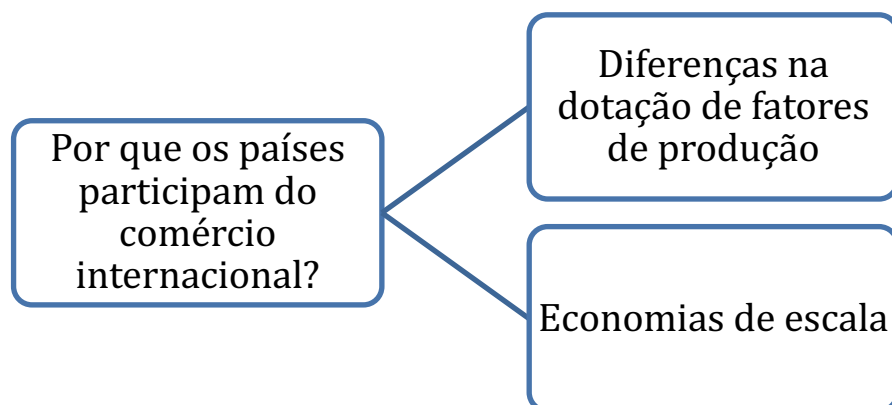
1.1- INTRODUÇÃO:

O comércio internacional compreende toda a **circulação de bens e serviços** entre as fronteiras dos países, abrangendo as operações de compra e venda, aluguel, *leasing*, doação, financiamento e consignação, dentre outras. Em suma, não importa a natureza da operação realizada; se ela envolver circulação de mercadorias e serviços entre países, poderemos considerá-la dentro do escopo do comércio internacional.

Dessa forma, dá-se o nome de comércio internacional ao conjunto global de relações comerciais estabelecidas pelos países entre si, por meio das quais estes buscam satisfazer suas necessidades. Mas, afinal, qual o fundamento da existência do comércio internacional? O que motiva os países a realizarem as trocas internacionais?

As teorias do comércio internacional buscam explicar o fundamento das trocas internacionais, determinando o porquê de os países comercializarem bens e serviços entre si. Ao mesmo tempo em que fundamentam a origem do comércio internacional, elas também explicam as vantagens do livre comércio e seus efeitos econômicos.

Segundo Paul Krugman¹, **os países participam do comércio internacional por dois motivos básicos**. Em primeiro lugar, em razão dos benefícios decorrentes das diferenças entre eles, o que lhes permite se **especializarem** na produção daquilo que fazem melhor em relação aos outros. Em segundo lugar, porque a especialização leva a **economias de escala**, isto é, ao se especializarem, os países produzem numa escala maior e de maneira mais eficiente do que se produzissem eles mesmos todos os bens de que necessitam.



¹ KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional: teoria e política**. 8ª edição, São Paulo: Pearson Prentice Hall. 2010



Com efeito, é muito difícil imaginar o mundo de hoje sem o fenômeno do comércio internacional. A globalização e a interdependência entre os países se aprofundaram destacadamente na segunda metade do século XX, gerando um mercado global e intensificando as relações econômicas internacionais. Os Estados estão cada vez mais ligados economicamente, por meio de elevado fluxo comercial de bens e serviços e movimentos internacionais de capitais. As empresas transnacionais ganham cada vez maior destaque, com a intensificação do fenômeno da internacionalização da produção.

Nesse cenário globalizado, os governos buscam solucionar o dilema entre liberalizar o comércio ou proteger a indústria nacional, o que tem se tornado a tarefa mais importante (e mais árdua) dos formuladores das políticas de comércio exterior. Sabendo que as relações econômicas internacionais influenciam decisivamente no desenvolvimento e crescimento dos Estados, os governos se deparam diariamente com a dúvida a respeito de qual **nível de liberalização comercial** devem permitir.

Essa é uma questão muito difícil de ser resolvida, ainda mais por tratar de interesses antagônicos: de um lado, a indústria nacional deseja receber proteção; do outro, os consumidores querem comprar produtos mais baratos. Para Krugman², os **conflitos de interesses dentro das nações** impactam mais a determinação da política comercial do que os conflitos de interesses entre as nações. Assim, nem sempre a análise de custo-benefício feita pelos economistas é colocada em prática. Ao contrário, a política comercial é, muitas vezes, conduzida ao arrepio de considerações econômicas, com foco na proteção a setores com maior capacidade de fazer seu *lobby* junto ao governo.

Compreender quem ganha e quem perde (e o quanto ganham e quanto perdem) com as ações governamentais em matéria de política comercial é uma das grandes missões da economia internacional. Para que se possa discutir os efeitos econômicos do comércio e assessorar corretamente os governos na formulação de políticas comerciais, faz-se necessário, todavia, compreender corretamente o padrão do comércio³ – o que nos é explicado pelas teorias do comércio internacional.

Em seguida, teceremos alguns comentários sobre as **principais teorias do comércio internacional**. Embora esse assunto não esteja explícito no edital, ele é **pré-requisito** para entendermos corretamente o fenômeno das trocas internacionais.

² KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional: teoria e política**. 8ª edição, São Paulo: Pearson Prentice Hall. 2010

³ Entenda-se padrão do comércio como a explicação dos fatores que determinam a existência do comércio internacional.



1.2- TEORIAS CLÁSSICAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL:

A ciência econômica tem suas origens no estudo do comércio internacional, sendo este considerado, desde os primórdios, um fator de desequilíbrio no concerto das nações, permitindo que alguns Estados se colocassem na vanguarda do processo de desenvolvimento.

No século XV, tem início na Europa o expansionismo marítimo, por meio do qual os Estados buscavam encontrar novos mercados consumidores e fornecedores de matérias-primas e metais preciosos. O antigo sistema feudal descentralizado dava, então, lugar aos Estados modernos, em que a decisão política estava centralizada nas mãos do soberano. No contexto das Grandes Navegações e centralização do poder político, **os Estados implementaram a política econômica do mercantilismo** e a burguesia emergiu como classe social de destacada importância no período.

Mais à frente, estudaremos com mais detalhes sobre o mercantilismo. Por ora, basta sabermos que, sob a égide desse sistema econômico, o Estado era eminentemente intervencionista. No que diz respeito ao comércio internacional, o mercantilismo pregava a **acumulação da maior quantidade possível de ouro e prata** e **superávits na balança comercial** (exportações superiores às importações).

No final do século XVIII, a concepção mercantilista de riqueza começou, todavia, a ser **contestada pelo pensamento liberal**, que consagrava outro papel aos Estados. David Hume publica em 1758 seu ensaio “Da Balança Comercial” e Adam Smith publica em 1776 “A Riqueza das Nações”. Eram os primeiros passos da filosofia liberal, que fundamentava a existência do comércio internacional.

1.2.1- Teoria das Vantagens Absolutas:

No ano de 1776, Adam Smith publica a sua obra-prima “*Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*”, também chamada simplesmente de “*A riqueza das nações*”. Em sua tese, Smith advoga que **a fonte da riqueza é o trabalho**, contrariando a ideia mercantilista que atribuía esse papel à quantidade de metais preciosos existente no território de um país.

Segundo Adam Smith, o Estado deveria abster-se de intervir na economia, deixando que os mercados se autorregulassem. Adam Smith pregava, assim, a existência da “**mão invisível**” do mercado. Para ele, cada indivíduo, ao tentar satisfazer seu próprio interesse, promove de uma forma mais eficaz o interesse da sociedade do que quando realmente o pretende fazer. Apesar de cada indivíduo agir egoisticamente em prol de si mesmo, a sociedade como um todo sai beneficiada. Existe uma frase que sintetiza muito bem as ideias de Adam Smith:

“Não é da benevolência do padeiro, do açougueiro ou do cervejeiro que eu espero que saia o meu jantar, mas sim do empenho deles em promover seu ‘auto-interesse’”.



Realmente, as ideias de Adam Smith têm uma lógica muito interessante. Eu não sei cozinhar nem fabricar cervejas, mas consigo escrever alguma coisa de Comércio Internacional. Então, acho melhor eu continuar dando aulas! Essa é a ideia básica. Cada um deve fazer aquilo em que for melhor.

De acordo com Adam Smith, o Estado não deveria intervir na economia, a não ser para **impedir a existência de monopólios**, ou em **atividades que, embora não despertem interesse da iniciativa privada, sejam fundamentais**. Jaime de Mariz Maia⁴, seguindo essa mesma linha de pensamento, afirma que a filosofia liberal limitava a participação dos Estados às atividades de preservação da justiça, defesa nacional e complementação da iniciativa privada (realização de empreendimentos para os quais há desinteresse da iniciativa particular).

No campo do comércio internacional, as ideias de Adam Smith deram fundamento à **divisão internacional da produção**. Cada país se especializaria na produção de bens em que possuísse **maior eficiência**, isto é, em bens que pudesse produzir a um custo menor. O excedente de produção (aquilo que excede a capacidade de consumo interno) deveria ser objeto de trocas comerciais com outros países. Essa era a **Teoria das Vantagens Absolutas**, segundo a qual o comércio internacional resultante da divisão da produção possibilita diminuição de custos e aumento do bem-estar à sociedade como um todo.

Vejamos um exemplo bem clássico!

Imagine dois países (Brasil e Inglaterra). No Brasil, um trabalhador consegue produzir **2 sapatos / hora** ou **5 bolsas / hora**. Na Inglaterra, um trabalhador consegue produzir **5 sapatos / hora** ou **2 bolsas / hora**. Olhando os números, percebe-se que o Brasil é mais eficiente na produção de bolsas, ao passo que a Inglaterra é mais eficiente na produção de sapatos. Assim, segundo Adam Smith, o Brasil deve se especializar na produção de bolsas enquanto a Inglaterra se especializa na produção de sapatos.

Se cada país se especializar na produção de um bem, teremos, ao final de 4 horas de trabalho:

- No Brasil: 5 bolsas / h x 4 h = **20 bolsas**
- Na Inglaterra: 5 sapatos / h x 4h = **20 sapatos**
- A sociedade como um todo produz **20 bolsas** e **20 sapatos**

Se ninguém se especializasse em nada e cada país trabalhasse 2 horas na produção de sapatos e 2 horas na produção de bolsas, teríamos:

- No Brasil: 5 bolsas / h x 2 h = **10 bolsas** - 2 sapatos / h x 2 h = **4 sapatos**
- Na Inglaterra: 2 bolsas / h x 2 h = **4 bolsas** - 5 sapatos / h x 2 h = **10 sapatos**
- A sociedade como um todo produz **14 bolsas** e **14 sapatos**

⁴ MAIA, Jaime de Mariz. **Economia Internacional e Comércio Exterior**. São Paulo: Atlas, 2008.

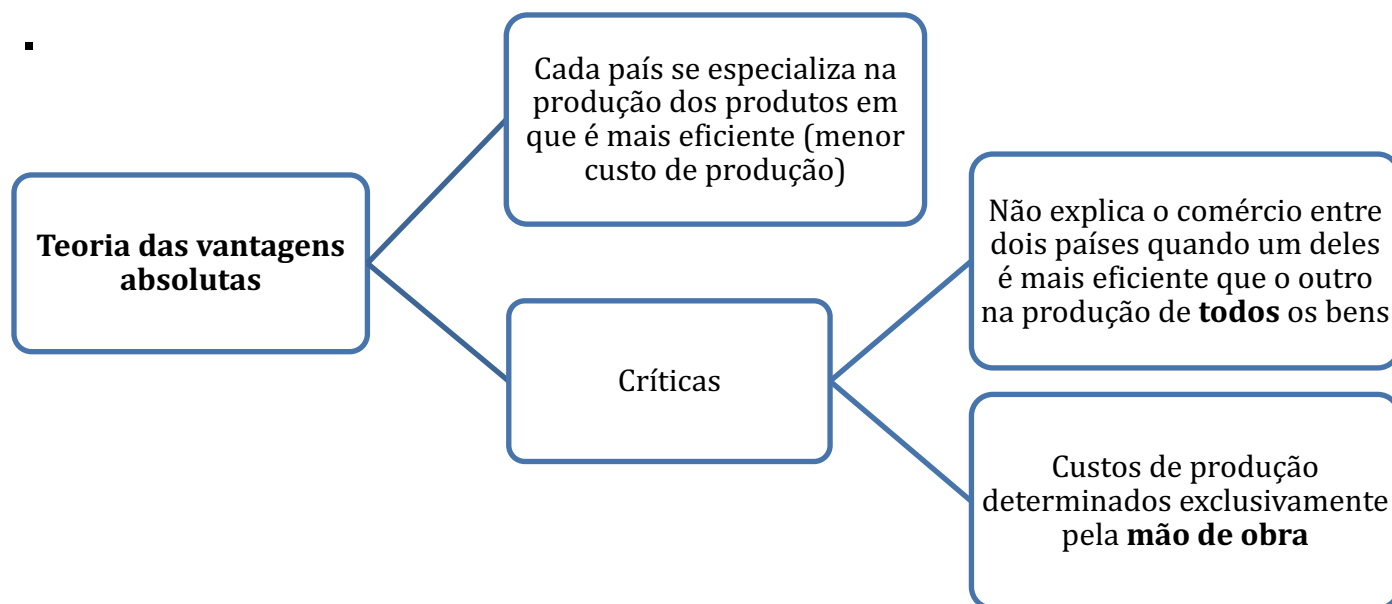


Comparando as duas situações, percebe-se que é melhor para a sociedade como um todo que cada país se especialize na produção de um bem, o que referenda a tese de Adam Smith. A Teoria das Vantagens Absolutas apresenta, portanto, uma alternativa para potencializar a produtividade da economia como um todo e trazer aumento de bem-estar à sociedade.

Recapitulando: pela Teoria das Vantagens Absolutas, cada país deve se **especializar na produção de bens em que seja mais eficiente**. E como eu sei que um país é mais eficiente que o outro na produção de um determinado produto? Pela Teoria das Vantagens Absolutas, um país será mais eficiente na produção de um bem quando conseguir produzi-lo a um **custo inferior**. E o custo de produção de um bem será inferior quando for possível empregar na fabricação deste a **menor quantidade de trabalho possível**.

A Teoria das Vantagens Absolutas **não era suficiente**, entretanto, para explicar o comércio entre dois países quando um deles fosse, comparado ao outro, **mais eficiente na produção de todos os bens**. A solução a esse questionamento foi dada pela **Teoria das Vantagens Comparativas**, que estudaremos no próximo tópico.

Outra crítica à teoria das Vantagens Absolutas é a de que Adam Smith considerou que os **custos dos produtos eram determinados exclusivamente pela mão-de-obra** utilizada em sua produção. Na verdade, outros fatores entram na composição de custos de um produto, como a disponibilidade de matéria-prima e de capital.



1. (AFRF-2000)

A Teoria das Vantagens Absolutas afirma em quais condições determinado produto ou serviço poderia ser oferecido com custo de oportunidade maior que o do concorrente.

Comentários

A Teoria das Vantagens Absolutas afirma que os países devem se especializar na produção daquilo em que forem mais eficientes. A forma de se medir essa eficiência é pelo custo de produção. Logo, cada país deve se especializar na produção dos produtos que tenham menor custo de produção. O custo de oportunidade não tem qualquer relação com a Teoria das Vantagens Absolutas.

Gabarito: errado

2. (AFRF-2000-adaptada)

O grande mérito de Adam Smith foi mostrar que o comércio seria proveitoso para dois países, mesmo que um deles tivesse vantagem absoluta sobre o outro na produção de todas as mercadorias.

Comentários

Pela Teoria das Vantagens Absolutas, o comércio internacional não seria proveitoso para dois países se um deles fosse mais eficiente que o outro na produção de todos os bens. Foi a Teoria das Vantagens Comparativas a grande responsável por demonstrar que, mesmo nessa situação, o comércio internacional seria benéfico. Falaremos, a seguir, sobre a Teoria das Vantagens Comparativas.

Gabarito: errado

1.2.2- Teoria das Vantagens Comparativas:

A Teoria das Vantagens Comparativas, também chamada de Teoria dos Custos Comparados, foi elaborada por David Ricardo. Ela tem como objetivo principal explicar que o comércio internacional será possível mesmo quando **um país for mais eficiente na produção de todos os bens**. Em outras palavras, o comércio internacional existirá **ainda que um país possua vantagens absolutas** na produção de todos os bens considerados.

Para David Ricardo, o comércio internacional não seria determinado pelas vantagens absolutas, mas sim pelas vantagens comparativas.

Mas qual seria o conceito de vantagem comparativa?



Vejamos a situação abaixo!

Imaginemos 2 países (Brasil e Inglaterra). No Brasil, um trabalhador consegue produzir **1 sapato / hora** ou **4 bolsas / hora**. Na Inglaterra, um trabalhador consegue produzir **5 sapatos / hora** ou **6 bolsas / hora**. Se fôssemos levar em consideração a **Teoria das Vantagens Absolutas**, não haveria comércio entre os dois países, já que o Brasil não é mais eficiente que a Inglaterra na produção de nenhum dos produtos.

Todavia, segundo a Teoria das Vantagens Comparativas, o comércio internacional traz benefícios mesmo diante desse tipo de situação. Embora seja mais eficiente que o Brasil tanto na produção de sapatos quanto na produção de bolsas, a Inglaterra é **relativamente mais eficiente** na produção de sapatos. Para produzir bolsas, o Brasil até que chega perto da Inglaterra... Mas o Brasil não é um produtor muito bom de sapatos. Conclusão: as vantagens comparativas não se baseiam na eficiência de um país, mas sim na **deficiência** deste na produção de um bem.

No modelo ricardiano, os custos de produção estão baseados unicamente na **produtividade do trabalho**. Assim, os países se especializarão na produção de bens que o seu trabalho produz de forma **relativamente eficiente** e importarão bens que seu trabalho produz de forma comparativamente ineficiente.⁵

Segundo Paul Krugman⁶, o modelo das vantagens comparativas faz projeções equivocadas em vários aspectos:

- 1) O modelo das vantagens comparativas prevê um grau de especialização muito elevado, que não existe na prática.
- 2) O modelo ricardiano considera que o comércio internacional não produz efeitos indiretos sobre a distribuição de renda no interior dos países. Todavia, os efeitos práticos do comércio internacional sobre a renda são bastante fortes.
- 3) O modelo ricardiano **não reconhece** que uma das causas do comércio internacional são as diferenças entre as **dotações de recursos** entre os países. Tal constatação só aparece com o Teorema Heckscher-Ohlin, conforme a seguir.
- 4) O modelo das vantagens comparativas não leva em conta que uma das causas do comércio são as **economias de escala**.

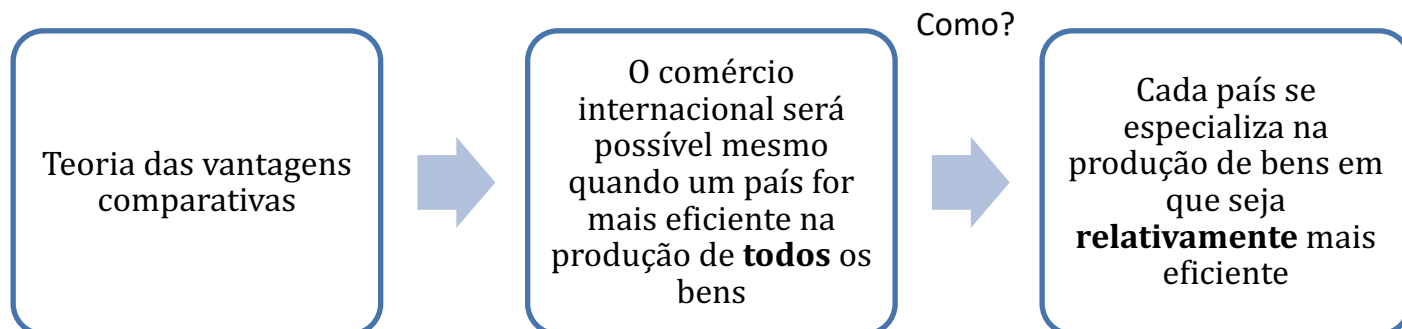
Ainda que o modelo ricardiano não seja o retrato mais fiel da realidade, seus principais pressupostos têm sido confirmados por meio de evidências empíricas. Com efeito, o que determina a

⁵ KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional: teoria e política**. 8ª edição, São Paulo: Pearson Prentice Hall. 2010

⁶ KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional: teoria e política**. 8ª edição, São Paulo: Pearson Prentice Hall. 2010



especialização de um país na produção de um bem são as **vantagens comparativas** e não as vantagens absolutas.



3. (AFRF-2002.2- adaptada)

Segundo a teoria clássica do comércio internacional, na concepção de David Ricardo, o comércio entre dois países é mutuamente benéfico quando cada país especializa-se na produção de bens nos quais possa empregar a menor quantidade de trabalho possível, independentemente das condições de produção e do preço dos mesmos bens no outro país, o que permitirá a ambos auferir maiores lucros com a exportação do que com a venda daqueles bens nos respectivos mercados internos.

Comentários

A Teoria das Vantagens Absolutas é que determina que cada país irá se especializar na produção de bens nos quais possa empregar a menor quantidade de trabalho possível. Pela Teoria das Vantagens Relativas, cada país se especializa na produção de bens cujo custo de produção seja relativamente inferior. Ademais, ao contrário do que diz a assertiva, a especialização depende dos preços dos produtos no mercado internacional. Afinal de contas, um país não vai querer se especializar na produção de um bem que seja desvalorizado em âmbito mundial.

Gabarito: errado

4. (ACE-2008)

De acordo com o modelo ricardiano, as vantagens comparativas, baseadas em diferenças nos custos de produção, na demanda e na presença de economias de escala, justificam a existência



do livre comércio entre países e se traduzem em ganhos adicionais para consumidores e produtores domésticos.

Comentários

As diferenças entre as demandas pelos produtos, bem como a presença de economias de escala não são levadas em consideração pelo modelo ricardiano.

Gabarito: errado

5. (ACE-2002-adaptada)

Ao se considerar a eficiência produtiva dos países “A” e “B”, para que o país “A” aproveite os ganhos de vantagem comparativa ao produzir um bem ou serviço específico, ele precisa possuir vantagem absoluta na produção do mesmo bem em relação a “B”.

Comentários

O examinador fez uma grande mistura entre a Teoria das Vantagens Absolutas e a Teoria das Vantagens Comparativas.

Gabarito: errado

6. (AFRF-2000-adaptada)

O grande mérito de Adam Smith foi mostrar que o comércio seria proveitoso para dois países, mesmo que um deles tivesse vantagem absoluta sobre o outro na produção de todas as mercadorias.

Comentários

A Teoria das Vantagens Absolutas de Adam Smith não explica o comércio entre dois países quando um deles é mais eficiente que o outro na produção de todos os bens. Foi David Ricardo, com a Teoria das Vantagens Comparativas, que mostrou que o comércio seria proveitoso para dois países, ainda que um deles possuísse vantagem absoluta na produção de todas as mercadorias.

Gabarito: errado

7. (Questão Inédita)

Cada país especializa-se na produção dos bens em que possua vantagem relativa, importando do outro aqueles bens para os quais o custo de oportunidade de produção interna seja relativamente menor.

Comentários



Pela Teoria das Vantagens Comparativas, um país irá se especializar na produção de bens em que possua vantagem relativa, importando do outro aqueles bens em que possua maior custo de oportunidade.

Gabarito: errado

1.3-TEOREMA HECKSHER-OHLIN:

O Teorema Hecksher-Ohlin leva o nome de dois economistas suecos (Eli Hecksher e Bertil Ohlin), os quais buscaram explicar a causa do comércio internacional. Afinal de contas, por que os países comercializam entre si? Por que existe o comércio internacional?

Se nos lembrarmos da Teoria das Vantagens Absolutas e da Teoria das Vantagens Comparativas, verificaremos que a produtividade do trabalho era o fator que diferenciava os países. O único fator de produção considerado por essas teorias era, justamente, o trabalho.

Ocorre que as trocas internacionais não podem ser explicadas exclusivamente por diferenças na produtividade do trabalho. Ao contrário, há vários outros fatores de produção envolvidos. Segundo Krugman⁷, *“uma visão realista do comércio deve levar em conta não apenas a importância do trabalho, mas também de outros fatores de produção, como terra, capital e recursos minerais.”*

Imaginemos, por exemplo, o comércio entre Brasil e Alemanha. O Brasil se especializa na produção de soja, enquanto a Alemanha se especializa na produção de bens de alta tecnologia. Assim, o Brasil exporta soja para a Alemanha, importando bens de alta tecnologia. Aí é que está a grande questão respondida pelo Teorema Hecksher-Ohlin! Por que o Brasil se especializou na produção de soja e a Alemanha se especializou na produção de bens de alta tecnologia?

O Brasil se especializou na produção de soja porque, em seu território, há abundância do fator de produção terra. E soja é um produto intensivo em terra! Por sua vez, a Alemanha se especializou na produção de bens de alta tecnologia porque possui abundância do fator de produção capital. E os bens de alta tecnologia são intensivos em capital.

Segundo o Teorema Hecksher-Ohlin, os **países se especializam na produção de bens intensivos no fator de produção abundante em seu território**. Dessa forma, se um país possui abundância do fator de produção terra, ele irá se especializar na produção e exportação de bens que sejam intensivos em terra. Do mesmo modo, se um país possui abundância do fator de produção capital, ele se especializará na produção e exportação de bens intensivos em capital.

O Teorema Hecksher-Ohlin não nega a Teoria das Vantagens Comparativas, mas sim a complementa, explicando o porquê cada país possui vantagem na produção de determinado bem. Com efeito, o

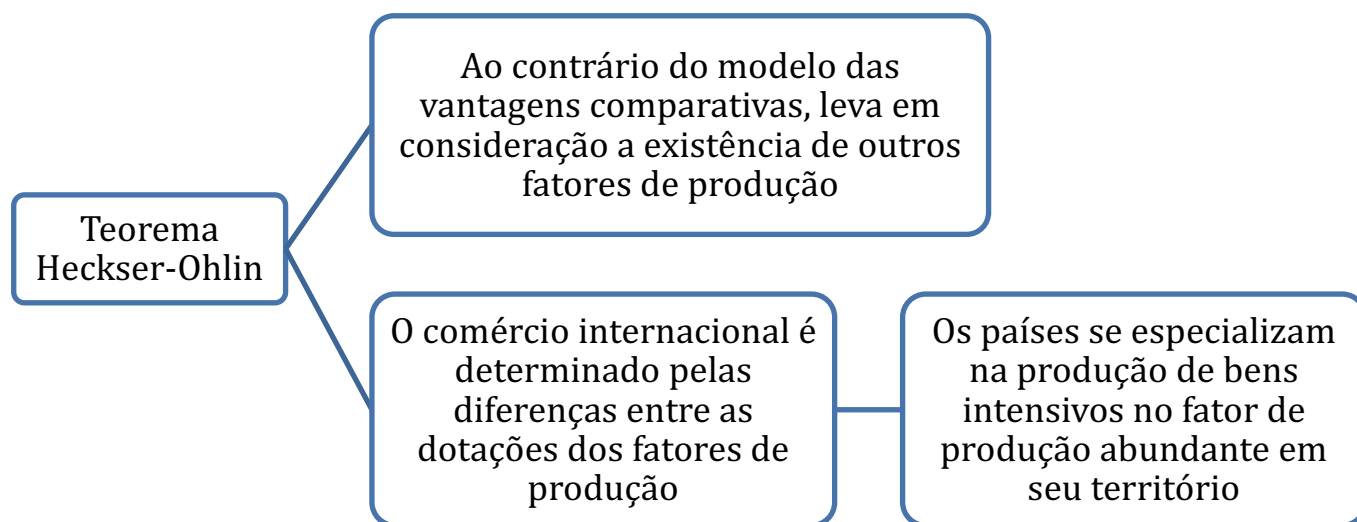
⁷ KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional: teoria e política**. 8ª edição, São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010



fator determinante da especialização é a **dotação de fatores de produção**. Daí esse teorema ser também conhecido como “Teoria da Proporção dos Fatores”.

O modelo ricardiano levava em consideração um único fator de produção: o trabalho. Já pelo modelo de Hecksher-Ohlin são levados em consideração todos os fatores de produção. Pode-se dizer que, nesse modelo, as **vantagens comparativas são determinadas pela abundância dos fatores de produção**. Cabe enfatizar que estamos aqui falando em **abundância relativa (oferta relativa)** de fatores de produção. Nesse sentido, haverá comércio entre dois países mesmo que um deles tenha maior dotação absoluta que o outro em todos os fatores de produção.

O comércio internacional é, assim, decorrente das diferentes dotações dos fatores de produção entre os países. Em outras palavras, o comércio internacional somente existe em função de os países possuírem diferentes dotações de terra, capital e produtividade da mão-de-obra. Ao comercializarem seus produtos, é como se os países estivessem comercializando fatores de produção. Cabe destacar que no modelo Hecksher-Ohlin considera-se que as tecnologias dos países são as mesmas, somente variando a dotação dos fatores de produção.⁸ Destaque-se que dizer que as tecnologias dos países são as mesmas significa assumir que a **tecnologia é uma constante** nesse modelo.



HORA DE
PRATICAR!

8. (Instituto Rio Branco – 2013)

⁸ A tecnologia molda os fatores de produção, combinando-os de forma mais ou menos eficiente para a fabricação de um bem.



As teorias clássicas do comércio internacional baseiam-se na produtividade relativa da mão de obra, e a teoria neoclássica do comércio internacional, na diferença relativa de dotação dos fatores de produção.

Comentários:

A Teoria das Vantagens Absolutas e a Teorias das Vantagens Comparativas são as chamadas “teorias clássicas” e estão baseadas na produtividade do trabalho. O Teorema Hecksher Ohlin, considerado uma “teoria neoclássica”, explica que o comércio internacional é resultado da diferença relativa de dotação dos fatores de produção. Questão correta.

9. (ACE-2012)

De acordo com o modelo de David Ricardo, o padrão de especialização produtiva de um país e, por consequência, a composição de sua pauta exportadora está diretamente relacionada às dotação dos fatores de produção.

Comentários

O modelo ricardiano considera a existência de apenas um fator de produção: a produtividade da mão-de-obra. O modelo que explica o comércio internacional a partir das diferenças nas dotações de fatores de produtos é o teorema Hecksher-Ohlin.

Gabarito: errado

10. (ACE-2012)

O modelo Hecksher-Ohlin preconiza que um país produzirá e exportará aqueles produtos cujos fatores produtivos sejam aproveitados mais eficientemente, independentemente de sua oferta internamente.

Comentários

Segundo o modelo Hecksher-Ohlin, um país irá produzir e exportar os produtos que sejam intensivos no fator de produção relativamente abundante em seu território. Nesse sentido, a oferta interna do fator de produção é determinante para explicar o padrão do comércio.

Gabarito: errado

11. (AFRF-2002.2- adaptada)

De acordo com a moderna teoria do comércio internacional, segundo o modelo Hecksher-Ohlin, a produtividade da mão-de-obra determina os padrões de especialização e as possibilidades de comércio entre os países.



Comentários

Segundo o modelo de Hecksher-Ohlin, o padrão de especialização é determinado pela dotação dos fatores de produção. O modelo ricardiano é que estabelece que a especialização decorre da produtividade da mão-de-obra.

Gabarito: errado

12. (Questão Inédita)-

O Teorema Heckscher-Ohlin atribui o comércio internacional à diferença de produtividade entre os países, o que é resultado da diferença de tecnologias entre cada um deles.

Comentários

No modelo Heckscher-Ohlin, a tecnologia é assumida constante, sendo o comércio internacional decorrente da diferença entre os países no que diz respeito à dotação dos fatores de produção.

Gabarito: errado

13. (Questão Inédita)

Segundo o Teorema Hecksher-Ohlin, o comércio entre dois países não será possível quando um país possuir uma dotação superior à de outro país em todos os fatores de produção considerados.

Comentários

Pelo teorema Hecksher-Ohlin, o comércio internacional será possível mesmo quando um país possuir dotação superior à de outro país em todos os fatores de produção considerados. Isso porque o que deve ser analisado são as *dotações relativas* dos fatores de produção. Lembre-se de que o Teorema Hecksher-Ohlin não nega a Teoria das Vantagens Comparativas!

Gabarito: errado

14. (ACE-2012)

O modelo Hecksher-Ohlin permite demonstrar como a oferta relativa de fatores de produção e o emprego dos mesmos em diferentes intensidades na produção explicam os padrões de especialização e as possibilidades do comércio internacional.

Comentários

No modelo Hecksher-Ohlin, o que determina a especialização é a **abundância relativa dos fatores de produção em um país**, ou seja, é a oferta relativa de fatores de produção. Os



países se especializam na produção de **bens intensivos** no fator de produção relativamente abundante no país.

Gabarito: certo

1.4-NOVAS TEORIAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL:

No modelo Heckscher-Ohlin, o que determinava a existência do comércio internacional eram as diferenças entre as dotações de fatores de produção dos países. Nesse sentido, caso dois países possuíssem **estruturas produtivas semelhantes**, não haveria comércio entre eles. Entretanto, alguns economistas refutaram essa ideia ao descobrir que uma grande parte do fluxo comercial era justamente entre países com estruturas produtivas semelhantes.

Segundo Paul Krugman⁹, as **economias de escala permitem que exista comércio entre dois países mesmo que estes possuam idênticas dotações de fatores de produção**. Cabe destacar que as economias de escala têm um papel determinante para o comércio internacional, na medida em que a maioria dos setores produtivos se caracteriza por possuí-las.

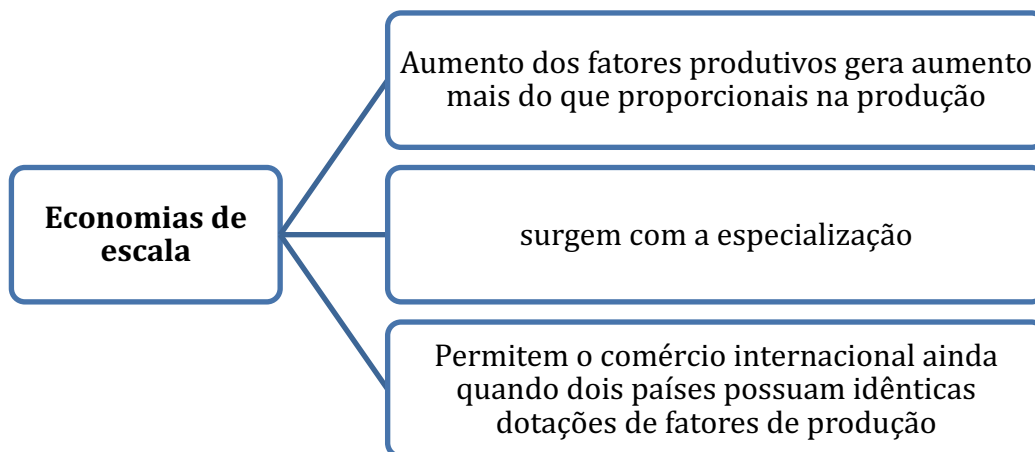
Mas o que são as economias de escala?

As economias de escala, também chamadas de ganhos de escala, ocorrem quando o aumento dos fatores produtivos (trabalho, capital) empregados na fabricação de um bem leva a um aumento mais do que proporcional da produção. Há economias de escala, por exemplo, quando os fatores de produção são duplicados e a produção mais do que dobra. Podemos dizer que, diante de economias de escala, o custo de se produzir o próximo produto (custo marginal) é cada vez menor.

As economias de escala **surtem com a especialização**. Cada país, ao produzir um número restrito de bens, terá condições de fazê-lo de maneira bem mais eficiente do que se tentasse produzir tudo. A grande questão é que essas economias de escala levam, na maioria das vezes, a estruturas de mercado distintas da concorrência perfeita.

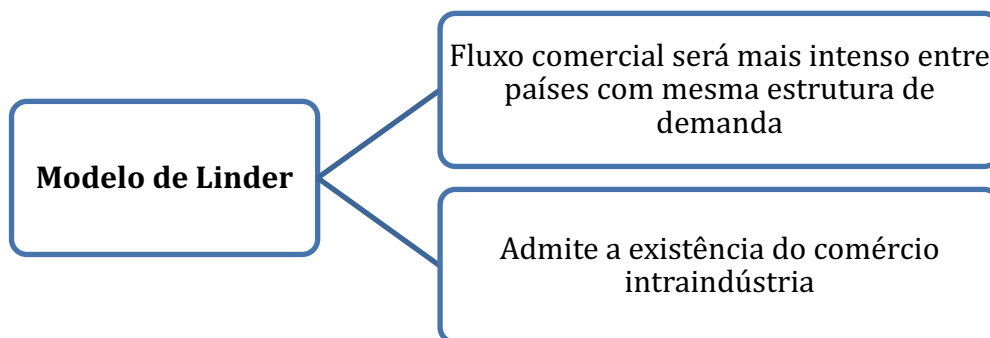
⁹ KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional: teoria e política**. 8ª edição, São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.





Outra explicação para a existência do comércio internacional entre países com estruturas produtivas semelhantes foi dada por Linder, que desenvolveu a chamada **“Teoria dos Gostos dos Consumidores”**. Para Linder, o comércio internacional seria determinado pelo comportamento da demanda, a qual é influenciada pelos gostos dos consumidores. Os gostos dos consumidores, por sua vez, são condicionados pelo **nível de renda de uma economia**. Nesse sentido, se a renda de um país é elevada, haverá maior demanda por bens sofisticados; por outro lado, se a renda é baixa, a demanda por bens sofisticados não será muito grande.

Dessa forma, quanto maior a semelhança de demanda entre dois países, mais semelhante será também a estrutura produtiva destes. Além disso, **quanto mais semelhante a demanda entre dois países, maior será o fluxo comercial entre eles**. Em outras palavras, quanto mais semelhante for o nível de renda, maior será o volume das trocas comerciais entre os países. A hipótese de Linder explica, assim, o porquê do intenso fluxo comercial entre países desenvolvidos. Ela também **justifica a existência do comércio intraindústria**, isto é, o comércio de bens produzidos pelo mesmo segmento industrial (no exemplo, o comércio de automóveis).



Cabe destacar, ainda, que Linder não pretendeu, com sua teoria, explicar o comércio de bens agrícolas, mas tão somente o comércio de bens manufaturados. O comércio de bens agrícolas continuaria a ser explicado pelo modelo da dotação de fatores.



1.4.1- Concorrência Monopolística:

A concorrência monopolística é uma estrutura de mercado que se caracteriza pela presença de um grande número de empresas, cada uma possuindo o monopólio de seu próprio produto. Nesse tipo de estrutura mercadológica, existem características de uma concorrência perfeita (grande número de vendedores) e características de um monopólio (cada empresa é detentora única de seu produto).

Mas como assim uma empresa tem o monopólio de seu próprio produto?

Simples! Na concorrência monopolística, as empresas obtêm o monopólio em virtude da **diferenciação do produto**. Existem vários refrigerantes, mas a marca Coca-Cola é um monopólio daquela empresa. Existem várias marcas de bolsas, mas a marca Dolce Gabana é monopólio daquela empresa.

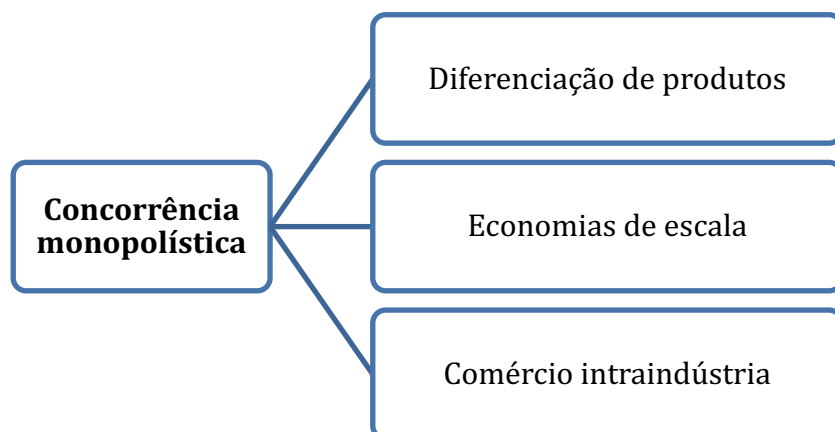
Mas como aplicar o modelo de concorrência monopolística ao comércio internacional?

Imaginemos dois países “A” e “B”, os quais possuem, cada um, várias fábricas de automóveis. Se considerarmos todas essas fábricas, são produzidos nesses dois países cerca de 60 modelos de automóveis. No entanto, não há uma organização nesse mercado! A Honda possui uma fábrica no país A e uma fábrica no país B, as quais produzem, ao mesmo tempo, o Honda Civic e o Honda Accord. A Renault também possui uma fábrica no país A e uma fábrica no país B, as quais produzem, simultaneamente, o Renault Clio e o Renault Megane. Nesse mercado desorganizado, são produzidos, tanto no país A quanto no país B, os 60 modelos de automóveis fabricados na região.

Essa não é a situação ideal! As empresas fabricantes de automóveis estão perdendo os ganhos de escala. A Honda deveria produzir o Honda Civic apenas no país A e o Honda Accord apenas no país B. A Renault deveria produzir o Renault Clio apenas no país A e o Renault Megane apenas no país B. Fazendo essa divisão, as empresas irão conseguir otimizar seus recursos, reduzindo custos e produzindo em maior quantidade, o que lhes permitirá beneficiar-se das economias de escala, que resultarão dos **ganhos de especialização**.

Nessa nova situação, nenhum dos dois países produz a totalidade das modelos de automóveis, o que dá ensejo ao comércio internacional. Se um consumidor do país A deseja comprar um Renault Megane, ele deverá importá-lo do país B. Da mesma forma, se um consumidor do país B deseja comprar um Honda Civic, ele deverá comprá-lo do país A.





Segundo Paul Krugman¹⁰, o “comércio internacional possibilita a **criação de um mercado integrado**, sempre maior do que o de qualquer país e, desse modo, torna possível oferecer simultaneamente aos consumidores uma **variedade maior de produtos a preços mais baixos**.” Todo mundo sai ganhando com a integração dos dois mercados! Os consumidores passam a ter acesso a uma variedade maior de produtos a preços reduzidos; as empresas, por sua vez, poderão produzir mais e a custos mais baixos.

As economias de escala permitem, portanto, a **existência do comércio intraindústria**, assim denominado o comércio dentro de um mesmo setor industrial. Apesar de uma parte importante dos fluxos de comércio exterior na atualidade ser resultante do comércio intraindústria, este convive com o comércio interindústria.



15. (ACE-2012)

O aproveitamento de economias de escala em diferentes países conduz à especialização em um número restrito de produtos, reduzindo assim a oferta de bens no mercado mundial e as possibilidades de comércio entre eles.

Comentários

¹⁰ KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional: teoria e política**. 8ª edição, São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.



As economias de escala fazem com que cada país se especialize em um número limitado de bens. No entanto, isso aumenta as possibilidades de comércio entre os países e aumenta a oferta de bens no mercado mundial.

Gabarito: errado

16. (ACE-2012)

Em um modelo de concorrência imperfeita e em condições monopolísticas, o comércio internacional é restringido pela segmentação dos mercados, escalas de produção limitadas e pequena diversidade de bens disponíveis para o intercâmbio comercial.

Comentários

Em um modelo de concorrência monopolística, há ganhos de escala e uma maior diversidade de bens é disponibilizada para o intercâmbio comercial.

Gabarito: errado

17. (ACE-2012)

Mesmo em condições de concorrência imperfeita, as possibilidades e os ganhos do comércio resultam de vantagens comparativas relativas tal como definidas no modelo ricardiano e não do aproveitamento de economias de escala pelas indústrias.

Comentários

No modelo de concorrência imperfeita, os ganhos do comércio resultam das economias de escala. Em modelos de concorrência perfeita, os retornos de escala são constantes.

Gabarito: errado

18. (ACE-2012)

No modelo de concorrência monopolística centrado na produção de manufaturas, um país tanto produzirá e exportará bens manufaturados como também os importará, alimentando assim o comércio intraindústrias e gerando ganhos extras no comércio internacional.

Comentários

O modelo de concorrência monopolística explica o comércio intraindústria, que resulta das economias de escala. Assim, cada país exporta e importa, ao mesmo tempo, bens manufaturados.

Gabarito: certo



19. (ACE-2012)

Os rendimentos crescentes associados ao aproveitamento de economias de escala alimenta a concentração monopolística, levando assim ao aumento dos preços nos mercados domésticos e no mercado internacional e impactando negativamente o comércio internacional.

Comentários

Os rendimentos crescentes de escala estão, de fato, associados ao aproveitamento de economias de escala. No entanto, os ganhos de escala levam à redução dos preços nos mercados doméstico e internacional.

Gabarito: errado

20. (Questão Inédita)

Segundo Krugman, o comércio internacional é possível entre países que tenham estruturas de produção semelhante, tendo em vista as economias de escala.

Comentários

O Teorema Hecksher-Ohlin não reconhecia a possibilidade de haver comércio entre países com a mesma estrutura de produção. Por sua vez, Krugman, ao explicar o papel das economias de escala, demonstra que o comércio internacional será possível mesmo entre países que possuam estrutura de produção semelhante.

Gabarito: certo

21. (ACE-2008)

A hipótese de Linder de que o volume de comércio é maior entre países ricos e semelhantes do que entre países com níveis de rendimento per capita distintos decorre, em parte, da existência de economias de escala e dos padrões diferenciados de demanda que prevalecem nesses dois grupos de países.

Comentários

Quanto mais semelhante for a estrutura de demanda entre dois países, maior será o volume de comércio entre eles.

Gabarito: certo

22. (Questão Inédita)



Segundo Linder, o comércio de produtos primários seria explicado pelo Teorema Heckscher-Ohlin. Já o comércio de produtos industrializados é determinado pela estrutura da demanda, cujo principal determinante é a renda per capita de um país.

Comentários

De fato, Linder não utilizou seu modelo para explicar o comércio de produtos primários, mas tão somente o comércio de bens industrializados. Segundo Linder, quanto mais semelhantes forem os gostos dos consumidores (estrutura da demanda) de dois países, maior será o volume de comércio entre eles. O principal determinante da estrutura da demanda é a renda per capita.

Gabarito: certo

23. (Questão Inédita)

O modelo ricardiano ignora o papel das economias de escala como uma causa do comércio internacional, o que torna impossível explicar, pela Teoria das Vantagens Comparativas, os grandes fluxos comerciais entre nações aparentemente similares.

Comentários

As economias de escala somente passaram a ser consideradas como impulsionadores do comércio internacional a partir de Paul Krugman.

Gabarito: certo

2- POLÍTICAS COMERCIAIS:

2.1- ASPECTOS GERAIS:

Começamos nosso assunto com uma série de indagações. O que é política comercial? Qual importância ela tem para um país? Quais são as principais políticas comerciais? O que é uma política comercial estratégica?

Bem, a política comercial é, ao lado da política monetária, fiscal e cambial, uma vertente da política macroeconômica conduzida por um governo. Ela determina a forma pela qual um país se relaciona com outros países no que diz respeito ao comércio exterior (exportações e importações). Assim, a política comercial pode ser entendida como um conjunto de medidas governamentais que influencia as transações comerciais que um país tem com os outros.

A condução da política comercial determina o grau de abertura econômica de um país. Em tempos de globalização, há uma forte tendência de interconexão das economias e de aprofundamento do



comércio exterior. Todavia, nem sempre foi assim. Em outras épocas, as práticas protecionistas preponderavam. Se analisarmos a própria História do Brasil, perceberemos o quanto isso é verdade.

Fazendo uma rápida regressão temporal, voltemos à década de 90. O início dessa década representa um ponto de inflexão na mudança da política comercial brasileira, na medida em que se promove a abertura comercial. O governo Collor (1990-1992), logo em seu início, levou a cabo notória mudança no regime de importações brasileiras. Nesse sentido, foram eliminadas diversas restrições ao comércio até então existentes: reduziram-se as alíquotas dos tributos na importação e acabou-se com as chamadas reservas de mercado (proibição às importações), como a existente no setor de informática.

Pois bem, deixando o Brasil de lado, quando falamos em política comercial, temos que nos lembrar automaticamente do protecionismo e do liberalismo, certo?

O protecionismo é uma política comercial que representa a contraposição às ideias liberais apregoadas pelas teorias do comércio internacional. Os protecionistas enxergam o livre comércio como algo perigoso aos interesses nacionais e pregam pela proteção à indústria nacional. Assim, uma **política comercial protecionista é a que impõe restrições à livre circulação de mercadorias e serviços**.

Na visão dos protecionistas, a indústria nacional não deve ser exposta à concorrência ou então sairá perdendo, sofrendo graves prejuízos. Se você gosta de acompanhar jornais e revistas, já deve ter percebido o quanto a indústria nacional tem “chorado” nos últimos tempos, pleiteando junto ao governo brasileiro a adoção de medidas protecionistas. No Brasil, chega-se a argumentar que há um **“risco de desindustrialização”** do País diante da concorrência com os produtos chineses.

Para falar um pouco sobre a história do protecionismo, precisamos voltar à Idade Moderna, quando a política econômica dos Estados era baseada no mercantilismo, que **não foi um sistema aplicado homogeneamente na Europa**. Na verdade, haviam vários “estilos” de mercantilismo. Espanha e Portugal tinham como base fundamental a extração das riquezas coloniais; a Inglaterra, por sua vez, buscou desenvolver mais seu comércio exterior de produtos manufaturados.

Podemos dizer que as **principais características do mercantilismo** eram: **i)** protecionismo alfandegário (com o objetivo de obter superávits comerciais); **ii)** atuação ativa do Estado (intervencionismo estatal) e; **iii)** busca de acumulação de ouro e prata (quanto mais ouro e prata um país possuísse em seu território, mais rico ele seria). Os mercantilistas consideravam também que **a existência de uma população numerosa seria benéfica ao país**, uma vez que resultaria em maior disponibilidade do fator de produção “trabalho”.

Os teóricos mercantilistas pregavam **o desenvolvimento econômico por meio do enriquecimento das nações pelo comércio exterior e pela exploração das riquezas coloniais**. Quanto mais um país exportasse e menos importasse, mais riqueza teria ele no seu território. Para isso, os Estados adotavam práticas de protecionismo alfandegário - com a imposição de barreiras tarifárias ao comércio exterior - e medidas que incentivassem a exportação. O objetivo era aumentar o bem-



estar nacional por meio da acumulação de ouro e prata, que poderia ocorrer por meio do comércio exterior ou da exploração colonial.

Segundo os mercantilistas, quanto mais ouro e prata um país possuísse em seu território, mais caros se tornariam seus produtos, os quais valeriam mais no mercado internacional¹¹. Assim, esses produtos seriam exportados por preços elevados e, conseqüentemente, entraria ainda mais ouro e prata no território do país. Mas será que isso era verdade?

Não. David Hume contestou essa lógica mercantilista. Para ele, os *superávits* e *déficits* que um país tivesse em sua Balança Comercial seriam automaticamente corrigidos pelas forças do mercado. Era a **Teoria Fluxo-Espécie-Preço**. Vejamos!

Se um país tiver muito ouro e prata em seu território, seus produtos, de fato, se tornam mais caros no mercado internacional. No entanto, como os produtos estão muito caros, a demanda por eles se reduz (Lei da Oferta e da Procura) e, portanto, entra menos ouro e prata no território do país (déficit comercial). Com a entrada de menos ouro e prata em seu território, os preços dos produtos irão se reduzir e, conseqüentemente, aumentará a demanda por eles no mercado internacional. A consequência serão superávits na Balança Comercial e o aumento do ingresso de ouro e prata. Percebam, caros amigos, que se trata de um mecanismo de **ajuste automático** da Balança Comercial. Assim, para Hume, **não haveria uma acumulação infinita de ouro e prata**.

Modernamente, fala-se na existência de um **neomercantilismo**, que é uma política comercial eminentemente protecionista, baseada em estímulos às exportações e imposição de restrições às importações. O objetivo principal dessas políticas é alcançar superávits na Balança Comercial, o que é conquistado por meio de estímulos às exportações e imposição de barreiras às importações. A característica marcante do neomercantilismo (neoprotecionismo) é a **ampla utilização de barreiras não-tarifárias**, o que nos permite afirmar que se trata de um protecionismo mais “requintado”. É um **nova forma de protecionismo**.

No século XVIII, com o surgimento da Teoria das Vantagens Absolutas de Adam Smith e, em seguida, da Teoria das Vantagens Comparativas de David Ricardo, o protecionismo começa a perder ainda mais seu espaço. Isso não quer dizer que ele não fosse empregado a essa época, mas já existia uma nova forma de se pensar o comércio internacional. Surge o livre-cambismo, que pregava que **os mercados possuem a capacidade de se autorregular** e que um comércio internacional livre de barreiras seria fundamental para o crescimento e desenvolvimento econômico. O livre-cambismo apregoado por Adam Smith pregava a remoção dos obstáculos legais ao comércio internacional.

Todavia, no período entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundiais, particularmente a partir da quebra da Bolsa de Nova York em 1929, os países recrudesceram fortemente as práticas protecionistas.

¹¹ A ideia de que quanto mais ouro e prata um país tiver em seu território mais caros se tornam seus produtos é compatível com a **Teoria Quantitativa da Moeda**, assunto estudado em Economia.



Numa tentativa de combater o protecionismo, em 1947, os países assinaram o GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade*) e por meio de sucessivas Rodadas de Negociação foram progressivamente reduzindo as tarifas aduaneiras incidentes nas importações.

Com essas **progressivas reduções tarifárias e o crescente acesso a mercados**, começa a ganhar expressão uma **nova forma de protecionismo**: a **utilização de barreiras não-tarifárias**. Se no passado as tarifas eram muito elevadas - impedindo o comércio - e agora elas haviam sido rebaixadas, como proteger as indústrias nacionais? Os países não podiam voltar atrás em relação às suas concessões tarifárias. Logo, eles precisavam proteger sua indústria com o uso de barreiras não-tarifárias.

“Mas Ricardo, o que são essas barreiras não-tarifárias?”

Não existe uma definição precisa do que sejam barreiras não-tarifárias. O entendimento que vocês precisam ter é o de que barreiras não-tarifárias são todas as **restrições ao comércio internacional que não são impostas por meio de tarifas aduaneiras**. Assim, uma regulamentação técnica (requisitos de segurança para brinquedos, por exemplo) ou uma medida sanitária e fitossanitária são espécies de barreiras não-tarifárias. Mais à frente, nós falaremos maiores detalhes sobre as barreiras não-tarifárias, combinado?

As barreiras não-tarifárias se transformaram, assim, na “nova cara” do protecionismo, muitas vezes passando a constituir-se em obstáculos arbitrários e desnecessários ao comércio internacional. Era preciso, portanto, regulamentá-las. E quem melhor do que uma organização internacional para fazê-lo?

Pois bem, em **1994** foi criada a **Organização Mundial do Comércio**. Nosso objetivo, pelo menos por agora, não é falar detalhadamente sobre a OMC. O que precisamos saber é que desde sua criação, o protecionismo continuou a decrescer. A partir daquele momento, haveria uma organização internacional responsável por administrar o sistema multilateral de comércio, contribuindo para a liberalização do comércio internacional, seja por meio da progressiva redução tarifária, seja por meio de um esforço de regulamentação das barreiras não-tarifárias.

Mas será que podemos dizer que o protecionismo não existe hoje em dia? Com certeza não! As práticas protecionistas perduram até os dias atuais. Logo, embora possamos dizer que, ao longo do tempo houve uma progressiva redução do protecionismo, este, de forma alguma, foi eliminado. Destaque-se, ainda, que a **crise financeira de 2008 provocou um recrudescimento das práticas protecionistas**. E um detalhe importante: o protecionismo é adotado tanto por países desenvolvidos quanto por países em desenvolvimento.

Atualmente, o **protecionismo se evidencia principalmente no campo agrícola**, setor econômico bastante protegido, principalmente pelos países desenvolvidos. Como exemplo, cita-se os elevados subsídios concedidos pelos países europeus aos produtos agrícolas. Esse é, inclusive, um **empecilho ao fechamento da Rodada de Doha** – os países desenvolvidos não querem fazer concessões em



termos de acesso a mercado no que diz respeito aos produtos agrícolas, enquanto pedem concessões em NAMA (*Non Agricultural Market Access*).

A Rodada de Doha, como já comentamos, ainda não foi encerrada. No entanto, o sistema multilateral de comércio ganhou um fôlego com a realização da Conferência Ministerial de Bali (2013), na qual foi celebrado o primeiro acordo multilateral desde a criação da OMC: o **Acordo de Facilitação de Comércio**. A facilitação de comércio consiste em desburocratizar as operações de comércio exterior e, por isso, está diretamente relacionada à liberalização do comércio internacional.

A dicotomia entre protecionismo e liberalismo é uma das grandes questões da ciência econômica na atualidade. Segundo diversos economistas, **o comércio internacional é considerado o grande motor do desenvolvimento econômico**. Nesse sentido, cresce de importância a política de comércio exterior adotada por cada país, a qual pode variar desde o protecionismo exacerbado até a ampla liberalização comercial.

A política comercial adotada por um país está, portanto, diretamente relacionada à estratégia de desenvolvimento por ele levada a cabo. Em outras palavras, **a estratégia de desenvolvimento de cada país varia segundo o grau de exposição de sua economia ao mercado internacional**. Os países que adotam políticas comerciais de orientação liberal são a favor dos esquemas preferenciais (SGP e SGPC) e dos acordos regionais de integração. Em aulas futuras, abordaremos detalhadamente os acordos regionais e os esquemas preferenciais. Por ora, basta sabermos que todos esses acordos (esquemas preferenciais e acordos regionais) se baseiam na redução e até eliminação dos direitos aduaneiros incidentes sobre as operações de comércio exterior e, portanto, estão diretamente, ligados ao liberalismo.



24. (AFTN- 1998-adaptada)

Segundo a lógica protecionista, o comércio e a indústria são mais importantes para um país do que a agricultura e, portanto, devem ser submetidos a tarifas para evitar a concorrência com produtos estrangeiros.

Comentários

Os protecionistas não consideram o comércio e a indústria mais importantes para o país do que a agricultura. Na verdade, eles não estabelecem uma carga valorativa para cada uma dessas atividades econômicas. O que se vê, todavia, na prática, é que os produtos agrícolas são os mais afetados pelo protecionismo.

Gabarito: errado



25. (AFTN-1998-adaptada)

Está relacionada com a prática do mercantilismo o princípio segundo o qual o Estado deve incrementar o bem-estar nacional.

Comentários

De fato, o objetivo central do mercantilismo é o incremento do bem-estar nacional, o que é alcançado por meio do acúmulo de metais preciosos no território do país.

Gabarito: certo

26. (AFTN-1998-adaptada)

Está relacionado com a prática do mercantilismo o conjunto de concepções que incluía o protecionismo, a atuação ativa do Estado e a busca de acumulação de metais preciosos, que foram aplicadas em toda a Europa homogeneamente no século XVII.

Comentários

O mercantilismo não foi aplicado na Europa de forma homogênea.

Gabarito: errado

27. (AFTN – 1998- adaptada)

Segundo o mercantilismo, o comércio exterior deve ser estimulado, pois um saldo positivo na balança fornece um estoque de metais preciosos.

Comentários

Segundo as ideias mercantilistas, quanto mais ouro e prata um país possuir em seu território, mais rico ele será. Uma das formas de acumulação de ouro e prata é por meio da obtenção de saldos comerciais positivos.

Gabarito: certo

28. (AFTN – 1998 – adaptada)

Segundo o mercantilismo, a riqueza da economia depende do aumento da população e do volume de metais preciosos do país.

Comentários



Para os mercantilistas, quanto mais metais preciosos um país possuir em seu território, mais rico ele será. O aumento da população também é fator que contribui para o aumento da riqueza nacional, pois representa maior força de trabalho.

Gabarito: certo

29. (AFTN – 1998 – adaptada)

Segundo o mercantilismo, uma forte autoridade central é essencial para a expansão dos mercados e a proteção dos interesses comerciais.

Comentários

O mercantilismo se baseava em um forte intervencionismo estatal, que se materializava na imposição de restrições às importações e incentivos às exportações. O objetivo era a obtenção de superávits na Balança Comercial.

Gabarito: certo

30. (AFTN-1998-adaptada)

Segundo o livre-cambismo, é correto afirmar-se que o governo deve se limitar à manutenção da lei e da ordem.

Comentários

O livre cambismo se baseia na noção de que os mercados são capazes de se autorregular. Nesse sentido, o governo não deve intervir na economia, atuando somente na manutenção da lei e da ordem.

Gabarito: certo

31. (AFTN – 1998- adaptada)

Segundo o livre cambismo, o governo deve remover todos os obstáculos legais para o funcionamento de um comércio livre.

Comentários

Essa assertiva descreveu em poucas palavras o livre cambismo! Segundo entendimento da ESAF, essa política comercial se caracteriza pela remoção de todos os obstáculos legais ao funcionamento de um comércio livre.

Gabarito: certo



32. (AFTN – 1998- adaptada)

Segundo o livre cambismo, todas as moedas devem ser conversíveis em ouro.

Comentários

É indiferente aos liberalistas que as moedas sejam todas conversíveis em ouro. O ponto central do livre cambismo é a inexistência de obstáculos ao comércio.

Gabarito: errado

33. (AFRFB-2009)

A participação no comércio internacional é importante dimensão das estratégias de desenvolvimento econômico dos países, sendo perseguida a partir de ênfases diferenciadas quanto ao grau de exposição dos mercados domésticos à competição internacional.

Comentários

A política comercial de um país está relacionada à sua estratégia de desenvolvimento. Alguns países, como o Brasil, por exemplo, são mais protecionistas. Outros, como o Chile, possuem a economia mais aberta ao mercado internacional.

Gabarito: certo

34. (AFRFB-2009- adaptada)

As políticas comerciais inspiradas pelo neo-mercantilismo privilegiam a obtenção de superávits comerciais notadamente pela via da diversificação dos mercados de exportação para produtos de maior valor agregado.

Comentários

Os superávits na Balança Comercial defendidos pelo neomercantilismo são conquistados por meio de estímulo às exportações e imposição de restrições às importações (e não pela diversificação dos mercados de exportação!).

Gabarito: errado

35. (AFRF – 2000)

O livre cambismo é uma doutrina de comércio estabelecida através de tarifas protecionistas, a subvenção de créditos, a adoção de câmbios diferenciados.

Comentários



Exatamente o contrário do que afirma a assertiva! O livre cambismo se baseia na retirada dos entraves ao comércio internacional, sejam eles de caráter tarifário ou não-tarifário.

Gabarito: errado

36. (AFRF – 2000)

O livre cambismo rege que a livre troca de produtos no campo internacional, os quais seriam vendidos a preços mínimos, num regime de mercado, se aproximaria ao da livre concorrência perfeita.

Comentários

Em um mercado de concorrência perfeita, há muitos vendedores e muitos compradores, nenhum dos quais possui poder para influenciar os preços. Com a livre circulação de mercadorias, há um aumento da oferta de produtos que, conseqüentemente, leva a uma redução de preços. Os preços chegam, então, a um valor mínimo.

Gabarito: certo

37. (AFRF – 2000)

O livre cambismo é uma doutrina pela qual o governo não prevê a remoção dos obstáculos legais em relação ao comércio e aos preços.

Comentários

Ao contrário do que afirma a questão, no livre cambismo o governo prevê a remoção dos obstáculos legais em relação ao comércio e aos preços.

Gabarito: errado

38. (AFRFB-2009)

Países que adotam políticas comerciais de orientação liberal são contrários aos esquemas preferenciais, como o Sistema Geral de Preferências, e aos acordos regionais e sub-regionais de integração comercial celebrados no marco da Organização Mundial do Comércio por conterem, tais esquemas e acordos, componentes protecionistas.

Comentários

Os países que seguem uma orientação liberalista em suas políticas de comércio exterior são a favor dos acordos regionais e dos esquemas preferenciais (SGP e SGPC).

Gabarito: errado



39. (AFRF -2003)

Sobre o protecionismo, em suas expressões contemporâneas, é correto afirmar-se que tem aumentado em razão da proliferação de acordos de alcance regional que mitigam o impulso liberalizante da normativa multilateral.

Comentários

Conforme afirma a questão, os acordos regionais de comércio têm efetivamente proliferado nos últimos anos. Em consulta ao site da OMC, pode-se verificar que há, atualmente, mais de 200 acordos regionais notificados junto àquela organização internacional. No entanto, a proliferação de acordos regionais, ao contrário do que afirma a questão, é um fato que deve ser associado ao liberalismo.

Gabarito: errado

40. (AFRF-2002.2)

Com relação às práticas protecionistas, tal como observadas nas últimas cinco décadas, é correto afirmar-se que assumiram expressão preponderantemente não-tarifária à medida que, por força de compromissos multilaterais, de acordos regionais e de iniciativas unilaterais, reduziram-se as barreiras tarifárias.

Comentários

De fato, o protecionismo tornou-se eminentemente não-tarifário nas últimas décadas, uma vez que as tarifas foram sendo progressivamente reduzidas em razão das negociações comerciais, motivo pelo qual a questão está correta.

Gabarito: certo

41. (AFRF – 2003)

Sobre o protecionismo, em suas expressões contemporâneas, é correto afirmar-se que possui expressão eminentemente tarifária desde que os membros da OMC acordaram a tarifação das barreiras não-tarifárias.

Comentários

O protecionismo possui, atualmente, expressão eminentemente não-tarifária.

Gabarito: errado

42. (AFRF-2002.1)



No que se refere ao comércio internacional, a década de noventa foi caracterizada pelo recrudescimento do protecionismo em virtude do contexto recessivo herdado da década anterior.

Comentários

A década de 90 ficou caracterizada pela redução do protecionismo.

Gabarito: errado

43. (AFRF-2002.1)

No que se refere ao comércio internacional, a década de noventa foi caracterizada pela preponderância das exportações de serviços aos países desenvolvidos.

Comentários

Os países desenvolvidos é que são os grandes exportadores de serviços.

Gabarito: errado

2.2- O PROTECIONISMO NO ÂMBITO DO SISTEMA MULTILATERAL DE COMÉRCIO:

Em primeiro lugar, eu gostaria de fazer um questionamento. Para que vocês acham que foram criadas regras de comércio internacional?

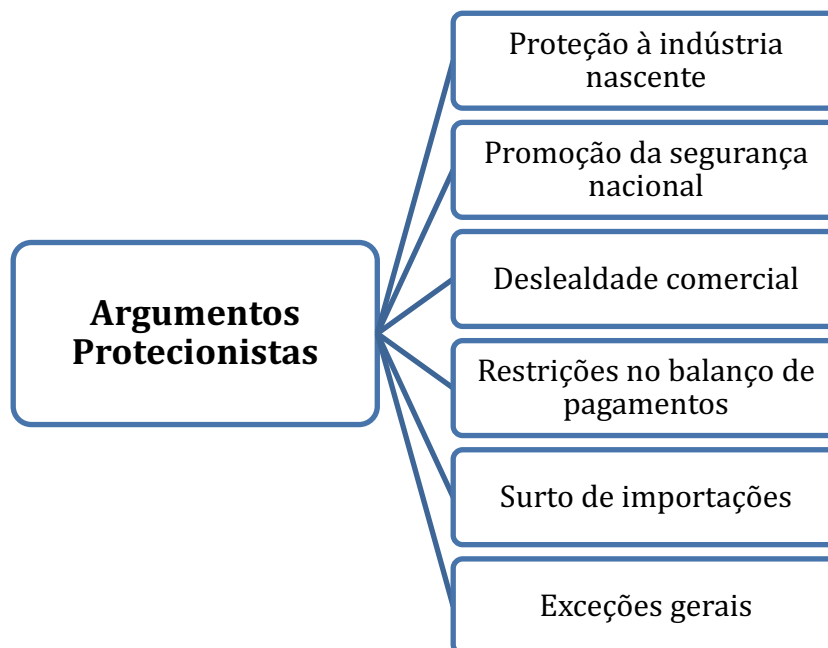
O sistema multilateral de comércio, hoje administrado pela OMC, foi criado para limitar a adoção de práticas protecionistas. Não é que a OMC (Organização Mundial do Comércio) impeça a adoção desse tipo de prática, mas suas regras são um **fator dissuasório do protecionismo**.

Na próxima aula trataremos de forma bem aprofundada sobre as regras da OMC, mas por ora basta sabermos que **as regras do sistema multilateral inibem a utilização de práticas protecionistas**, na medida em que regulamentam como estas podem ser usadas. Desta forma, fica expressamente condenado o uso de medidas protecionistas que se **configurem em práticas arbitrárias e discriminatórias ou ainda em restrições veladas ao comércio internacional**.

“Mas, Ricardo, quando é que a OMC autoriza a utilização de práticas protecionistas?”

Meus amigos, existem várias situações em que a Organização Mundial do Comércio autoriza sejam adotadas práticas protecionistas. As práticas protecionistas encontram amparo na normativa da OMC quando destinadas à proteção da indústria nascente, promoção da segurança nacional, deslealdade comercial, diante de restrições no Balanço de Pagamentos, diante de um surto de importações ou, ainda, em razão de exceções gerais relacionadas no art. XX do GATT.





2.2.1- Proteção à Indústria Nascente:

A **proteção à indústria nascente**, ideia originalmente concebida pelo alemão Friedrich List, está regulamentada pelo art. XVIII do GATT, intitulado "Ajuda do Estado em favor do desenvolvimento econômico". Vejamos o teor do referido dispositivo:

ARTIGO XVIII- AJUDA DO ESTADO EM FAVOR DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

1. As Partes Contratantes reconhecem que a realização dos objetivos do presente Acordo será facilitada pelo desenvolvimento progressivo de suas economias, em particular nos casos das Partes Contratantes cuja economia não assegurem à população senão um baixo nível de vida e que está nos primeiros estágios de seu desenvolvimento.

2. As Partes Contratantes reconhecem, além disso, que pode ser necessário para as Partes Contratantes previstas no parágrafo primeiro, com o objetivo de executar seus programas e suas políticas de desenvolvimento econômico orientados para a elevação do nível geral de vida de suas populações, tomar medidas de proteção ou outras medidas que afetem as importações e que tais medidas são justificadas na medida em que elas facilitem a obtenção dos objetivos deste Acordo. Elas estimam, em consequência, que estas Partes Contratantes deveriam usufruir facilidades adicionais que as possibilitem:

(a) conservar na estrutura de suas tarifas aduaneiras suficiente flexibilidade para que elas possam fornecer a proteção tarifária necessária à criação de um ramo de produção determinado, e

(b) instituir restrições quantitativas destinadas a proteger o equilíbrio de suas balanças de pagamento de uma maneira que leve plenamente em conta o nível elevado e permanente da procura de importação suscetível de ser criada pela realização de seus programas de desenvolvimento econômico.

Percebam, meus amigos, que a normativa da OMC é bem restritiva em relação aos países que podem utilizar esse mecanismo protecionista. Segundo o dispositivo supracitado, somente podem invocar a proteção à indústria nascente como argumento para adotar medidas que afetem as importações



aqueles países cujas economias estejam nos primeiros “**estágios de desenvolvimento**”. Assim, pela normativa da OMC, não é qualquer país que poderá alegar a proteção à indústria nascente como argumento para a política protecionista. Não pensem que o Brasil, por exemplo, conseguiria fazê-lo! Esse instrumento é para países como Haiti, Somália, etc.

Destaque-se que não poderá ser concedida à indústria nacional proteção por tempo indeterminado com fundamento no art. XVIII do GATT. Tal **proteção é temporária**, limitada ao tempo necessário para que a indústria possa sair dos primeiros estágios de desenvolvimento.

Como já dissemos anteriormente, o fundamento teórico para a proteção à indústria nascente são as idéias de Friedrich List. Segundo ele, é complicado que a indústria nacional possa se desenvolver caso o mercado esteja dominado por empresas estrangeiras oriundas de países economicamente mais desenvolvidos. Assim, para que a indústria nacional possa se desenvolver e, a médio prazo, concorrer com as indústrias estrangeiras, faz-se mister a adoção de um “**protecionismo educador**”.

De acordo com List, o livre comércio não seria bom, portanto, para todos os países, mas somente para aqueles que tivessem uma economia mais madura. Assim, somente países que se encontrassem no mesmo estágio de desenvolvimento poderiam comercializar produtos entre si.

O princípio do “**aprender fazendo**” (“*learning by doing*”) permite justificar a proteção à indústria nascente. Isso quer dizer que uma indústria protegida durante seus primeiros estágios de desenvolvimento consegue desenvolver-se tecnologicamente e, ao acumular conhecimento e experiência, passa a gozar dos benefícios das economias de escala.

O argumento da proteção à indústria nascente, embora tenha muita lógica, tem algumas premissas questionáveis. Há indústrias, por exemplo, que são protegidas em sua fase inicial e, posteriormente, se tornam competitivas por outro motivo que não o protecionismo. Segundo Krugman¹², “*para justificar o argumento da indústria nascente, é necessário ir além do ponto de vista plausível, ainda que questionável, de que os setores sempre precisam ser protegidos quando novos.*” Nesse sentido, **a teoria econômica defende que a proteção à indústria nascente se justifica diante de falhas de mercado**, como as imperfeições do mercado de capitais.

Apesar das controvérsias em torno do argumento da indústria nascente, três das maiores economias mundiais (EUA, Alemanha e Japão) promoveram seu desenvolvimento econômico com base nessa ideia. Assim, no início de seu desenvolvimento industrial, estes países fecharam “as portas” ao comércio exterior.

Segundo alguns economistas, a **existência de falhas de mercado** (mercado financeiro ineficiente, por exemplo) é um argumento para a utilização de práticas protecionistas (tarifas e subsídios) que

¹² KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional: teoria e política**. 8ª edição, São Paulo: Pearson Prentice Hall. 2010



tenham como objetivo proteger a indústria nascente. Mais à frente, nos aprofundaremos sobre as falhas de mercado.



PRESTE MAIS
ATENÇÃO!!

As falhas de mercado são consideradas pela **doutrina econômica** um argumento legítimo para a adoção de práticas protecionistas.

No entanto, **a OMC não considera este um argumento legítimo** para o protecionismo. Se uma questão falar sobre as falhas de mercado e não se referir expressamente à OMC, ela deve ser analisada à luz da doutrina econômica.

2.2.2- Promoção da Segurança Nacional:

A **promoção da segurança nacional** está definida no art. XXI do GATT, dispositivo transcrito a seguir:

ARTIGO XXI- EXCEÇÕES RELATIVAS À SEGURANÇA

Nenhuma disposição do presente Acordo será interpretada:

(a) como impondo a uma Parte Contratante a obrigação de fornecer informações cuja divulgação seja, a seu critério, contrária aos interesses essenciais de sua segurança;

(b) ou como impedindo uma Parte Contratante de tomar todas as medidas que achar necessárias à proteção dos interesses essenciais de sua segurança:

(i) relacionando-se às matérias desintegráveis ou às matérias primas que servem à sua fabricação;

(ii) relacionando-se ao tráfico de armas, munições e material de guerra e a todo o comércio de outros artigos e materiais destinados direta ou indiretamente a assegurar o aprovisionamento das forças armadas;

(iii) aplicadas em tempo de guerra ou em caso de grave tensão internacional;

(c) ou como impedindo uma Parte Contratante de tomar medidas destinadas ao cumprimento de suas obrigações em virtude da Carta das Nações Unidas, a fim de manter a paz e a segurança internacionais.

Com base nesse dispositivo, alguns teóricos protecionistas justificam a proteção a certas indústrias, como por exemplo, a indústria bélica, a indústria energética ou mesmo a indústria de alimentos. Segundo estes, se o país entrar em um conflito armado, precisará contar com uma indústria bélica eficiente para poder lhe fornecer os armamentos de que necessita, não dependendo de nenhum fornecedor estrangeiro em uma situação destas.



Em relação à proteção à indústria de alimentos, muitos países a justificam por considerá-la uma atividade estratégica, com o argumento de que sua população não pode ficar dependendo do fornecimento de alimentos por outro país. Há algum tempo atrás, os Estados Unidos se utilizaram do argumento da segurança nacional para impor restrições à exportação de alimentos e *commodities* agrícolas para seu território. Alegavam como fundamento o receio do bioterrorismo.

2.2.3- Deslealdade Comercial:

A **deslealdade comercial** é outro argumento que pode ser utilizado para a adoção de práticas protecionistas, estando definida no art. VI do GATT. Falaremos mais desse assunto em aulas posteriores. Por enquanto, basta sabermos que, para combater práticas desleais de comércio, como o *dumping* ou o subsídio, admite-se que sejam adotados mecanismos protecionistas, respectivamente as medidas *antidumping* e compensatórias.

2.2.4- Restrições no Balanço de Pagamentos:

Políticas protecionistas também podem ser usadas quando um país estiver sofrendo **restrições em seu Balanço de Pagamentos**. Essa possibilidade está definida no art. XII do GATT, que estabelece que uma Parte Contratante poderá, com o fim de resguardar sua posição financeira exterior e equilibrar o seu Balanço de Pagamentos, restringir o volume ou o valor das mercadorias permitidas para importar. Essas restrições deverão, no entanto, ser impostas **na medida do necessário** para afastar a ameaça iminente de diminuição relevante de suas reservas monetárias ou deter tal diminuição ou ainda para aumentar suas reservas monetárias no caso de estas serem muito exíguas, considerando uma taxa razoável de crescimento.

Diante da crise financeira internacional de 2008, alguns países alegaram restrições em seu Balanço de Pagamentos para adotarem medidas protecionistas. Foi o caso, por exemplo, do Equador, que adotou salvaguardas comerciais para se proteger diante do desequilíbrio de suas contas externas.

2.2.5- Surto de Importações:

Um **surto de importações** também pode exigir uma política comercial protecionista, estando prevista essa possibilidade no art. XIX do GATT. Falaremos mais sobre isso na aula sobre Defesa Comercial. Por enquanto, basta sabermos que, diante de um surto de importações que cause ou ameace causar dano à indústria nacional é possível que sejam adotadas salvaguardas comerciais. Essa medida tem como objetivo fornecer uma proteção temporária à indústria nacional, de forma que esta possa ganhar fôlego por um instante.

2.2.6- Exceções Gerais:

O art. XX do GATT relaciona várias situações em que se admitem práticas protecionistas. Dentre as mais importantes citamos: **i)** medidas necessárias à **proteção da saúde e da vida das pessoas e dos animais** e à **preservação dos vegetais** (é o que dá embasamento para a aplicação de medidas sanitárias e fitossanitárias e regulamentações técnicas); **ii)** medidas relativas à **conservação dos**



recursos naturais esgotáveis, se tais medidas forem aplicadas conjuntamente com restrições à produção ou ao consumo nacionais; **iii)** medidas necessárias à **proteção da moralidade pública**.



44. (AFRF-2002.2)

Com relação às práticas protecionistas, tal como observadas nas últimas cinco décadas, é correto afirmar-se que encontram amparo na normativa da Organização Mundial do Comércio (OMC), quando justificadas pela necessidade de corrigir falhas de mercado, proteger indústrias nascentes, responder a práticas desleais de comércio e corrigir desequilíbrios comerciais.

Comentários

Conforme a questão afirma, a normativa multilateral dá respaldo à imposição de práticas protecionistas como forma de proteger a indústria nascente e combater práticas desleais de comércio. No entanto, *a OMC não ampara o protecionismo para fins de correção de “falhas de mercado”, tampouco para corrigir desequilíbrios na Balança Comercial* (admite-se o protecionismo para corrigir desequilíbrios no Balanço de Pagamentos!).

Gabarito: errado

45. (AFRF-2000-adaptada)

São razões que levam à adoção de tarifas alfandegárias: a necessidade de aumento da arrecadação governamental, o desequilíbrio no Balanço de Pagamentos, a proteção à indústria nascente, a promoção da segurança nacional e o estímulo à competitividade de uma empresa.

Comentários

O estímulo à competitividade de uma empresa não é um motivo para a adoção de tarifas alfandegárias. Ao proteger a indústria nacional, com a imposição de tarifas aduaneiras, ela fica isolada da concorrência e não tem estímulos para desenvolver-se tecnologicamente, ou seja, não desenvolve sua competitividade.

Gabarito: errado

46. (ACE – 2002)

O argumento que analisa a aquisição de experiência pela economia nacional, baseado no princípio de se “aprender fazendo”, o que permite justificar a proteção a tais indústrias por



tempo indeterminado, preferencialmente longo, já que a inovação é condição necessária à manutenção da competitividade industrial.

Comentários

A proteção à indústria nascente não deve ser feita por tempo indeterminado. Ao contrário, a proteção deverá ser temporária. Caso a proteção fosse mantida indefinidamente, poderia haver prejuízos à capacidade de inovação da economia. Se a indústria nacional fica isolada da concorrência, ela fica desestimulada a inovar e desenvolver-se tecnologicamente.

Gabarito: errado

47. (AFTN-1996-adaptada)

Segundo as ideias de Friedrich List, o livre cambismo é incapaz de promover a justiça social.

Comentários

As ideias de Friedrich List estão associadas à proteção à indústria nascente e não à incapacidade do livre cambismo promover a justiça social.

Gabarito: errado

48. (AFTN-1996-adaptada)

Segundo as idéias de Friedrich List, o livre cambismo atende apenas aos interesses dos grandes exportadores, que usam a liberdade econômica para estabelecer monopólios e cartéis.

Comentários

As ideias de Friedrich List estão associadas à proteção à indústria nascente.

Gabarito: errado

49. (AFTN – 1996)

Segundo Friedrich List, não existe livre cambismo na prática. Todos os países são protecionistas em razão da intervenção do Estado.

Comentários

As ideias de Friedrich List estão associadas à proteção à indústria nascente. Cabe destacar, todavia, que a assertiva está correta quando afirma que não existe livre cambismo na prática e que todos os países são protecionistas, em maior ou menor medida. O problema da questão foi ter associado essa afirmação ao pensamento de List.



Gabarito: errado

50. (ACE-2008)

A ausência de um sistema financeiro eficiente, que permita canalizar a poupança dos setores tradicionais para as novas indústrias, por representar uma falha de mercado, justifica o uso de restrições comerciais, tais como tarifas e subsídios, para proteger a indústria nascente.

Comentários

A existência de falhas de mercado é argumento para a utilização de práticas protecionistas que tenham como objetivo proteger a indústria nascente. Com efeito, *um sistema financeiro ineficiente impede que os recursos disponíveis sejam canalizados para o desenvolvimento de novas indústrias*. Por tudo isso, a questão está correta.

51. (AFTN – 1998 – adaptada)

Segundo a lógica protecionista, as indústrias-chave da defesa nacional devem ser protegidas para evitar a ação de fornecedores estrangeiros.

Comentários

A promoção da segurança nacional é um argumento protecionista, previsto, inclusive, no art. XXI do GATT.

Gabarito: certo

52. (AFTN-1996-adaptada)

Segundo as ideias de Friedrich List, o livre cambismo é bom para os países de economia madura, mas os países com indústrias nascentes necessitam de alguma forma de proteção.

Comentários

Segundo List, somente deveriam engajar-se no comércio internacional países que estivessem no mesmo estágio de desenvolvimento. Nesse sentido, os países deveriam conferir proteção às indústrias nascentes, isto é, aquelas que estivessem em seus primeiros estágios de desenvolvimento.

Gabarito: certo



2.3- ARGUMENTOS PROTECIONISTAS NÃO AMPARADOS NA NORMATIVA DO SISTEMA MULTILATERAL DE COMÉRCIO:

Nós acabamos de falar sobre os argumentos protecionistas que estão amparados pela normativa da OMC. Mas será que existem argumentos utilizados pelos teóricos protecionistas que não estão respaldados pela normativa multilateral?

A resposta é positiva! Existem ideias protecionistas não amparadas pela OMC que afirmam que o livre comércio pode gerar desemprego ou, ainda, que os países em desenvolvimento devem se industrializar a qualquer custo.

2.3.1- Desemprego Urbano:

Um dos argumentos mais fortes a favor do protecionismo é o de que, se a indústria nacional for exposta à concorrência, ela **poderá sofrer prejuízos de tal ordem que ela seja levada a demitir trabalhadores**. Esse argumento é bastante utilizado pela indústria como forma de fazer pressão sobre o governo. É como se ela ficasse dizendo: *“Governo, ou você me protege ou haverá demissões”!*

De fato, esse argumento é, à primeira vista, bastante plausível. A lógica é a de que se o Governo impõe barreiras às importações, há estímulo à produção doméstica e, conseqüentemente, demanda por mão-de-obra.

Cabe ressaltar, todavia, que a literatura econômica aponta **algumas controvérsias** quanto a esse ponto de vista. Uma das principais teses nesse sentido é a de que, quando o governo impõe barreiras às importações, ele estimula o setor industrial urbano e, com isso, há migração em massa do campo para a cidade. Ocorre que essa migração é tão intensa que não há emprego pra todo mundo na cidade! Com isso, o efeito das barreiras à importação torna-se exatamente o inverso do esperado: elas acabam gerando desemprego!

É importante destacar, ainda, que há várias importações que, notoriamente, promovem a utilização de mão-de-obra nacional. É o caso, por exemplo, da importação de insumos ou de bens de capital para mobiliar novas fábricas.

2.3.2- Falhas de Mercado:

Muitos economistas de índole protecionista defendem as barreiras às importações tendo como argumento a **existência de falhas de mercado**. Mas o que são falhas de mercado?

As falhas de mercado podem ser de vários tipos, variando desde imperfeições no mercado de trabalho até a ineficiência do mercado de capitais. Pode ser que o **sistema financeiro de um Estado não permita a alocação eficiente de recursos**; ou então, a **mão-de-obra utilizada em um determinado setor é tão especializada que estaria desempregada em outro setor**; ou ainda, as



empresas inovadoras não conseguem auferir os lucros das suas inovações.¹³ Em todos esses casos, pode-se identificar mercados que não estão em equilíbrio.

Segundo parte da literatura econômica, quando existirem falhas de mercado, os benefícios do livre comércio não serão adequadamente quantificáveis. Além disso, a produção industrial gera benefícios que não são captados pela análise convencional. Há, por exemplo, a possibilidade de que a produção de um determinado bem aperfeiçoe a tecnologia de toda a economia. Dessa forma, **quando ocorrem falhas de mercado, uma tarifa poderá aumentar o nível de bem-estar no interior do país.**

Por outro lado, cabe destacar que **teóricos liberais argumentam que as falhas de mercado devem ser corrigidas por outras políticas domésticas que não comerciais.**¹⁴ Nesse sentido, a opção pelo protecionismo tarifário seria apenas a “segunda melhor” opção (teoria do segundo melhor).

Exemplificando, suponha que o mercado de trabalho de um determinado país está em desequilíbrio, impedindo o pleno emprego. Nesse caso, o ideal seria uma política econômica direcionada para flexibilizar as relações trabalhistas, tornando menos gravosos os encargos patronais. Todavia, essa pode ser não ser uma solução politicamente aceitável, já que os trabalhadores fazem parte de sindicatos com poder de pressão. A política comercial intervencionista (protecionista) surge, então, como uma “segunda melhor” opção para solucionar o problema.

2.3.3- Redução do Diferencial de Salários:

Alguns defensores de políticas protecionistas argumentam que as barreiras às importações são úteis para a redução do diferencial de salários entre os trabalhadores urbanos e os trabalhadores rurais. Esse argumento pressupõe a existência de uma economia dual, em que há dois setores bem definidos: o campo e a cidade.

Nesse cenário, os trabalhadores urbanos recebem salários muito superiores aos salários dos trabalhadores rurais e, portanto, possuem melhor qualidade de vida. Com a proteção à indústria doméstica, haveria estímulo ao setor industrial, que necessitaria de mais mão-de-obra.

A demanda por mão-de-obra promoveria fluxos migratórios do campo para a cidade e, consequentemente, haveria um aumento do número de trabalhadores urbanos. Esses novos trabalhadores urbanos passariam, assim, a receber salários mais elevados ao que faziam jus no campo. Da mesma forma, por haver menor número de trabalhadores rurais (pouca oferta de mão-de-obra rural), estes seriam mais valorizados e, consequentemente, receberiam maiores salários.

¹³ KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional: teoria e política**. 8ª edição, São Paulo: Pearson Prentice Hall. 2010

¹⁴ KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional: teoria e política**. 8ª edição, São Paulo: Pearson Prentice Hall. 2010.



2.4- ARGUMENTOS A FAVOR DO LIBERALISMO:

Segundo as teorias do comércio internacional, o liberalismo é capaz de proporcionar **melhor eficiência alocativa dos fatores de produção**. Isso quer dizer que, cada país se especializando na produção de bens em que possua maior eficiência, a sociedade como um todo sai ganhando.

À medida em que as trocas comerciais são feitas de forma livre, é possível perceber que há **maior oferta de bens no território nacional**. Afinal de contas, não está à disposição dos consumidores somente aquilo que é produzido localmente, mas também o que é produzido no mercado internacional. Com a redução das barreiras comerciais, esses produtos têm o acesso facilitado ao mercado nacional. Daí dizermos que há um aumento de oferta!

E qual a consequência do aumento da oferta de bens no território nacional? Bom, pela lei da oferta e da procura, é fácil concluirmos que o aumento da oferta irá implicar a **redução dos preços**. Do ponto de vista do consumidor, isso é ótimo, já que com preços mais baixos, há um aumento do seu poder de compra ou, em outras palavras, um aumento do salário real. Além disso, a diversidade de opções de consumo é maior do que a existente em uma economia fechada. Dessa forma, o liberalismo leva a uma situação de **maior satisfação do consumidor**.

O efeito de redução dos preços que o livre comércio induz é também um fator de **estabilização dos preços internos**, isto é, de controle da inflação. Não há como um produtor nacional estabelecer um preço elevado para seu produto, já que ele estará concorrendo com fornecedores estrangeiros. Enquanto em uma economia fechada o preço é formado em função dos custos produtivos, em uma economia aberta o preço é estabelecido em função do preço dos concorrentes.

A liberalização do comércio é também responsável pelo **aumento da competitividade da indústria nacional**, ou seja, pelo aumento de sua eficiência. Com o livre comércio, a indústria nacional fica exposta à concorrência, o que a leva ao aperfeiçoamento de processos, inovação, adoção de novas técnicas, desenvolvimento tecnológico e aperfeiçoamento do produto.

Além dos ganhos de eficiência, a especialização leva a **economias de escala**, aumentando a produtividade e reduzindo custos. Segundo Amaury Gremaud¹⁵, os ganhos de escala são os provenientes do ajuste tecnológico das empresas em direção a volumes de produção com custos unitários inferiores. De fato, o **aumento do mercado consumidor** tem como efeito o aumento da produção, o que proporciona ganhos de escala, na medida em que os custos fixos se diluem mais a cada nova unidade produzida.

¹⁵ GREMAUD, Amaury; VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de; JÚNIOR, Rudinei Toneto. **Economia Brasileira Contemporânea**. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2009.



Outro efeito do livre comércio é o **aumento da remuneração do fator de produção abundante no território nacional, o que está definido pelo Teorema Hecksher-Ohlin-Samuelson**.¹⁶

É fundamental entendermos todos esses efeitos econômicos positivos do liberalismo. Todavia, será que o liberalismo não possui pontos negativos?

Os **defensores do protecionismo** afirmam que o liberalismo possui vários problemas, os quais enumeramos a seguir:

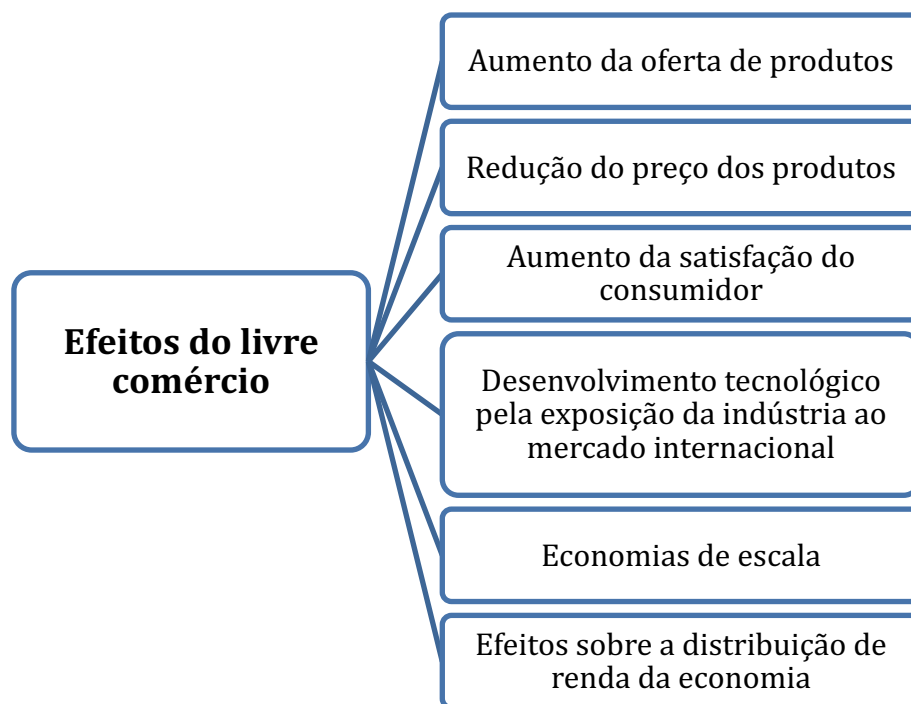
1) A divisão internacional da produção pode levar a uma **situação de dependência externa**. Diante de uma guerra ou de uma crise financeira, isso pode trazer problemas. Exemplo interessante nos dá Jaime de Mariz Maia¹⁷! Segundo esse autor, a crise financeira de 1929 trouxe gravíssimos prejuízos ao Brasil, principalmente pelo fato de sua economia ser toda baseada na monocultura do café. Como o café é um produto de sobremesa, diante de uma crise, ele é um dos primeiros a ter o consumo diminuído. Logo, nessa situação, a especialização brasileira na produção de café foi um fator prejudicial à sua economia.

2) O liberalismo pode causar **desemprego no curto prazo**. Nos anos 90, a abertura comercial brasileira foi feita de forma muito abrupta, sem dar tempo para que a indústria nacional pudesse se preparar para enfrentar a concorrência estrangeira. Consequência: vários setores industriais saíram prejudicados, muitas firmas fecharam e houve desemprego. Ressalte-se que o desemprego causado pela abertura comercial é de curto prazo, já que no longo prazo há uma realocação dos fatores de produção, inclusive da mão-de-obra.

¹⁶ O **Teorema Hecksher-Ohlin-Samuelson** explica que o livre comércio produz efeitos sobre a distribuição de renda em uma economia. Como decorrência do livre comércio, há aumento da remuneração do fator de produção abundante e redução da remuneração do fator de produção escasso. Embora esse Teorema não seja mais objeto das provas da AFRFB, é importante saber que o comércio internacional influencia na distribuição de renda em uma economia.

¹⁷ MAIA, Jaime de Mariz. **Economia Internacional e Comércio Exterior**. São Paulo: Atlas, 2008.





53. (AFRF-2002.2)

Entre os fatores que explicam o efeito positivo do comércio sobre o crescimento destacam-se a crescente importância dos setores exportadores na formação do Produto Interno dos países; as pressões em favor da estabilidade cambial e monetária que provêm do comércio; e o aumento da demanda agregada sobre a renda.

Comentários

A demanda agregada e a renda são variáveis que crescem juntas e não uma sobre a outra. Isso porque, como você deve se lembrar lá da Economia, $\text{Produto} = \text{Renda} = \text{Despesa}$. Produto e Demanda Agregada são, em linhas gerais, a mesma coisa. Logo, o aumento da demanda agregada é acompanhado pelo igual aumento da renda e vice-versa.

Gabarito: errado

54. (AFRF – 2002.2)

Entre os fatores que explicam o efeito positivo do comércio sobre o crescimento destacam-se a melhor eficiência alocativa propiciada pelas trocas internacionais; a substituição de importações; e a consequente geração de superávits comerciais.



Comentários

De fato, as diversas teorias do comércio internacional apregoam que *o livre comércio permite a maior eficiência alocativa dos fatores de produção*, que nada mais é do que a especialização de cada país na produção de bens em que possua vantagem comparativa.

O equívoco da questão está em dizer que são benefícios do livre comércio a substituição de importações e a geração de superávits comerciais. Substituição de importações está ligada ao protecionismo (e não ao livre comércio!).

Gabarito: errado

55. (AFRF – 2002.2)

Entre os fatores que explicam o efeito positivo do comércio sobre o crescimento destacam-se a crescente importância das exportações para o Produto Interno dos países; a importância das importações para o aumento da competitividade; e o melhor aproveitamento de economias de escala.

Comentários

As exportações são importantes para o PIB dos países? Sim. O PIB é igual ao Consumo + Investimentos + Gastos do Governo + Exportações – Importações.

As importações são importantes para o aumento da competitividade? Sim. Se a indústria nacional é exposta à concorrência, ela necessitará desenvolver-se tecnologicamente, aumentando sua competitividade.

O livre comércio permite o melhor aproveitamento das economias de escala? Sim. O livre comércio dá ensejo à existência de mercados consumidores maiores e, ainda, leva à especialização, fatores que contribuem para as economias de escala.

Gabarito: certo

56. (AFTN- 1998 – adaptada)

Segundo o livre cambismo, existe uma divisão internacional do trabalho.

Comentários

De fato, o livre cambismo defende que deve existir uma divisão internacional do trabalho, isto é, que cada país se especialize na produção de determinados produtos.

Gabarito: certo



2.5- EFEITOS ECONÔMICOS DO PROTECIONISMO:

O Prof. Welber Barral, de forma bem descontraída, afirma que o discurso a favor do livre comércio pode ser comparado com a evocação da ida para o plano divino: todos estão a favor, mas o mais tarde possível!¹⁸

De fato, a teoria econômica tem identificado inúmeros argumentos a favor do livre comércio. No entanto, apesar disso, os governos continuam adotando políticas protecionistas, as quais, segundo a visão de inúmeros economistas, geram prejuízos superiores aos lucros.

Mas por que isso ocorre? Afinal, quais são os efeitos econômicos do protecionismo?

A resposta a essa pergunta não é simples. Existem fortes argumentos contra e a favor do protecionismo, os quais iremos analisar. Antes, porém, é preciso destacar que **os efeitos do protecionismo são variáveis**, dependendo de diferentes fatores.¹⁹

O primeiro fator a ser considerado é o **tamanho do mercado afetado**. Se um país grande, com amplo mercado consumidor, impuser uma tarifa sobre a importação de um determinado produto, tal medida poderá afetar o preço mundial desse produto. Isso porque, quando um país grande impõe uma tarifa e dificulta a importação de um determinado produto, um excedente considerável ficará disponível no mercado internacional. A oferta do produto se tornará elevada e, com isso, seu preço irá diminuir.

Do **ponto de vista do país grande**, a **imposição de barreiras à importação pode se tornar uma estratégia viável, pois melhora seus termos de troca** (argumento dos termos de troca a favor das tarifas).²⁰ Krugman afirma que essa tese é intelectualmente perfeita, mas de utilidade duvidosa. Segundo o autor, os Estados Unidos poderiam utilizar essa política até certo ponto, mas ela provavelmente traria a retaliação de outros países grandes.²¹

Outro fator que influencia nos efeitos econômicos do protecionismo é a **competitividade estrutural do país protegido**.²² Se um país não possui estruturas produtivas eficientes, nenhuma barreira comercial será suficiente para garantir, mesmo no longo prazo, o desenvolvimento da competitividade da indústria protegida. Nesse caso, o governo acaba por sustentar a ineficiência da indústria nacional. Por outro lado, caso o país possua destacado potencial para o desenvolvimento

¹⁸ BARRAL, Welber; BROGINI, Gilvan. **Manual Prático de Defesa Comercial**. São Paulo: Aduaneiras, 2007

¹⁹ BARRAL, Welber; BROGINI, Gilvan. **Manual Prático de Defesa Comercial**. São Paulo: Aduaneiras, 2007.

²⁰ Termo de troca é a relação entre o preço das exportações e o preço das importações. Assim, teríamos que **Termos de Troca = Preço das Exportações / Preço das Importações**. A imposição de uma tarifa por um país grande, ao reduzir o preço internacional de um produto, reduz o denominador da expressão. Consequentemente, os termos de troca aumentam.

²¹ KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional: teoria e política**. 8ª edição, São Paulo: Pearson Prentice Hall. 2010

²² BARRAL, Welber; BROGINI, Gilvan. **Manual Prático de Defesa Comercial**. São Paulo: Aduaneiras, 2007



de uma determinada indústria, mas, em função de economias de escala oriundas do pioneirismo de outro país, não conseguir entrar no mercado, a proteção poderá valer a pena.

A **elasticidade da demanda pelo produto afetado** também é um fator determinante nos efeitos do protecionismo. Um produto que possua demanda inelástica (demanda pouco suscetível a variações no preço) não será afetado por barreiras comerciais de pequeno custo. Nesse sentido, uma tarifa ótima dependerá das características de cada produto.²³

Deixemos agora de lado todas essas variáveis! Vamos estudar uma visão mais objetiva do protecionismo sob a ótica liberal!

Ao contrário do liberalismo, no protecionismo a política comercial é conduzida de forma a dificultar as trocas internacionais, seja por meio da utilização de barreiras tarifárias ou não-tarifárias.

Dessa forma, há uma **diminuição da oferta** de produtos no território nacional, já que ela estará limitada aos bens produzidos localmente. Com a diminuição da oferta, há um **aumento dos preços** e, conseqüentemente, uma **redução da satisfação dos consumidores**. Ainda do ponto de vista dos consumidores, vale ressaltar que há uma diminuição das opções de consumo, o que em uma primeira análise também não é algo positivo.

Com a indústria nacional protegida, esta fica isolada da concorrência internacional, ficando literalmente “acomodada”. Como não há concorrência, não há necessidade de que a indústria nacional melhore seu produto. Assim, **não há incentivos ao desenvolvimento tecnológico e aperfeiçoamento de processos e métodos de produção**. A consequência disso é que a indústria nacional vai aos poucos tornando-se obsoleta. Com efeito, um dos maiores riscos protecionistas é a formação de reservas de mercado e de monopólios, os quais são prejudiciais ao consumidor e à economia de um país.

Além de tudo isso, o protecionismo tem como efeito o **aumento da remuneração do fator de produção intensivo no bem protegido, conforme afirma o Teorema Stolper-Samuelson**. Nesse sentido, a imposição de tarifas sobre a importação de produtos têxteis (produto intensivo em trabalho) terá como efeito o aumento dos salários (remuneração do fator de produção trabalho). Esse aumento dos salários ocorrerá em razão da maior demanda por mão-de-obra, uma vez que a indústria doméstica precisará de mais trabalhadores para atender a todo o mercado doméstico, antes compartilhado com as importações.

Assim, a renda dos produtores domésticos beneficiados com a proteção aumenta, é dizer, há incremento da renda dos detentores do fator de produção intensivo no bem protegido. Destaque-se também que uma tarifa protecionista leva ao aumento da renda do governo, que se beneficia com a arrecadação dos direitos aduaneiros. As tarifas têm como efeito, ainda, o **aumento do preço do bem no país importador** e a **redução do preço desse bem no país exportador**. No país importador, a imposição de tarifas levará à redução da oferta de bens e, portanto, à elevação dos

²³ BARRAL, Welber; BROGINI, Gilvan. **Manual Prático de Defesa Comercial**. São Paulo: Aduaneiras, 2007



preços internos. Já no país exportador, os preços internos irão diminuir em razão da elevação da oferta de produtos, os quais terão se acumulado por não terem obtido acesso ao mercado do país importador.

Segundo Paul Krugman²⁴, um dos ganhos do livre comércio são as economias de escala. Em mercados protegidos, nos quais há menor concorrência e maiores lucros, há incentivo à entrada de muitas empresas. Com o aumento do número de empresas em um mercado restrito, cada uma irá produzir em escala ineficiente. Nessa situação, ocorrerão **deseconomias de escala**.

Sob uma ótica intervencionista, o protecionismo é uma política comercial justificável e fundamental para o crescimento e desenvolvimento econômico de um país. Há também vários argumentos consistentes nesse sentido.



57. (AFTN – 1998 – adaptada)

Segundo a lógica protecionista, a adoção de tarifas favorece a criação de empresas nacionais.

Comentários

Segundo os protecionistas, a imposição de tarifas sobre produtos importados é fator que estimula a produção nacional e, conseqüentemente, favorece a criação de empresas nacionais.

Gabarito: certo

58. (AFTN – 1998 – adaptada)

Segundo a lógica protecionista, quando há capacidade ociosa, as tarifas contribuem para aumentar o nível de atividade e de emprego, e, portanto, de renda de um dado país.

Comentários

Antes de qualquer coisa, o que vem a ser capacidade ociosa da economia? Simples! Se os fatores de produção de uma economia não estão sendo plenamente empregados, diz-se que esta possui capacidade ociosa.

E por que os fatores de produção estão ociosos?

²⁴ KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional: teoria e política**. 8ª edição, São Paulo: Pearson Prentice Hall. 2010



Uma explicação é a de que a demanda pelos bens finais está reduzida ou, ainda, que a demanda tem sido atendida por bens estrangeiros. Nesse último caso, segundo os protecionistas, a imposição de barreiras comerciais (tarifas) será capaz de aumentar o nível de atividade da economia, utilizando a capacidade até então ociosa.

Com o aumento do nível de atividade da economia, ocorre geração de emprego e, conseqüentemente, aumento da renda da economia.

Gabarito: certo

59. (AFTN – 1998- adaptada)

Segundo a lógica protecionista, é preciso manter as indústrias de um país em um nível tal que possam atender à demanda em caso de corte de fornecimento externo devido a uma guerra.

Comentários

A promoção da segurança nacional é um argumento protecionista que se baseia na ideia de que, diante de uma guerra, um país não pode ficar dependente do fornecimento de bens estrangeiros. Ao contrário, o país precisa estar preparado para se manter mesmo diante de um corte de fornecimento externo.

Gabarito: certo

60. (ACE-2012)

A imposição de tarifas às importações exerce importantes efeitos sobre a renda internamente. Acerca desses efeitos, é correto afirmar que a renda do governo e dos produtores domésticos beneficiados com a proteção tarifária aumenta, ao mesmo tempo em que se reduz o poder aquisitivo dos consumidores.

Comentários

Com a imposição de uma tarifa sobre a importação, há aumento da renda do governo (pela maior arrecadação) e da renda dos detentores do fator de produção intensivo no bem protegido (produtores domésticos beneficiados pela proteção). Ao mesmo tempo, a redução da oferta do bem protegido leva ao aumento do preço, o que impacta negativamente o poder aquisitivo dos consumidores.

Gabarito: certo



3- MODELOS DE INDUSTRIALIZAÇÃO:

3.1- INDUSTRIALIZAÇÃO POR SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES:

Para tratar da substituição de importações, precisamos falar sobre as teorias estruturalistas desenvolvidas no âmbito da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), foro no qual Raúl Prébisch começou a difundir suas ideias.

Raúl Prébisch chegou à conclusão de que a liberalização comercial não é tão benéfica aos países em desenvolvimento quanto para os países desenvolvidos. Assim, os primeiros possuíam uma desvantagem relativa nas trocas internacionais. A razão disso seria o fenômeno da **“deterioração dos termos de troca”**?

“Ricardo, o que vem a ser deterioração dos termos de troca!?”

Excelente pergunta! Quando se fala em **“termos de troca”**, a referência que se faz é à relação existente entre as exportações e as importações de um país. Se os bens exportados por um país valerm cada vez mais no mercado internacional frente aos bens importados, isso será positivo para esse país do ponto de vista dos ganhos do comércio. Por outro lado, se o preço relativo dos bens exportados decair com o passar do tempo, isso será negativo do ponto de vista dos ganhos do comércio. Entendido até aqui? Vamos continuar então...

A **deterioração dos termos de troca** é um fenômeno que Raúl Prébisch pode observar ao comparar o ritmo de crescimento dos preços dos bens industrializados e dos bens primários. Ao analisar a evolução desses preços ao longo do tempo, Prébisch verificou que os bens primários valem cada vez menos no mercado internacional se comparados aos bens industrializados.

Visualizar a deterioração dos termos de troca é algo bem fácil! Imagine que hoje eu consiga comprar 10 computadores (bem industrializado) vendendo 1000 kg de soja (bem primário). Passados alguns anos, para que eu possa comprar os mesmos 10 computadores, será necessário vender 1500 kg de soja. E por quê? Justamente porque os bens primários vão cada vez valendo menos, ou seja, os termos de troca vão se deteriorando, ok?

Mas qual será a razão da deterioração dos termos de troca?

Para explicar isso, temos que entrar na seara da economia! Os termos de troca se deterioram em virtude da **diferença na elasticidade-renda da demanda dos bens primários e dos bens industrializados**.²⁵ Os bens primários, que são exportados pelos países em desenvolvimento,

²⁵**Elasticidade –renda da demanda:** determina o grau de sensibilidade da demanda a variações na renda. Se a elasticidade-renda da demanda é elevada (elástica), uma elevação da renda aumenta substancialmente a procura; por



possuem menor elasticidade-renda do que os bens industrializados, isto é, a demanda por eles é menos suscetível a alterações na renda da economia. Assim, em um cenário de crescimento econômico (elevação da renda), o preço dos bens primários mantém-se mais ou menos constante, enquanto o preço dos bens industrializados cresce progressivamente.

O grande problema da deterioração dos termos de troca é que os **países em desenvolvimento se especializam na produção de bens primários**, enquanto os países desenvolvidos se especializam na produção de bens industrializados. Essa é a decorrência natural do Teorema Hecksher-Ohlin!

Seguindo as ideias de Prébisch, se os países em desenvolvimento aceitassem passivamente os desígnios do Teorema Hecksher-Ohlin e continuassem se especializando na produção e exportação apenas de bens primários, isso lhes traria graves prejuízos. Com efeito, isso traria **“efeitos perversos”** aos termos de troca dos países em desenvolvimento, que sairiam perdendo no jogo do comércio internacional.

Dessa forma, os países em desenvolvimento necessitavam desenvolver seu setor industrial a qualquer custo, substituindo as importações de bens manufaturados e de maior valor agregado pela produção doméstica. Essa é a ideia que fundamenta a **teoria da substituição de importações**.

A teoria da substituição de importações foi o modelo seguido pelos países da América Latina para promover sua industrialização. Voltando no tempo, é possível verificar que, inclusive o Brasil, adotou esse modelo de industrialização, o que restou bastante evidenciado durante os governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek.

Mas será que esse modelo de industrialização é bom para um país?

De fato, a política de substituição de importações promoveu um crescimento e desenvolvimento econômico nos países da América Latina. Todavia, alguns aspectos negativos podem ser levantados em relação a esse modelo de industrialização tipicamente protecionista.

Os principais críticos dessa teoria estruturalista afirmam que a substituição de importações é a causa do atraso econômico dos países latino-americanos, que foram por ela estimulados a adotar práticas protecionistas. Quando um país leva a cabo esse tipo de industrialização, a **indústria nacional não se beneficia das economias de escala**, uma vez que sua atuação fica limitada ao mercado interno. Se a atuação da indústria nacional não se restringisse ao mercado doméstico, seu mercado consumidor seria maior, o que lhe permitiria auferir ganhos de escala.

Além disso, a política de substituição de importações **impede que a indústria nacional fique exposta à concorrência estrangeira**. Uma vez sem concorrência, a indústria nacional não tem incentivos para desenvolver seus produtos e processos e investir em tecnologia, terminando por ficar obsoleta.

outro lado, se a elasticidade-renda da demanda é pequena (inelástica), uma alteração da renda não altera substancialmente a demanda.

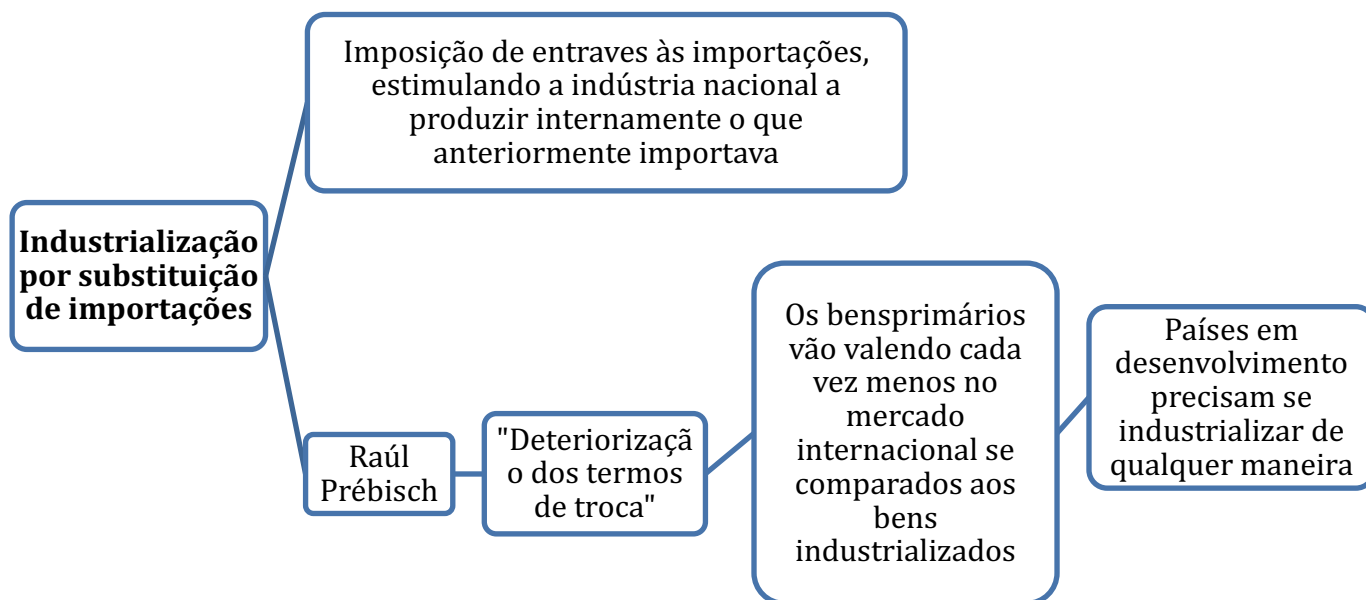


A política de substituição de importações insula o setor industrial da concorrência internacional por meio da utilização de barreiras comerciais. Dessa forma, pode-se afirmar que esse tipo de política tende a incluir um **viés em favor do setor urbano industrial**. Com a migração do campo para a cidade, diminui o número de trabalhadores no campo. Assim, começa a faltar mão-de-obra para trabalhar na produção agrícola, o que aumenta os custos de produção e, portanto, os preços desses produtos.

Cabe destacar, todavia, que quando um país adota uma política de substituição de importações, ele não consegue proteger todos os setores industriais, devendo **escolher quais setores serão beneficiadas**. Isso dá margem à corrupção de funcionários do governo, que ficam suscetíveis ao *lobby* feito pela indústria nacional.

Voltando a falar sobre nosso amigo Raúl Prébisch, embora sua teoria da substituição de importações fosse eminentemente protecionista, ele afirmava que os **países da América Latina não deveriam ficar completamente insulados** do comércio internacional. Ao contrário, ele considerava que estes deveriam buscar uma maior integração econômica entre si, já que possuíam o mesmo nível de desenvolvimento econômico. Suas ideias, inclusive, culminaram na **criação da ALALC** (Associação Latino-Americana de Livre Comércio).

O modelo de industrialização por substituição de importações foi empregado em larga escala pelos países da América Latina, que buscaram se fechar ao comércio internacional como forma de estimular o setor doméstico. Segundo vários economistas, esse modelo de industrialização foi o responsável pela **estagnação tecnológica dos países latino-americanos**. Com efeito, ao isolar a indústria nacional da concorrência estrangeira, ela fica limitada, não conseguindo desenvolver-se tecnologicamente.





61. (AFRFB 2009)

A política de substituição de importações valeu-se preponderantemente de instrumentos de incentivos à produção e às exportações, tendo o protecionismo tarifário importância secundária em sua implementação.

Comentários

A industrialização por substituição de importações se baseava na imposição de entraves às importações e, portanto, o protecionismo tarifário tinha importância fundamental nesse processo. Adicionalmente, verificamos que a concessão de incentivos à exportação ocorria no modelo de industrialização orientada para exportações.

Gabarito: errado

62. (ACE-2002-adaptada)

Historicamente, os processos de industrialização por substituição de importações favoreceram o desenvolvimento tecnológico em escala global, já que as economias mais atrasadas alcançam condições para desenvolver indústrias que passarão a competir com as das economias desenvolvidas.

Comentários

Não é possível dizer que o modelo de substituição de importações favoreceu o desenvolvimento tecnológico em escala global. Ao contrário, alguns economistas afirmam que ele foi responsável pela estagnação tecnológica dos países latino-americanos.

Gabarito: errado

63. (ACE-2002)

Entre as principais críticas aos instrumentos utilizados para proteger indústrias nascentes estão os argumentos que apontam algumas de suas implicações, a exemplo da dificuldade de se combinar as indústrias que devem receber proteção com o modelo de substituição de importações, a concordância das indústrias em dispensar a proteção recebida e seus efeitos deletérios sobre outras indústrias.

Comentários



A proteção à indústria nacional possui alguns efeitos indesejáveis sobre o fluxo de comércio exterior. Em primeiro lugar, nem todas as indústrias podem ser protegidas. Logo, cabe ao governo a decisão de escolher aqueles setores que receberão proteção, o que dá ensejo à corrupção. Ademais, a indústria nacional protegida *não concorda em perder a proteção*, ou seja, não quer “sair do colo do governo”! Dessa forma, a questão está errada.

64. (AFRF-2000-adaptada)

A Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) teve um papel decisivo na criação da ALALC.

Comentários

Segundo Raúl Prébisch, os países latino-americanos deveriam industrializar-se a qualquer custo, mas isso não deveria ser feito às custas de um isolamento total. Os países latino-americanos deveriam realizar trocas comerciais entre si, integrando-se economicamente. Essas ideias deram origem à Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC).

Gabarito: certo

65. (AFRF – 2000-adaptada)

Segundo a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), o comércio internacional tendia a gerar uma desigualdade básica nas relações de troca (uma deterioração nas relações de troca) pois os preços das matérias-primas tendiam a declinar a longo prazo, enquanto o preço dos produtos manufaturados (fabricados em geral em países desenvolvidos) tendia a subir.

Comentários

Um fenômeno observado pelos estruturalistas foi a “deterioração dos termos de troca”, gerada pelo ritmo desigual em que crescem os preços dos produtos primários se comparados aos preços dos produtos industrializados. Com isso, os países em desenvolvimento (que se especializam na produção de bens primários!) possuem desvantagem no comércio internacional frente aos países desenvolvidos (que se especializam na produção de bens industrializados!).

Gabarito: certo

66. (AFRF – 2000-adaptada)

Segundo a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), os países produtores de bens primários deveriam diversificar sua produção, deixando de ser produtores de monoculturas.

Comentários



Segundo a doutrina cepalina, os países produtores de bens primários deveriam se industrializar a qualquer custo.

Gabarito: certo

67. (AFRF – 2000-adaptada)

Segundo a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), os países em desenvolvimento deveriam procurar exportar produtos manufaturados.

Comentários

Os países em desenvolvimento não devem se restringir à produção e exportação de bens primários. É importante que esses países busquem produzir e exportar também produtos manufaturados.

Gabarito: certo

68. (AFRF – 2000-adaptada)

Segundo a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), os países em desenvolvimento deveriam abrir suas economias para torná-las mais competitivas e assim conquistarem espaço no comércio internacional.

Comentários

A CEPAL pregava que os países em desenvolvimento deveriam industrializar-se por meio da substituição de importações. Dessa forma, defendia-se que eles deveriam fechar suas economias ao comércio internacional, substituindo os produtos importados pela produção doméstica.

Gabarito: errado

69. (AFRF-2000-adaptada)

Segundo a teoria do desenvolvimento, que tem como um de seus maiores expoentes na América Latina o argentino Raúl Prébisch, os países subdesenvolvidos, pesadamente dependentes da produção e exportação de produtos primários, deveriam rejeitar a teoria das vantagens comparativas e industrializar-se a qualquer custo.

Comentários

Se os países em desenvolvimento levassem ao pé da letra a Teoria das Vantagens Comparativas e o Teorema Hecksher-Ohlin, eles jamais se industrializariam, especializando-se apenas na produção de bens primários. Era justamente isso o que Prébisch criticava!



Segundo esse economista, em virtude da deterioração dos termos de troca, os países em desenvolvimento deveriam rejeitar a teoria das vantagens comparativas e industrializar-se a qualquer custo.

Gabarito: certo

70. (ACE – 2002)

Os processos de industrialização por substituição de importações mostraram-se eficientes ao longo do século XX, como ilustra o desempenho dos chamados “Tigres Asiáticos”.

Comentários

Os Tigres Asiáticos adotaram um modelo de industrialização orientada para exportações (a qual estudaremos mais à frente!) A industrialização por substituição de importações foi amplamente utilizada na América Latina.

Gabarito: errado

71. (ACE-2002)

Aceitando-se que os processos de industrialização por substituição de importações podem ser bem-sucedidos, implicam a necessidade da opção, pela sociedade que os implementam, de financiar um setor econômico específico, uma vez que requeiram a imposição de políticas que distorcem, a um tempo, os fluxos comerciais e a alocação eficiente dos fatores de produção internos.

Comentários

Na industrialização por substituição de importações, o governo deve escolher qual setor industrial será protegido (já que não há como proteger todos os setores!). Ao proteger um setor em detrimento de outros, o governo distorce os fluxos comerciais e a alocação ótima dos fatores de produção.

Gabarito: certo

72. (ACE-2008)

Estratégias de desenvolvimento por meio da substituição de importações tendem a incluir um viés em favor do setor urbano industrial porque essas políticas, além de insularem o setor industrial da concorrência internacional, contribuem também para reduzir o desemprego urbano, elevar os preços agrícolas e valorizar as taxas de câmbio.

Comentários



A industrialização por substituição de importações não contribui para reduzir o desemprego urbano. Ao contrário, com o estímulo ao setor industrial, ocorre forte movimento migratório em direção às cidades. Como nem todo mundo consegue emprego, *o desemprego urbano acaba aumentando*, o que torna a

Gabarito: errado

73. (AFRF – 2000- adaptada)

Segundo a teoria do desenvolvimento, os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento devem procurar manter a capacidade de produzir um único artigo, considerado estratégico, tal como combustível, café, armamento bélico etc., mesmo que tal atitude seja desinteressante em termos puramente econômicos.

Comentários

A teoria do desenvolvimento não pregava que os países deveriam manter a capacidade de produzir um único artigo estratégico. Ao contrário, eles deveriam industrializar-se a qualquer custo, diversificando sua produção.

Gabarito: errado

74. (AFRF – 2000 – adaptada)

Segundo Prébisch, devido à tendência secular de deterioração dos termos de intercâmbio dos produtos industriais que os países desenvolvidos exportavam e os bens primários que exportavam os países atrasados, a única solução a médio e longo prazos para estes últimos seria modificar sua inserção na economia mundial, produzindo localmente aqueles bens industriais que antes importavam, através de políticas que procurassem substituir essas importações, criando uma indústria nacional protegida pelo Estado.

Comentários

Prébisch defende que, em razão da deterioração dos termos de troca, os países em desenvolvimento deveriam industrializar-se a qualquer custo. Eles deveriam fazê-lo por meio do modelo de substituição de importações, impondo barreiras à entrada de produtos estrangeiros como forma de estimular o desenvolvimento da indústria doméstica.

Gabarito: certo

75. (AFRF – 2000)

O livre cambismo só beneficia os países em desenvolvimento, que apresentam uma pauta de exportações onde a maioria dos produtos possui demanda inelástica.



Comentários

Raúl Prébisch dizia exatamente o contrário! Para esse economista argentino, o livre comércio seria prejudicial aos países em desenvolvimento. Isso porque estes países se especializam na produção de bens primários, os quais valem cada vez menos no mercado internacional se comparados aos bens industrializados. Segundo Prébisch, esse efeito é decorrente da menor elasticidade-renda da demanda dos bens primários.

Gabarito: errado

3.2- INDUSTRIALIZAÇÃO ORIENTADA PARA EXPORTAÇÕES:

Nas décadas de 50 e 60, acreditava-se que o melhor caminho para promover o desenvolvimento industrial de um país seria por meio de uma estratégia de substituição de importações. No entanto, ao analisar as economias dos países latino-americanos (que aplicaram largamente essa doutrina!), verifica-se que esse tipo de política não foi bem sucedida.

O desenvolvimento industrial poderia ser alcançado através de outra estratégia, orientada para exportações. Com efeito, países que adotaram essa estratégia atingiram altas taxas de crescimento, como é o caso dos Tigres Asiáticos e da própria China (hoje 2ª economia do mundo!). Tais países têm adotado políticas direcionadas à conquista do mercado externo, caracterizando-se pela extrema abertura ao comércio internacional.

Enquanto na substituição de importações, a indústria nacional se desenvolve visando abastecer o mercado interno, na industrialização voltada para exportações o **foco é o mercado internacional**. Em outras palavras, enquanto no primeiro modelo predomina o protecionismo, no segundo a filosofia é mais liberal.

A análise da experiência vivenciada pelas **economias do Leste Asiático** tem marcado as discussões de economistas ao redor do mundo, que buscam entender quais as **razões para o alto crescimento econômico** desses países. Essa tarefa não é, entretanto, tão simples quanto aparenta e existem versões diferentes sobre o desenvolvimento asiático.

As economias do Leste Asiático, apesar de não praticarem o livre comércio integralmente, possuem **taxas de proteção efetivas baixas**, inferiores às dos países em desenvolvimento. Segundo alguns autores, a **política comercial** seria, portanto, a razão principal para o rápido crescimento asiático.

Outros economistas atribuem o sucesso asiático à **política industrial**, que é baseada em incentivos setoriais e aos setores exportadores. Argumenta-se, todavia, que a política industrial nesses países foi baseada em um **“intervencionismo sofisticado”**. Nesse modelo, a intervenção do governo não seria apenas sob a forma de alíquotas, cotas e subsídios à exportação. Ao contrário, ela envolveria mecanismos mais complexos, como o incentivo governamental à pesquisa e desenvolvimento, incentivo à educação e qualificação profissional e investimentos em infra-estrutura.



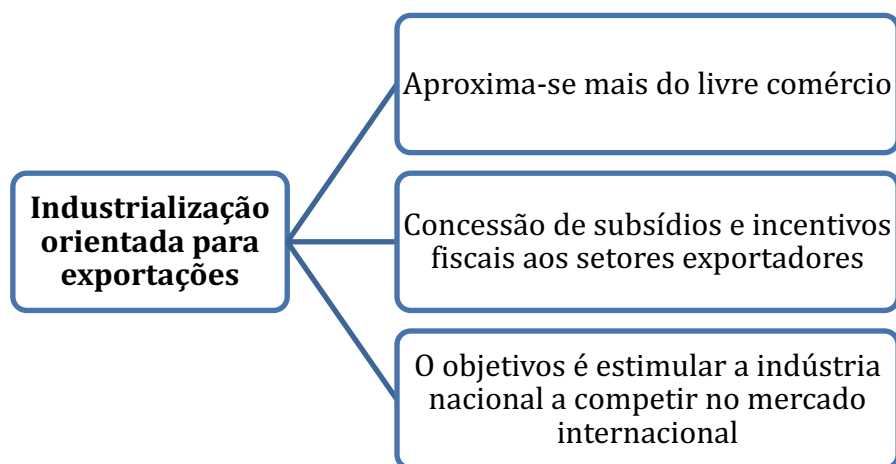
Há ainda outra linha, que considera que a política comercial e a política industrial não são argumentos suficientes para explicar o crescimento asiático. Segundo alguns economistas, esses países alcançaram tal notoriedade em razão das **altas taxas de poupança interna** e dos **elevados investimentos em ensino público**.

Comparando-se o modelo de industrialização voltada para exportações com o modelo de substituição de importações, é possível inferir que no primeiro a **indústria nacional é exposta à concorrência internacional**. Essa exposição faz com que ela tenha **incentivos para investir em tecnologia e aperfeiçoar seus produtos e processos**.

No modelo de industrialização voltada para exportações, **as empresas não ficam limitadas ao mercado doméstico**, possuindo acesso ao mercado internacional como um todo. Por um lado, isso resulta em maior vulnerabilidade externa; por outro, permite que elas possam auferir os benefícios das economias de escala.

Destaque-se, ainda, que **os países pequenos conseguem auferir maiores benefícios do uso de políticas industriais orientadas para exportações**, haja vista o exemplo dos Tigres Asiáticos. Vamos pensar juntos!

Em países pequenos, há menos empresas dentro de um mesmo setor do que em países grandes. Se há poucas empresas concorrendo, seus custos serão menores, já que elas produzirão mais (por dividirem o mercado nacional / internacional em fatias maiores!). Dessa forma, o incentivo governamental concedido aos setores exportadores de países pequenos lhes permitirá auferir maiores economias de escala internas.



HORA DE
PRATICAR!

76. (AFRFB-2009)



As economias orientadas para as exportações, como as dos países do Sudeste Asiático, praticam políticas comerciais liberais em que são combatidos os incentivos e quaisquer formas de proteção setorial, privilegiando antes a criação de um ambiente econômico favorável à plena competição comercial.

Comentários

No modelo de industrialização orientada para exportações, há sim intervenção governamental, que ocorre sob a forma de subsídios e incentivos setoriais aos setores exportadores.

Gabarito: errado

77. (ACE-2002 - adaptada)

No que concerne a políticas públicas implementadas pelos governos, os processos de industrialização por substituição de importações assemelham-se aos processos de industrialização baseados em atividades orientadas para a exportações. Diferenciam-se apenas pela ênfase na diversificação da pauta de importações.

Comentários

O modelo de industrialização por substituição de importações é diametralmente oposto ao modelo de industrialização orientada para exportações. Enquanto no primeiro a produção é voltada para o mercado interno, no segundo ela é direcionada para a exportação. Destaque-se, ainda, que o modelo de substituição de importações é eminentemente protecionista; o modelo de industrialização orientada para exportações, por sua vez, possui caráter liberal.

Por tudo o que comentamos, a questão está errada.

Gabarito: errado

78. (ACE-2008)

Os ganhos derivados do uso de políticas industriais orientadas para as exportações serão mais elevados quando adotadas por países pequenos, em que os setores potencialmente exportadores apresentam substanciais economias internas de escala.

Comentários

De fato, países pequenos conseguem auferir maiores benefícios do uso de políticas industriais orientadas para exportações, haja vista o exemplo dos Tigres Asiáticos.

Gabarito: certo



3.3- POLÍTICA COMERCIAL ESTRATÉGICA:

Na década de 80, surgiram nos países desenvolvidos novas ideias defendendo a intervenção governamental na economia. Esses novos argumentos se baseavam fundamentalmente na existência de setores de alta tecnologia, os quais se tornaram importantes após o surgimento do chip de silício.²⁶

Como estudamos anteriormente, um dos argumentos a favor de uma política comercial ativista é a existência de falhas de mercado. Podemos apontar que uma das **falhas de mercado** reconhecidas pelos economistas é o **problema da apropriabilidade**.

O problema da apropriabilidade existe nos setores de alta tecnologia. Ele está relacionado ao fato de que as empresas de determinados setores **geram conhecimentos que são utilizados por outras empresas sem que estas últimas tenham que pagar por isso**. O investimento em pesquisa e desenvolvimento gera externalidades positivas, que beneficiam vários outros setores e empresas do mesmo setor.

Dessa forma, é possível afirmar **que alguns setores intensivos em tecnologia geram externalidades positivas que não são apropriadas em sua integralidade pelas empresas inovadoras**. Mas o que isso quer dizer?

Não é tão difícil, meus amigos! Imaginem o caso de uma indústria produtora de equipamentos eletrônicos. Para desenvolver novos modelos, essas indústrias necessitam investir consideravelmente em pesquisa e desenvolvimento. Após a realização de tais investimentos, um equipamento de última geração é produzido. Mas aí, uma outra empresa, utilizando-se da engenharia reversa, desmonta esse equipamento e descobre o segredo industrial, rapidamente desenvolvendo um modelo com a tecnologia parecida.

Perceba que, nesse caso, a segunda empresa apropriou-se do conhecimento gerado pela empresa inovadora. Com efeito, o conhecimento gerado pela empresa inovadora (externalidade positiva) não foi apropriado integralmente por ela. Em outras palavras, apesar de ela ter investido, terceiros se beneficiaram. Esse é o **“problema da apropriabilidade”**, segundo o qual as empresas inovadoras têm dificuldade de se aproveitar integralmente das externalidades por elas geradas!

Em razão disso, **o governo deve estimular a produção de bens de maior valor agregado e de maior potencial de irradiação econômica**. Afinal de contas, ninguém quer investir para que outros se beneficiem. É necessário, portanto, um estímulo estatal!

Além disso, nos utilizando dos conceitos de Raúl Prébisch, OS **bens de alto valor agregado** vão valendo cada vez mais com o passar do tempo, se comparados com os bens primários, cujos termos

²⁶ KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional: teoria e política**. 8ª edição, São Paulo: Pearson Prentice Hall. 2010.



de troca vão se deteriorando. Dessa forma, se um país estimula a produção e exportação desses bens de maior valor agregado, há uma **melhoria em seus termos de troca**, gerando crescimento econômico.

Por tudo isso é que podemos dizer que as **políticas comerciais estratégicas** se caracterizam pelo **estímulo do governo à produção e à competitividade de bens de alto valor agregado e de maior potencial de irradiação econômica** (geração de externalidades positivas), os quais são destinados fundamentalmente para os mercados de exportação.



79. (AFRFB-2009)

A ênfase ao estímulo à produção e à competitividade de bens de alto valor agregado e de maior potencial de irradiação econômica e tecnológica a serem destinados fundamentalmente para os mercados de exportação caracteriza as políticas comerciais estratégicas.

Comentários

Conforme comentamos acima, políticas comerciais estratégicas são aquelas que buscam estimular a produção e a exportação de bens de alto valor agregado, em razão do potencial de irradiação econômica desses bens.

Gabarito: certo

4- BARREIRAS TARIFÁRIAS / BARREIRAS NÃO-TARIFÁRIAS:

4.1- BARREIRAS NÃO-TARIFÁRIAS:

As barreiras comerciais se dividem em **barreiras tarifárias** e **barreiras não-tarifárias**. Barreiras tarifárias são, conforme o próprio nome explicita, as tarifas incidentes sobre as importações, isto é, os direitos aduaneiros. Barreiras não-tarifárias, por sua vez, são, a grosso modo, qualquer barreira que não seja na forma de tarifa.

Durante anos de negociações comerciais sob a égide do GATT e, a partir de 1994, no âmbito da OMC, as barreiras tarifárias foram progressivamente reduzidas a patamares bem baixos. Com efeito, as regras do sistema multilateral possuem uma espécie de “trava” em relação aos direitos aduaneiros. Os membros da OMC elaboram listas de compromissos (“*schedule of concessions*”), nas quais consolidam as tarifas máximas a serem cobrados para cada produto. Feito isso, não podem voltar atrás unilateralmente, mas somente via renegociação.



Diante do impedimento de elevar direitos aduaneiros já reduzidos, os países começaram a utilizar-se de **barreiras não-tarifárias**, que atualmente são a principal forma de protecionismo existente. E aqui, meus amigos, “não há limite para a maldade!”. Existem variados tipos de barreiras não-tarifárias, usadas com o objetivo de restringir o comércio e proteger a indústria doméstica. Vejamos quais são as principais barreiras não-tarifárias:

a) Cotas tarifárias / Cotas não-tarifárias: tanto as cotas tarifárias quanto as não-tarifárias são restrições quantitativas às importações. As **cotas não-tarifárias** consistem em um limite quantitativo além do qual o Governo não autoriza a entrada do produto no País. As **cotas tarifárias**, por sua vez, consistem em um limite quantitativo além do qual, embora o Governo autorize a entrada do produto no País, a alíquota do imposto de importação (II) incidente é superior.

Se o Governo institui uma regra que dispõe que só entram no Brasil 6.000 toneladas de coco ralado por ano, temos aí uma cota não-tarifária. Já se o Governo estabelece que podem entrar no Brasil 6.000 toneladas de coco ralado pagando 2% de I.I e, acima dessa quantidade, o imposto será de 15%, teremos uma cota tarifária.

A **cota não-tarifária** é, dentre todos os mecanismos protecionistas, o que **causa maiores distorções ao fluxo do comércio internacional**. Isso se explica porque, frente a uma tarifa aduaneira, o exportador estrangeiro poderá aumentar sua eficiência, reduzir custos e, em decorrência disso, obter acesso ao mercado do país importador. Diante de uma cota, de nada adianta o exportador estrangeiro aumentar sua eficiência; ele não terá um acesso ao mercado do país importador além do que a cota lhe faculta.

Cabe destacar que o art. XI do GATT, reconhecendo que a cota não-tarifária é um mecanismo protecionista altamente pernicioso, proíbe a utilização de restrições quantitativas. Em situações excepcionais, como por exemplo para conter restrições no Balanço de Pagamentos ou, ainda, frente a um surto de importações, admite-se a utilização de cotas não-tarifárias.

Os agentes econômicos que têm **acesso às cotas não-tarifárias** possuem uma **quase-renda**, uma vez que terão acesso a um ativo bem específico que lhes gera uma vantagem em relação aos outros agentes econômicos: o direito de importar dentro de limites quantitativos definidos pelo Governo.

b) Subsídios: consistem em uma contribuição financeira concedida por um governo com o objetivo de proporcionar uma vantagem a um setor específico da economia.

Os subsídios podem ser basicamente de dois tipos: i) subsídios à exportação e; ii) subsídios de ajuda interna. Teremos um subsídio à exportação se o governo determinar, por exemplo, que para cada quilograma de soja exportado, o agricultor receberá US\$ 3,00. O subsídio de ajuda interna, por sua vez, ficaria caracterizado se o governo determinasse, por exemplo, que para cada quilograma de soja produzido, o agricultor receberá US\$ 3,00.

Tanto os subsídios à exportação quanto os de ajuda interna representam distorções ao comércio internacional, uma vez que modificam as escolhas dos agentes econômicos. Os subsídios não são



uma prática incentivada pela Organização Mundial do Comércio (OMC) em virtude de não serem dotados de transparência. Embora os membros da OMC tenham a obrigação de notificar essa organização internacional sobre todos os subsídios concedidos, isso nem sempre é cumprido.

No **curto prazo**, os subsídios às exportações podem trazer resultados positivos para a economia, uma vez que terão como efeito expandir as exportações líquidas. Com efeito, se a indústria nacional for estimulada a exportar por meio de subsídios, nada mais natural do que ocorram superávits na Balança Comercial. Todavia, no **longo prazo**, os subsídios às exportações distorcem a alocação eficiente dos fatores de produção, trazendo prejuízos à economia.

Os **efeitos dos subsídios à exportação sobre os preços são exatamente o inverso dos efeitos provocados pelas tarifas**. As tarifas aumentam o preço do bem no país importador e reduzem o preço desse mesmo bem no país exportador. Os **subsídios à exportação reduzem o preço do bem no país importador (mercados de destino) e aumentam o preço do bem no país exportador (mercado interno)**. A redução do preço das exportações (preço do bem no país importador) **piora os termos de troca** do país que concede os subsídios à exportação.

c) Medidas Antidumping / Medidas Compensatórias: são medidas de defesa comercial autorizadas pela normativa da OMC para fazer frente, respectivamente, à prática de *dumping* e subsídio que causem dano à indústria nacional.

Tanto as medidas antidumping quanto as medidas compensatórias possuem **natureza jurídica não-tributária**, uma vez que se configuram em sanções de ato ilícito, fugindo ao conceito de tributo.²⁷ Considerando-se que elas não possuem natureza jurídica tributária, podemos afirmar que são barreiras não-tarifárias.

Na atualidade, pode-se dizer que há um **recurso abusivo a medidas antidumping**, configurando-se esta uma nova forma de protecionismo. As medidas compensatórias ainda são menos disseminadas, uma vez que possuem implicações políticas, por representarem contestação à política econômica do país que concede o subsídio²⁸.

e) Medidas de Salvaguarda: são medidas de defesa comercial aplicadas para conter um surto de importações que está causando dano grave à indústria nacional. Podem ser aplicadas na forma de elevação do imposto de importação (barreiras tarifárias) ou na forma de restrições quantitativa (barreiras não-tarifárias).

²⁷ Segundo o Código Tributário Nacional, tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, **que não constitua em sanção de ato ilícito**, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

²⁸ BARRAL, Welber; BROGINI, Gilvan. **Manual Prático de Defesa Comercial**. São Paulo: Aduaneiras, 2007.



f) Licenças de Importação: representam a autorização governamental para a realização de uma importação, sendo concedidas, normalmente, antes do embarque da mercadoria no exterior. Quanto utilizadas de forma arbitrária, tornam-se uma grave restrição às importações.

g) Taxas Múltiplas de Câmbio: consiste em adotar taxas de câmbio diferenciadas conforme o produto objeto da importação. Se o governo deseja conferir proteção a determinada indústria, ele fixa uma taxa cambial elevada para as importações de bens por ela produzidos. Ao contrário, se o governo deseja flexibilizar as importações de determinado produto, ele irá fixar taxas cambiais favorecidas.

A título de exemplo, imagine que o governo deseja proteger a indústria automobilística. Para isso, ele estabelece que a taxa cambial a ser utilizada na importação de automóveis deverá ser US\$ 1,00=R\$3,00 (considere que a taxa de mercado seja US\$ 1,00= R\$2,00). Com isso, se o importador está comprando um carro de US\$10.000,00, ele terá que pagar R\$ 30.000,00, valor muito superior ao que seria cabível se fosse utilizada a taxa de mercado.

No Brasil, a Instrução nº 70 da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito), implantada em 1953, estabelecia taxas múltiplas de câmbio, classificando as mercadorias importadas em cinco grupos diferentes.

h) Regulamentações Técnicas: são medidas impostas pelos países como forma de garantir que os produtos cumpram requisitos mínimos de qualidade/desempenho. É o caso, por exemplo, dos brinquedos, que devem cumprir normas de segurança a fim de se evitar acidentes envolvendo crianças.

i) Medidas sanitárias e fitossanitárias: são medidas impostas pelo governo como forma de proteger a saúde e a vida das pessoas e animais e preservar os vegetais. Como exemplo, citamos as restrições que a União Europeia impõe sobre as exportações brasileiras de carne bovina.

j) Práticas Arbitrárias de Valoração Aduaneira: a valoração aduaneira, conforme estudaremos em aula posterior, é o processo de determinação da base de cálculo dos direitos aduaneiros (imposto de importação). Se um país utiliza métodos de valoração aduaneira com o **objetivo de superdimensionar a base de cálculo do imposto de importação**, estaremos diante de uma barreira não-tarifária.

l) Acordos Voluntários de Restrição às Exportações (AVRE's): são acordos bilaterais por meio dos quais um país exportador se compromete a limitar suas exportações de um determinado produto para o mercado do país importador. Podemos dizer que tais acordos são “voluntários” apenas no nome, já que sua conclusão ocorre, normalmente, sob ameaças de retaliação. Para viabilizar os AVREs, o país exportador impõe restrições quantitativas (cotas) às exportações.

m) Requisitos de Conteúdo Nacional: são medidas adotadas pelo governo que condicionam a concessão de vantagens e benefícios a uma preferência por produtos nacionais. Como exemplo,



citamos a vinculação de linhas de crédito mais favorecidas a empresas que utilizem em seu processo produtivo mais de 60% de insumos nacionais.

n) Formalidades Alfandegárias: os procedimentos aduaneiros podem transformar-se em restrições não-tarifárias quando forem exageradamente burocráticos e complicados, implicando em custos adicionais aos operadores de comércio exterior. No âmbito da OMC, discute-se, atualmente, sobre a necessidade de promover a **facilitação de comércio**, que consiste, fundamentalmente, na desburocratização das operações de comércio exterior.

4.2- BARREIRAS TARIFÁRIAS / MODALIDADES DE TARIFAS:

No sistema tributário brasileiro, o termo “tarifa” é utilizado como sinônimo de preço público, não possuindo, portanto, natureza tributária. Entretanto, ao estudarmos Comércio Internacional, “tarifa” tem outro significado bem distinto.

Em Comércio Internacional, o termo “tarifa” é utilizado para se fazer referência aos “**direitos aduaneiros**”, que são os gravames incidentes nas operações de comércio exterior, sejam elas importações ou mesmo exportações. Assim, “tarifa” é sinônimo de **imposto de importação** ou **imposto de exportação**. Destaque-se, entretanto, que é muito mais comum associá-la ao imposto de importação, uma vez que não é muito comum que os países se utilizem do imposto de exportação.

Os direitos aduaneiros (tarifas) são sempre impostos com **finalidades extrafiscais**, buscando promover a regulação da economia. Ao impor uma alíquota elevada do imposto de importação, o governo protege a indústria contra a concorrência estrangeira; por outro lado, ao reduzir a alíquota do imposto de importação, estimula-se a entrada do bem no país.

Há diversos tipos (modalidades) de tarifas:

- a) **Tarifas “ad valorem”:** são impostas na forma de um percentual incidente sobre a base de cálculo, que pode ser o valor aduaneiro (no caso de uma importação) ou o preço normal (no caso de uma exportação). Exemplo: 35%, 20%, 10%.
- b) **Tarifas específicas (“ad mensuram”):** são valores impostos sobre uma determinada unidade de medida. Exemplo: R\$ 2,00 / kg; R\$ 3,00 / litro.
- c) **Tarifas mistas** (compostas): são aquelas que incorporam elementos das tarifas “ad valorem” e das tarifas específicas. Exemplo: R\$ 5,00 / kg + 10%.
- d) **Tarifas técnicas:** são impostas levando-se em consideração o conteúdo ou os componentes de um determinado produto. Exemplo: R\$ 3,00/ kg de couro; R\$ 2,00/ kg de ferro.

Embora restrinjam as trocas internacionais, provocando distorções na alocação ótima dos fatores de produção, as tarifas são consideradas a forma mais **transparente** de protecionismo. Em razão disso, a OMC defende a tarifificação das barreiras comerciais como forma de evitar que sejam impostas restrições veladas ao comércio internacional na forma de barreiras não-tarifárias.





80. (ANCINE – 2013)

Os acordos voluntários de restrição às exportações (AVRE) não são considerados barreiras ao comércio exterior, sendo incentivados pela OMC como alternativas às barreiras tarifárias.

Comentários:

Os AVREs (acordos voluntários de restrição às exportações) são barreiras não-tarifárias. A OMC não incentiva, de modo algum, a sua utilização, uma vez que eles causam graves distorções ao fluxo do comércio internacional. Questão errada.

81. (ACE-2002)

Desde que ocorra, a proteção a indústrias nascentes atinge os resultados pretendidos a custos semelhantes, não importando muito se utiliza instrumentos tais como cotas, subsídios ou tarifas.

Comentários

A imposição de tarifas, cotas e subsídios tem efeitos diferenciados sobre o comércio internacional. As cotas são o instrumento protecionista que causa maiores distorções ao comércio internacional. Por sua vez, os subsídios causam menor distorção.

Gabarito: errado

82. (ACE-2002)

Subsídios a exportações podem produzir resultados positivos em uma economia nacional no curto prazo, por expandir as exportações líquidas, mas, no longo prazo, implicam distorções que dificultam a alocação eficiente de fatores de produção tanto internamente como, dependendo do tamanho da economia, em âmbito global.

Comentários

No *longo prazo*, os subsídios às exportações distorcem a alocação eficiente dos fatores de produção, trazendo prejuízos à economia. Por tudo o que comentamos, a questão está correta.

83. (ACE-1997 - adaptada)

Os Acordos Voluntários de Restrição às Exportações (AVRE's) têm como objetivo principal levar o país a equilibrar suas exportações, como em um sistema de compensações.



Comentários

O objetivo dos AVRE's é limitar as importações de um produto específico, protegendo a indústria nacional (e não levar o país a equilibrar suas exportações!). A questão está, portanto, errada.

84. (AFRF-2000-adaptada)

As Barreiras não-tarifárias são frequentemente apontadas como grandes obstáculos ao comércio internacional. Podem vir a se constituir Barreiras não-tarifárias (BNT) as medidas fitossanitárias, normas de segurança, as licenças de importação e as cotas.

Comentários

São barreiras não-tarifárias as medidas sanitárias e fitossanitárias, as normas de segurança (regulamentos técnicos), as licenças de importação e as cotas.

Gabarito: certo

85. (AFRF-2000 – adaptada)

É exemplo de prática restritiva adotada pelos governos a negociação de acordos voluntários de restrição às exportações.

Comentários

Os Acordos Voluntários de Restrição às Exportações (AVRE's) são sim exemplo de prática restritiva ao comércio internacional adotada pelos governos. Por meio desse tipo de acordo, um país limita voluntariamente suas exportações a outro país. É claro que ele impõe essa limitação às suas exportações em virtude da ameaça de retaliação que sofre por parte de outro país.

Gabarito: certo

86. (AFRF – 2000)

É exemplo de prática restritiva adotada pelos governos a manutenção de barreiras à entrada no mercado de produto estrangeiro para proteger o produtor doméstico.

Comentários

A imposição de entraves à importação de produtos estrangeiros é exemplo de prática protecionista.

Gabarito: certo

87. (ACE-2012)



Em relação aos subsídios às exportações, é correto afirmar que seus efeitos sobre os preços no mercado interno do país que os aplica são semelhantes aos de uma tarifa sobre as importações.

Comentários

A ESAF retirou essa questão do livro do Paul Krugman, mas, infelizmente, pisou na bola ao elaborar o enunciado... Explico. Em seu livro, Krugman demonstra que os *efeitos dos subsídios à exportação sobre os preços* são exatamente o inverso dos efeitos provocados pelas tarifas.

Todavia, Krugman faz análise *sob a ótica de "país exportador" e "país importador"*. Sob essa ótica, temos que: i) as tarifas aumentam o preço do bem no país importador e reduzem o preço do bem no país exportador e; ii) os subsídios à exportação reduzem o preço do bem no país importador e aumentam o preço do bem no país exportador. Fica claro, então, que, nessa análise, os efeitos são inversos.

O problema é que a *ESAF induziu o candidato a analisar o fenômeno sob a ótica do "país que aplica"* o instrumento de política comercial. E aí, o que acontece é o aumento dos preços no mercado interno do país que aplica a tarifa (país importador) e aumento dos preços no mercado interno do país que concede o subsídio à exportação (país exportador). A questão deveria ter sido considerada, sob essa ótica, como correta.

Todavia, como já afirmei antes, a ESAF retirou a questão do livro do Paul Krugman, que nos afirma que os *efeitos das tarifas sobre os preços são opostos aos do subsídio à exportação*.

Gabarito: errado

88. (ACE-2012)

Em relação aos subsídios às exportações, é correto afirmar que produzem deterioração dos termos de troca ao elevar os preços no mercado interno e reduzi-los nos mercados de destino, o que é compensado pelo aumento da renda que provocam no mercado interno.

Comentários

Os subsídios à exportação reduzem os preços do bem no país importador (mercados de destino) e elevam o preço do bem no país exportador (mercado interno), o que leva à **deterioração dos termos de troca do país que concede o subsídio**. No entanto, não se pode dizer que o subsídio leva ao aumento da renda no mercado interno, uma vez que a literatura econômica se posiciona no sentido de que os subsídios diminuem o bem estar líquido geral da economia.

Gabarito: errado

89. (ACE-2012)



Em relação aos subsídios às exportações, é correto afirmar que possuem efeitos positivos em termos do bem-estar econômico geral de um país na medida em que contribuem diretamente para o crescimento e diversificação da atividade econômica e para o aumento do emprego e da renda nos setores exportadores.

Comentários

Os subsídios às exportações provocam perda de bem-estar social à economia, na medida em que distorcem a alocação eficiente dos fatores de produção.

Gabarito: errado



QUESTÕES COMENTADAS

1. (AFRF-2000)

A transnacionalização é um fenômeno distinto que, sutilmente, relega a internacionalização comercial quase a um segundo plano. Este fenômeno começou a ser percebido a meados dos anos sessenta, quando o valor da produção das subsidiárias dos grandes conglomerados industriais no estrangeiro começou a superar o valor do comércio internacional. O auge da inversão estrangeira direta, que alentou a instalação destas sucursais, deveu-se a múltiplos fatores: a reconstrução e recuperação de um mundo destruído pela guerra, o descobrimento da possibilidade de dividir o ciclo produtivo de maneira muito mais fina do que no passado e a compreensão de que era possível ter acesso às vantagens comparativas (relativas) peculiares que ofereciam os diversos países e regiões do mundo. O grande mérito de um economista foi mostrar que o comércio também seria proveitoso para dois países, mesmo que um deles tivesse vantagem absoluta sobre o outro na produção de todas as mercadorias; mas sua vantagem seria maior em alguns produtos do que em outros.

O economista em questão foi:

- a) Adam Smith
- b) Stephen Kanitz
- c) Keneth Galbraith
- d) Karl Max
- e) David Ricardo

Comentários

Típica questão da ESAF, na qual ela consegue vencer o aluno pelo cansaço! 😊

Vejamos o finalzinho do enunciado: *“O grande mérito de um economista foi mostrar que o comércio também seria proveitoso para dois países, mesmo que um deles tivesse vantagem absoluta sobre o outro na produção de todas as de mercadorias; mas sua vantagem seria maior em alguns produtos do que em outros”*.

Como já sabemos, o modelo de Adam Smith não era suficiente para explicar que o comércio internacional seria possível quando um país fosse mais eficiente na produção de todos os bens considerados. Foi a Teoria das Vantagens Comparativas que conseguiu resolver esse problema!

Criada por David Ricardo, a Teoria das Vantagens Comparativas previa que *cada país deveria se especializar na produção de bens em que fosse relativamente (comparativamente) mais eficiente*.



Segundo David Ricardo, o comércio internacional seria possível mesmo que um país tivesse vantagens absolutas em todos os bens considerados. A resposta é, portanto, a letra E.

2. (ACE-2012)

De acordo com o modelo de David Ricardo, o padrão de especialização produtiva de um país e, por consequência, a composição de sua pauta exportadora está diretamente relacionada à(s):

- a) diferenças entre os custos de remuneração do capital em diferentes indústrias.
- b) vantagens relativas determinadas pela produtividade do fator trabalho em diferentes indústrias.
- c) dotação dos fatores de produção.
- d) vantagens absolutas derivadas das diferenças na remuneração da mão de obra.
- e) vantagens comparativas relativas determinadas pela produtividade do capital.

Comentários

Letra A: errada. A Teoria das Vantagens Comparativas, de David Ricardo, leva em consideração apenas a produtividade do trabalho.

Letra B: correta. No modelo ricardiano, a especialização decorre das vantagens comparativas, que são determinadas pela produtividade do trabalho, único fator de produção considerado.

Letra C: errada. O Teorema Heckscher-Ohlin é que determina que a especialização é decorrente da dotação de fatores de produção.

Letra D: errada. A Teoria das Vantagens Absolutas foi criada por Adam Smith.

Letra E: errada. O modelo ricardiano leva em consideração apenas a produtividade do trabalho.

3. (AFRF-2000)

Tradicionalmente os países latino-americanos mantiveram economias fechadas, fundamentalmente primário-exportadoras, com uma indústria incipiente e protegida; governos grandes, nacionalistas e pouco eficientes; setores privados excessivamente tímidos e quase inexistentes, sociedades simples, mas tremendamente dicotômicas; mercados de trabalho fortemente concentrados, e uma cultura paroquial que, de acordo com um ditado mexicano, vivia agarrada ao passado. Os primeiros passos de sua inserção no processo de globalização lhes deram acesso aos mercados comerciais, tecnológicos e financeiros internacionais e, o que é mais importante, aos mercados do conhecimento e das ideias, que favoreceu o fortalecimento de suas vinculações políticas com o resto do mundo, permitindo-



lhes constituir esquemas de integração competitivos, abertos e extrovertidos, proporcionando a diversificação de sua estrutura social e ocupacional, exercendo pressão para a melhoria de seus sistemas educativos, estabelecendo desafios, cujas respostas estão surpreendentemente atrasadas, do ponto de vista da modernização de seus sistemas políticos e do Estado. Já vimos que o comércio internacional depende das diferenças dos custos (ou preços) relativos dos artigos produzidos pelos vários países.

Por que os países apresentam uma estrutura de custo diferenciado?

- a) A resposta nos é dada pelo economista Adam Smith em sua obra “Comércio Inter-regional e Internacional”.
- b) A resposta nos é dada pelo economista Bertil Ohlin em sua obra “Comércio Inter-regional e Internacional”.
- c) A resposta nos é dada pelo economista Peter Schumpeter em sua obra “Comércio Interregional e Internacional”.
- d) A resposta nos é dada pelo economista Francis Fukuyama em sua obra “Comércio Interregional e Internacional”.
- e) A resposta nos é dada pelo economista Paul Singer em sua obra “Comércio Inter-regional e Internacional”.

Comentários

Mais uma questão tipicamente esafiana! Texto longo e resposta simples! ☺

A grande pergunta que ela nos faz é a seguinte: por que os países apresentam uma estrutura de custo diferenciado?

Ora, os países têm estruturas de custo diferenciadas porque eles têm diferentes dotações de fatores de produção. Um fator de produção relativamente abundante no território de um país terá um custo relativo mais baixo (lei da oferta e da procura!). Isso faz com que os países se especializem na produção de bens intensivos no fator de produção *relativamente abundante* em seu território. Trata-se da explicação dada pelo Teorema Heckscher-Ohlin. A resposta é, portanto, a letra B.

4. (Questão Inédita)

Levando-se em consideração as teorias do comércio internacional e as políticas comerciais utilizadas pelos países, analise os itens a seguir e atribua a letra (V) para as assertivas verdadeiras e a letra (F) para as falsas. Em seguida, marque a opção que contenha a sequência correta:



- () O modelo ricardiano não é suficiente para explicar o comércio internacional quando um país é mais eficiente que outro na produção de todos os bens considerados.
- () A imposição de tarifas e restrições quantitativas sobre as importações aumenta a competitividade da indústria nacional.
- () As vantagens comparativas decorrem das diferenças nas dotações de fatores de produção entre os países.
- () As políticas comerciais estratégicas têm como objetivo gerar externalidades positivas através do estímulo a setores intensivos em tecnologia.
- () A deterioração dos termos de troca é tese defendida pela corrente estruturalista, que argumenta que os países em desenvolvimento possuem desvantagem no comércio internacional e que, em razão disso, devem promover uma industrialização voltada para fora.
- a) FFVVF
- b) FFVFF
- c) FVFVV
- d) VFVVF
- e) VVVVF

Comentários

A *primeira assertiva* está errada. A Teoria das Vantagens Absolutas é que não consegue explicar a existência do comércio internacional quando um país é mais eficiente que outro na produção de todos os bens. O modelo ricardiano explicou que o comércio internacional seria possível mesmo nessa situação.

A *segunda assertiva* está errada. A imposição de barreiras às importações isola a indústria nacional da concorrência estrangeira e, ao fazê-lo, desestimula os investimentos em inovação. Isso leva à indústria nacional à obsolescência (e não a elevar sua competitividade!)

A *terceira assertiva* está correta. O Teorema Hecksher-Ohlin, ao dispor que cada país irá se especializar na produção de bens que sejam intensivos no fator de produção relativamente abundante em seu território, explica a teoria das vantagens comparativas. Por esse teorema, o que determina as vantagens comparativas é justamente a diferença na dotação dos fatores de produção entre os países.

A *quarta assertiva* está correta. Esse é o conceito de política comercial estratégica.



A *quinta assertiva* está errada. A tese da deterioração dos termos de troca foi o argumento utilizado para a implementação de modelos de industrialização voltados “para dentro” (industrialização por substituição de importações).

5. (Questão Inédita)

Assinale a alternativa incorreta acerca das políticas comerciais:

- a) A doutrina econômica aponta a existência de falhas de mercado como um argumento para a utilização de práticas protecionistas.
- b) A imposição de restrições quantitativas é admitida pela normativa do sistema multilateral de comércio em situações excepcionais.
- c) O comércio internacional é resultado das diferentes dotações de fatores de produção entre os países e das economias de escala.
- d) Segundo a teoria econômica, o livre comércio pode alterar a distribuição de renda em uma economia em favor dos detentores do fator de produção abundante no território do país.
- e) A proteção a setores intensivos em tecnologia tem por efeito desestimular a inovação, não sendo possível falar-se em geração de externalidades positivas decorrentes do protecionismo.

Comentários

A letra A está correta. Um dos argumentos apontados pelos economistas para a imposição de práticas protecionistas é a existência de falhas de mercado.

A letra B está correta. Em regra, a imposição de restrições quantitativas é vedada pela normativa do sistema multilateral de comércio (art. XI do GATT). Em alguns casos, como restrições no Balanço de Pagamentos e salvaguardas comerciais, a normativa da OMC admite a imposição de restrições quantitativas.

A letra C está correta. O comércio internacional ocorre por dois motivos: i) diferentes dotações de fatores de produção (o que é explicado pelo Teorema Hecksher-Ohlin) e; ii) economias de escala (teoria defendida por Paul Krugman)

A letra D está correta. Segundo o Teorema Hecksher-Ohlin-Samuelson, o livre comércio tem como efeito o aumento da remuneração do fator de produção abundante no território de um país. Logo, é possível afirmar que o *livre comércio redistribui a renda de uma economia em favor dos detentores do fator de produção abundante* (cuja remuneração é aumentada)

A letra E está errada. Os defensores de políticas comerciais estratégicas advogam que a proteção a setores intensivos em tecnologia pode gerar externalidades positivas.



6. (Questão Inédita)

“O estudo de economia internacional nunca foi tão importante como agora. No começo do século XXI, as nações estão mais intimamente ligadas do que antes, por meio do comércio de bens e serviços, dos fluxos de moedas e do investimento nas demais economias. E a economia global criada por essas ligações é um mar bem agitado: os formuladores de política econômica e os líderes empresariais em cada país, incluindo os Estados Unidos, precisam levar em conta as mudanças, às vezes velozes, na prosperidade econômica mundo afora.”

KRUGMAN, Paul & OBSTFELD, Maurice. Economia Internacional, 8ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. pp. 01

Assinale a alternativa incorreta acerca das políticas comerciais:

- a) O livre comércio, além de evitar as perdas de eficiência associadas à proteção, elimina as distorções de produção e consumo.
- b) O livre comércio fornece maiores oportunidades para a inovação e aprendizagem do que um sistema de comércio “administrado”.
- c) Um país grande, ao impor uma tarifa sobre as importações de determinado produto, pode afetar os preços internacionais desse produto, beneficiando, assim, seus termos de troca.
- d) A possibilidade de vazamentos tecnológicos e a existência de defeitos nos mercados de trabalho e de capitais são argumentos apresentados a favor de políticas comerciais liberais.
- e) As políticas comerciais adotadas com base em falhas de mercado são consideradas “políticas do segundo melhor”.

Comentários

Letra A: correta. O protecionismo resulta em *perdas de eficiência* distorções de produção e consumo. O livre comércio elimina essas distorções e evita as perdas de eficiência associadas à proteção, permitindo uma alocação ótima dos fatores de produção.

Letra B: correta. Entenda-se sistema de comércio “administrado” como a adoção, em certos setores, de políticas comerciais protecionistas. No livre comércio, a indústria nacional fica exposta à concorrência internacional e, portanto, precisa inovar e desenvolver-se tecnologicamente, a fim de aumentar sua competitividade. Assim, um ambiente em que predomina o livre comércio favorece a *inovação*.

Letra C: correta. Um país grande, ao impor uma tarifa sobre a importação de um determinado produto, pode afetar os preços internacionais desse produto. Mas como assim?



Simples. O país grande é um mercado consumidor enorme. Ao impor uma tarifa e barrar importações, aumentam os estoques internacionais do produto afetado pela tarifa. Há, portanto, um **aumento da oferta**, que leva à **redução dos preços do produto**.

E qual a relação disso com os termos de troca?

Os **termos de troca** são a relação entre o preço das exportações e o preço das importações (Termos de troca = Preço das Exportações / Preço das Importações). Se o preço do produto importado diminuiu (denominador diminuiu), os termos de troca aumentam (melhoram).

Letra D: errada. A possibilidade de vazamentos tecnológicos (“problema da apropriabilidade”) e defeitos nos mercados de trabalho e de capitais são **falhas de mercado**. A doutrina econômica considera as falhas de mercado como argumentos legítimos para a imposição de práticas protecionistas.

Letra E: correta. O ideal é que as falhas de mercado sejam combatidas por políticas domésticas diversas à política comercial. Nesse sentido, a política comercial é considerada apenas uma **“política do segundo melhor”**.

7. (AFRF-2003)

Sobre o protecionismo, em suas expressões contemporâneas, é correto afirmar-se que:

- a) tem aumentado em razão da proliferação de acordos de alcance regional que mitigam o impulso liberalizante da normativa multilateral.
- b) possui expressão eminentemente tarifária desde que os membros da OMC acordaram a tarifificação das barreiras não-tarifárias.
- c) assume feições preponderantemente não-tarifárias, associando-se, entre outros, a procedimentos administrativos e à adoção de padrões e de controles relativos às características sanitárias e técnicas dos bens transacionados.
- d) vem diminuindo progressivamente à medida que as tarifas também são reduzidas a patamares historicamente menores.
- e) associa-se a estratégias defensivas dos países em desenvolvimento frente às pressões liberalizantes.

Comentários

Letra A: errada. Os acordos regionais devem ser associados à liberalização comercial, ainda que em nível regional. Portanto, não se pode dizer que o protecionismo aumentou em razão da proliferação de acordos regionais.



Letra B: errada. Em razão dos compromissos tarifários assumidos pelos países no âmbito da OMC, as tarifas chegaram a um nível bem reduzido. Os países começaram, então, a pensar: “O que fazemos para proteger a indústria nacional?”. Foi então que eles criaram uma nova forma de protecionismo, que é predominante nos dias de hoje: o *protecionismo não-tarifário*.

Letra C: correta. Devido à redução das tarifas, o ***protecionismo se tornou eminentemente não-tarifário***. São exemplos de barreiras não-tarifárias os regulamentos técnicos e as medidas sanitárias e fitossanitárias

Letra D: errada. No atual contexto internacional, notadamente após a crise financeira internacional eclodida em 2008, houve o ***recrudescimento das práticas protecionistas***.

Letra E: errada. Não são apenas os países em desenvolvimento que adotam práticas protecionistas. Os países desenvolvidos também o fazem.

8. (ACE-2012)

Considerando-se a ação governamental no modelo de industrialização orientada para as exportações, é correto afirmar que:

a) é limitada em razão do protagonismo central dos agentes econômicos privados nacionais e estrangeiros atuantes na atividade exportadora na realização de investimentos produtivos e em relação aos fatores que garantem competitividade nos mercados internacionais.

b) é semelhante à desenvolvida no modelo de substituição de importações na medida em que está centrada na aplicação de instrumentos tarifários e incentivos à produção.

c) é de caráter subsidiário e envolve fundamentalmente a promoção de marcos políticos, jurídicos e institucionais favoráveis aos investimentos e à atividade econômica.

d) prescinde de formas de intervenção econômica e concentra-se na proteção da livre iniciativa, da competição e dos fluxos de comércio e de investimento.

e) é de grande alcance, envolvendo o apoio ao desenvolvimento da infraestrutura, a concessão de incentivos fiscais e creditícios, o financiamento da produção e das exportações e investimentos em educação e qualificação profissional.

Comentários

Letra A: errada. A *ação governamental* no modelo de industrialização orientada para exportações é *ampla* (e não limitada, como afirma a questão!)

Letra B: errada. O modelo de industrialização orientada para exportações é diametralmente oposto ao modelo de industrialização por substituição de importações. A utilização de *instrumentos tarifários* foi marcante no *modelo de substituição de importações*.



Letra C: errada. A ação governamental no modelo de industrialização orientada para exportações teve papel preponderante (e não subsidiário!)

Letra D: errada. No modelo de industrialização orientada para exportações, há forte intervenção governamental na economia. O governo atua concedendo incentivos fiscais e creditícios aos setores exportadores, como forma de estimular-lhes a atuação no mercado internacional.

Letra E: correta. A forte intervenção governamental foi essencial para o sucesso do modelo de industrialização orientada para exportações. Ela se manifestou por meio da concessão de incentivos fiscais e creditícios (empréstimos), investimentos em educação e em infra-estrutura.

9. (Questão Inédita)

Assinale a alternativa correta sobre barreiras tarifárias e não-tarifárias:

- a) Os direitos *antidumping*, por representarem um adicional ao imposto de importação, são considerados barreiras tarifárias.
- b) A concessão de subsídios à exportação pode, no longo prazo, trazer aumento de bem-estar a uma economia.
- c) As barreiras técnicas e as medidas sanitárias são, muitas vezes, utilizadas como formas arbitrárias de restrição ao comércio internacional, passando, então, a constituir-se em práticas protecionistas disfarçadas.
- d) As práticas arbitrárias de valoração aduaneira e as políticas de preços mínimos são autorizadas pela normativa da OMC quando destinadas a combater um surto de importações.
- e) As restrições cambiais e as restrições quantitativas são admitidas pela normativa da OMC, salvo quando houver graves restrições no Balanço de Pagamentos.

Comentários

Letra A: errada. Os direitos *antidumping* são considerados *barreiras não tarifárias*.

Letra B: errada. A concessão de subsídios à exportação causa, no longo prazo, *distorções sobre a economia*. No curto prazo, a concessão de subsídios à exportação pode até trazer efeitos favoráveis, por expandir as exportações líquidas.

Letra C: correta. As barreiras técnicas e as medidas sanitárias e fitossanitárias são, atualmente, utilizadas como uma forma velada de protecionismo.

Letra D: errada. As práticas arbitrárias de valoração aduaneiras e as políticas de preços mínimos não são autorizadas pela normativa da OMC.



Letra E: errada. As restrições cambiais e as restrições quantitativas são admitidas para salvaguardar a posição financeira exterior e o Balanço de Pagamentos.

10. (INMETRO-2010)

Acerca de tarifas sobre importações e subsídios às exportações, assinale a opção correta.

- a) As tarifas sobre importações consistem em intervenções que os governos realizam para propiciar a distribuição de renda, a promoção de indústrias consideradas cruciais para a economia ou o balanço de pagamentos.
- b) Os subsídios às exportações e as tarifas sobre as importações são quantias destinadas à equalização dos preços, por meio dos quais os bens são comercializados no país e no mercado mundial.
- c) As mudanças nos preços geradas por tarifas sobre importações e subsídios às exportações afetam os termos de troca do país, mas não acometem os termos de troca do resto do mundo.
- d) Os subsídios às exportações tornam mais lucrativa a venda no mercado externo, em relação ao mercado doméstico, excetuando-se a essa situação as circunstâncias em que o preço interno seja mais baixo, de modo que, por meio desse subsídio, seja aumentado o preço dos bens exportados no país.
- e) A intensidade do impacto dos subsídios sobre as exportações e das tarifas de importação sobre os termos de troca relaciona-se diretamente ao desenvolvimento tecnológico do país que impõe a tarifa, de maneira que, caso o país seja uma grande potência tecnológica, não causará forte influência na oferta relativa mundial e na demanda relativa mundial e, portanto, não exercerá forte influência nos preços relativos.

Comentários

Essa foi uma questão muitíssimo difícil!

Letra A: correta. Alguns dos objetivos governamentais ao impor tarifas sobre a importação são:

- promover distribuição de renda (lembrem-se do Teorema Stolper-Samuelson!);
- proteger indústrias consideradas cruciais para a economia (lembrem-se da política comercial estratégica!);
- evitar desequilíbrios no Balanço de Pagamentos (lembrem-se do art. XII do GATT)

Letra B: errada. Não se pode dizer que os subsídios às exportações e as tarifas são destinados à equalização dos preços por meio dos quais os bens são comercializados no país e no mercado mundial. Na verdade, ocorre exatamente o contrário! Ao impor tarifas sobre automóveis, por



exemplo, o governo aumenta o preço pelo qual este automóvel é comercializado internamente. Por outro lado, ao conceder subsídios às exportações de automóveis, o governo reduz o preço pelo qual este automóvel é comercializado no mercado internacional. Há, portanto, uma *divergência entre os preços praticados no mercado interno e no mercado internacional*.

Letra C: errada. *Termos de troca* podem ser definidos como a relação entre o preço das exportações de um país e o preço de suas importações. As tarifas e os subsídios afetam os termos de troca de um país, pois alteram os preços dos produtos. Se estivermos analisando um país grande, as tarifas e os subsídios poderão afetar o preço do produto no mercado mundial e, portanto, os termos de troca do resto do mundo.

Letra D: errada. Os subsídios à exportação terão o efeito de reduzir o preço dos bens exportados.

Letra E: errada. A intensidade do impacto dos subsídios sobre as exportações e das tarifas de importação sobre os termos de troca relaciona-se diretamente ao *tamanho da economia do país que impõe a tarifa*. Caso seja um país grande, ele exercerá forte influência sobre a oferta e demanda relativa mundial.

11. (AFRF 2000)

A Teoria da Concorrência Monopolística não tem o seguinte pressuposto:

- a) Se há comércio intraindústria, um país pode produzir todos os bens.
- b) Existência de diferenciação de produtos.
- c) Existência de economias de escala.
- d) Existência de importante comércio intraindústria.
- e) Existência de um grande número de firmas produzindo bens diferenciados.

Comentários

Letra A: errada. No modelo de concorrência monopolística, **um país não irá produzir todos os produtos**. Ao contrário, em razão das economias de escala, haverá um importante comércio intraindústria. Nesse sentido, uma fábrica na Argentina produzirá o Renault Megane e uma fábrica no Brasil produzirá o Renault Logan. O objetivo é que a especialização leve a economias de escala.

Letra B: correta. Na concorrência monopolística, cada produtor tem o monopólio de seu produto. Isso é obtido por meio da **diferenciação do produto**.

Letra C: correta. O modelo de concorrência monopolística criado por Krugman associa a diversidade de gostos dos consumidores às economias de escala.



Letra D: correta. O modelo da concorrência monopolística busca dar explicações para a existência do comércio intra-indústria.

Letra E: correta. Na concorrência monopolística, há um grande número de produtores. Cada um deles busca diferenciar seu produto pela agregação de uma marca.

12. (AFRF-2000)

Durante crise de encomendas à produção interna de determinado produto do país A, ameaçada pelo aumento desproporcional das importações similares dos países B e C, que subsidiam fortemente a produção e a exportação desse produto, as autoridades econômicas do país A, a fim de obterem uma redução imediata da quantidade do produto importado – bem conhecendo a preferência de seus consumidores pela oferta estrangeira e a inferior qualidade da mercadoria doméstica – deverão adotar como medida mais eficaz a seus propósitos:

- a) o contingenciamento dos produtos importados, fixando quotas ao produto para os países exportadores;
- b) a criação de subsídios à produção e à comercialização do produto manufaturado no país;
- c) o aumento da tarifa aduaneira nas posições referentes a esse produto, a fim de encarecer os importados, para benefício da indústria nacional;
- d) o aumento dos impostos de exportação, a fim de desestimular as exportações do produto doméstico para mercados tradicionais;
- e) o estímulo à preferência pelo produto nacional, mediante a promoção de sorteios de prêmios para seus consumidores.

Comentários

O enunciado da questão descreve uma situação em que a *indústria doméstica do país A*, fabricante de determinado produto, *está sofrendo com o aumento das importações* de produtos similares originários dos países B e C. Os países B e C estão conseguindo obter acesso ao mercado do país B em virtude dos *elevados subsídios* que concedem à produção e exportação do produto.

A pergunta que a questão faz é a seguinte: qual medida *mais eficaz* a ser adotada pelas autoridades econômicas do país A, a fim de obterem uma redução da quantidade de produto importado?

Perceba, caro aluno, que a questão não perguntou qual a *medida legal* a ser adotada. Se estivéssemos falando sobre a medida legal a ser adotada, diríamos que o país A deveria aplicar *medidas compensatórias* para fazer frente ao subsídio. A *medida mais eficaz* é aquela que importa em *maiores restrições ao comércio*.

E o que causa maiores restrições ao comércio?



Em primeiro lugar, seria a proibição de importações. Já que essa alternativa não está entre as opções, vamos para a segunda medida mais restritiva, que é a *imposição de restrições quantitativas* (contingenciamento de importações). A resposta é, portanto, a letra A.



RESUMO – O QUE VAI CAIR NA PROVA?

- 1)** Há dois tipos de políticas comerciais: i) liberalismo e; ii) protecionismo. O liberalismo considera que o comércio internacional é o grande motor do desenvolvimento econômico e defende a eliminação de barreiras comerciais. O protecionismo defende que, por variados motivos, devem ser adotadas restrições ao comércio.
- 2)** O mercantilismo foi uma política econômica eminentemente protecionista, que se baseava na acumulação de ouro e prata. Não foi aplicado de forma homogênea na Europa. Alguns países tiveram como foco a exploração das riquezas coloniais; outros, tinham como foco o desenvolvimento de manufaturas. Em ambos os casos, havia forte intervenção governamental. Buscava-se a obtenção de superávits comerciais, por meio da imposição de barreiras às importações.
- 3)** Atualmente, fala-se em neoprotecionismo ou neomercantilismo. Trata-se de um protecionismo mais requintado, cuja característica central é a utilização de barreiras não-tarifárias.
- 4)** No século XVIII, começam a surgir as primeiras ideias liberais. Chamo sua atenção para a Teoria das Vantagens Absolutas e para a Teoria das Vantagens Comparativas.
- 5)** Teoria das Vantagens Absolutas: cada país deve se especializar na produção de bens em que seja mais eficiente (eficiência medida em termos de custos de produção).
- 6)** Teoria das Vantagens Comparativas: cada país deve se especializar na produção de bens em que seja relativamente mais eficiente. Essa teoria explica que o comércio internacional será possível mesmo quando um país for mais eficiente (tiver vantagens absolutas) na produção de todos os bens considerados.
- 7)** Explicação atual para o fenômeno do comércio internacional: Segundo Paul Krugman, os países participam do comércio internacional por dois motivos: i) as diferenças nas dotações de fatores de produção (o que nos é explicado pelo Teorema Hecksher-Ohlin) e; ii) as economias de escala.
- 8)** Políticas comerciais ao longo da história:
 - a)** Crise de 1929: com a quebra da Bolsa de Nova York, segue-se um período da “Grande Depressão”, no qual há exacerbação das práticas protecionistas. Países se utilizam da “política de empobrecimento do vizinho”, por meio da utilização de “desvalorizações cambiais competitivas.
 - b)** Conferência de Bretton Woods (1944): teve como objetivo estabelecer uma nova ordem para regular as relações econômicas internacionais. Pretendeu criar 3 organizações internacionais: FMI, BIRD e OIC. Dentre essas, apenas a OIC não foi criada. No entanto, em 1947, os países celebraram o GATT, acordo internacional que regulou o comércio internacional sozinho durante quase 50 anos.
 - c)** Sob a égide do GATT, ocorreram sucessivas Rodadas de Negociação. Por meio as tarifas foram reduzidas substancialmente, surgindo uma nova forma de protecionismo: as barreiras não-tarifárias.



d) Barreiras não-tarifárias: medidas sanitárias e fitossanitárias, regulamentos técnicos, restrições quantitativas, medidas antidumping, medidas compensatórias, licenças de importação, taxas múltiplas de câmbio, etc.

e) Década de 90: abertura comercial, motivada pela criação da OMC, surgimento de acordos regionais e iniciativas unilaterais. O liberalismo associa-se à redução de tarifas no marco da OMC, acordos regionais e esquemas preferenciais.

f) Atualidade: com a crise de 2008, houve uma forte retração do comércio internacional e o aprofundamento da utilização de práticas protecionistas. O sistema multilateral de comércio ganhou um fôlego com a Conferência Ministerial de Bali (2013), na qual foi celebrado o primeiro acordo multilateral desde a criação da OMC: o Acordo de Facilitação de Comércio.

9) Argumentos protecionistas com amparo na normativa do sistema multilateral de comércio: deslealdade comercial (art. VI do GATT), déficits no Balanço de Pagamentos (art. XII do GATT), proteção à indústria nascente (art. XVIII do GATT), promoção da segurança nacional (art. XXI do GATT), surto de importações (art. XIX do GATT) e exceções gerais (art. XX do GATT).

10) Efeitos do livre comércio: i) aumento da oferta de produtos; ii) redução dos preços; iii) aumento da satisfação do consumidor; iv) aumento da competitividade e desenvolvimento de novas tecnologias; v) geração de economias de escala; vi) aumento da remuneração do fator de produção abundante (efeito sobre a distribuição de renda) e; vii) exportações são importantes para o PIB.

11) O instrumento protecionista que **maiores distorções** causa ao comércio internacional são as **cotas (restrições quantitativas)**. A OMC defende a utilização de tarifas, que é o instrumento protecionista mais transparente. Os efeitos dos subsídios sobre os preços são exatamente o inverso dos efeitos provocados pelas tarifas.

12) Há diversos tipos de tarifas: **i) tarifas “ad valorem”:** são impostas na forma de um percentual incidente sobre a base de cálculo. Exemplo: 30%, 20%. **ii) tarifas específicas (“ad mensuram”):** são valores impostos sobre uma determinada unidade de medida. Exemplo: R\$ 2,00 / kg; R\$ 3,00 / litro. **iii) tarifas mistas (compostas):** são aquelas que incorporam elementos das tarifas “ad valorem” e das tarifas específicas. Exemplo: R\$ 5,00 / kg + 10%; **iv) tarifas técnicas:** são impostas levando-se em consideração o conteúdo ou os componentes de um determinado produto. Exemplo: R\$ 3,00/ kg de couro; R\$ 2,00/ kg de ferro.

13) Modelos de Industrialização:

a) Modelo de Industrialização orientada para exportações: a produção é destinada ao mercado internacional; exposição à concorrência internacional; estímulo à competitividade das empresas. Há intervenção governamental em larga escala, por meio de apoio ao desenvolvimento da infraestrutura, a concessão de incentivos fiscais e creditícios, o financiamento da produção e das exportações e investimentos em educação e qualificação profissional.



b) Modelo de Substituição de Importações: a produção interna é estimulada por meio da imposição de entraves às importações. O modelo de substituição de importações deriva da “teoria da deterioração dos termos de troca”, criada por Raúl Prébisch.

Segundo a “**teoria da deterioração dos termos de troca**”, os países em desenvolvimento, em virtude de se especializarem na produção de bens primários, levam desvantagem no comércio internacional. Isso porque, com o passar do tempo, os bens primários vão valendo cada vez menos comparados aos bens industrializados.



LISTA DE QUESTÕES Nº 01

1. (AFRF-2000)

A Teoria das Vantagens Absolutas afirma em quais condições determinado produto ou serviço poderia ser oferecido com custo de oportunidade maior que o do concorrente.

2. (AFRF-2000-adaptada)

O grande mérito de Adam Smith foi mostrar que o comércio seria proveitoso para dois países, mesmo que um deles tivesse vantagem absoluta sobre o outro na produção de todas as mercadorias.

3. (AFRF-2002.2- adaptada)

Segundo a teoria clássica do comércio internacional, na concepção de David Ricardo, o comércio entre dois países é mutuamente benéfico quando cada país especializa-se na produção de bens nos quais possa empregar a menor quantidade de trabalho possível, independentemente das condições de produção e do preço dos mesmos bens no outro país, o que permitirá a ambos auferir maiores lucros com a exportação do que com a venda daqueles bens nos respectivos mercados internos.

4. (ACE-2008)

De acordo com o modelo ricardiano, as vantagens comparativas, baseadas em diferenças nos custos de produção, na demanda e na presença de economias de escala, justificam a existência do livre comércio entre países e se traduzem em ganhos adicionais para consumidores e produtores domésticos.

5. (ACE-2002-adaptada)

Ao se considerar a eficiência produtiva dos países "A" e "B", para que o país "A" aproveite os ganhos de vantagem comparativa ao produzir um bem ou serviço específico, ele precisa possuir vantagem absoluta na produção do mesmo bem em relação a "B".

6. (AFRF-2000-adaptada)

O grande mérito de Adam Smith foi mostrar que o comércio seria proveitoso para dois países, mesmo que um deles tivesse vantagem absoluta sobre o outro na produção de todas as mercadorias.

7. (Questão Inédita)



Cada país especializa-se na produção dos bens em que possua vantagem relativa, importando do outro aqueles bens para os quais o custo de oportunidade de produção interna seja relativamente menor.

8. (Instituto Rio Branco – 2013)

As teorias clássicas do comércio internacional baseiam-se na produtividade relativa da mão de obra, e a teoria neoclássica do comércio internacional, na diferença relativa de dotação dos fatores de produção.

9. (ACE-2012)

De acordo com o modelo de David Ricardo, o padrão de especialização produtiva de um país e, por consequência, a composição de sua pauta exportadora está diretamente relacionada às dotação dos fatores de produção.

10. (ACE-2012)

O modelo Hecksher-Ohlin preconiza que um país produzirá e exportará aqueles produtos cujos fatores produtivos sejam aproveitados mais eficientemente, independentemente de sua oferta internamente.

11. (AFRF-2002.2- adaptada)

De acordo com a moderna teoria do comércio internacional, segundo o modelo Hecksher-Ohlin, a produtividade da mão-de-obra determina os padrões de especialização e as possibilidades de comércio entre os países.

12. (Questão Inédita)

O Teorema Heckscher-Ohlin atribui o comércio internacional à diferença de produtividade entre os países, o que é resultado da diferença de tecnologias entre cada um deles.

13. (Questão Inédita)

Segundo o Teorema Hecksher-Ohlin, o comércio entre dois países não será possível quando um país possuir uma dotação superior à de outro país em todos os fatores de produção considerados.

14. (ACE-2012)

O modelo Hecksher-Ohlin permite demonstrar como a oferta relativa de fatores de produção e o emprego dos mesmos em diferentes intensidades na produção explicam os padrões de especialização e as possibilidades do comércio internacional.



15. (ACE-2012)

O aproveitamento de economias de escala em diferentes países conduz à especialização em um número restrito de produtos, reduzindo assim a oferta de bens no mercado mundial e as possibilidades de comércio entre eles.

16. (ACE-2012)

Em um modelo de concorrência imperfeita e em condições monopolísticas, o comércio internacional é restringido pela segmentação dos mercados, escalas de produção limitadas e pequena diversidade de bens disponíveis para o intercâmbio comercial.

17. (ACE-2012)

Mesmo em condições de concorrência imperfeita, as possibilidades e os ganhos do comércio resultam de vantagens comparativas relativas tal como definidas no modelo ricardiano e não do aproveitamento de economias de escala pelas indústrias.

18. (ACE-2012)

No modelo de concorrência monopolística centrado na produção de manufaturas, um país tanto produzirá e exportará bens manufaturados como também os importará, alimentando assim o comércio intraindústrias e gerando ganhos extras no comércio internacional.

19. (ACE-2012)

Os rendimentos crescentes associados ao aproveitamento de economias de escala alimenta a concentração monopolística, levando assim ao aumento dos preços nos mercados domésticos e no mercado internacional e impactando negativamente o comércio internacional.

20. (Questão Inédita)

Segundo Krugman, o comércio internacional é possível entre países que tenham estruturas de produção semelhante, tendo em vista as economias de escala.

21. (ACE-2008)

A hipótese de Linder de que o volume de comércio é maior entre países ricos e semelhantes do que entre países com níveis de rendimento per capita distintos decorre, em parte, da existência de economias de escala e dos padrões diferenciados de demanda que prevalecem nesses dois grupos de países.

22. (Questão Inédita)



Segundo Linder, o comércio de produtos primários seria explicado pelo Teorema Heckscher-Ohlin. Já o comércio de produtos industrializados é determinado pela estrutura da demanda, cujo principal determinante é a renda per capita de um país.

23. (Questão Inédita)

O modelo ricardiano ignora o papel das economias de escala como uma causa do comércio internacional, o que torna impossível explicar, pela Teoria das Vantagens Comparativas, os grandes fluxos comerciais entre nações aparentemente similares.

24. (AFTN- 1998-adaptada)

Segundo a lógica protecionista, o comércio e a indústria são mais importantes para um país do que a agricultura e, portanto, devem ser submetidos a tarifas para evitar a concorrência com produtos estrangeiros.

25. (AFTN-1998-adaptada)

Está relacionada com a prática do mercantilismo o princípio segundo o qual o Estado deve incrementar o bem-estar nacional.

26. (AFTN-1998-adaptada)

Está relacionado com a prática do mercantilismo o conjunto de concepções que incluía o protecionismo, a atuação ativa do Estado e a busca de acumulação de metais preciosos, que foram aplicadas em toda a Europa homogeneamente no século XVII.

27. (AFTN – 1998- adaptada)

Segundo o mercantilismo, o comércio exterior deve ser estimulado, pois um saldo positivo na balança fornece um estoque de metais preciosos.

28. (AFTN – 1998 – adaptada)

Segundo o mercantilismo, a riqueza da economia depende do aumento da população e do volume de metais preciosos do país.

29. (AFTN – 1998 – adaptada)

Segundo o mercantilismo, uma forte autoridade central é essencial para a expansão dos mercados e a proteção dos interesses comerciais.

30. (AFTN-1998-adaptada)



Segundo o livre-cambismo, é correto afirmar-se que o governo deve se limitar à manutenção da lei e da ordem.

31. (AFTN – 1998- adaptada)

Segundo o livre cambismo, o governo deve remover todos os obstáculos legais para o funcionamento de um comércio livre.

32. (AFTN – 1998- adaptada)

Segundo o livre cambismo, todas as moedas devem ser conversíveis em ouro.

33. (AFRFB-2009)

A participação no comércio internacional é importante dimensão das estratégias de desenvolvimento econômico dos países, sendo perseguida a partir de ênfases diferenciadas quanto ao grau de exposição dos mercados domésticos à competição internacional.

34. (AFRFB-2009- adaptada)

As políticas comerciais inspiradas pelo neo-mercantilismo privilegiam a obtenção de superávits comerciais notadamente pela via da diversificação dos mercados de exportação para produtos de maior valor agregado.

35. (AFRF – 2000)

O livre cambismo é uma doutrina de comércio estabelecida através de tarifas protecionistas, a subvenção de créditos, a adoção de câmbios diferenciados.

36. (AFRF – 2000)

O livre cambismo rege que a livre troca de produtos no campo internacional, os quais seriam vendidos a preços mínimos, num regime de mercado, se aproximaria ao da livre concorrência perfeita.

37. (AFRF – 2000)

O livre cambismo é uma doutrina pela qual o governo não prevê a remoção dos obstáculos legais em relação ao comércio e aos preços.

38. (AFRFB-2009)

Países que adotam políticas comerciais de orientação liberal são contrários aos esquemas preferenciais, como o Sistema Geral de Preferências, e aos acordos regionais e sub-regionais



de integração comercial celebrados no marco da Organização Mundial do Comércio por conterem, tais esquemas e acordos, componentes protecionistas.

39. (AFRF -2003)

Sobre o protecionismo, em suas expressões contemporâneas, é correto afirmar-se que tem aumentado em razão da proliferação de acordos de alcance regional que mitigam o impulso liberalizante da normativa multilateral.

40. (AFRF-2002.2)

Com relação às práticas protecionistas, tal como observadas nas últimas cinco décadas, é correto afirmar-se que assumiram expressão preponderantemente não-tarifária à medida que, por força de compromissos multilaterais, de acordos regionais e de iniciativas unilaterais, reduziram-se as barreiras tarifárias.

41. (AFRF – 2003)

Sobre o protecionismo, em suas expressões contemporâneas, é correto afirmar-se que possui expressão eminentemente tarifária desde que os membros da OMC acordaram a tarifificação das barreiras não-tarifárias.

42. (AFRF-2002.1)

No que se refere ao comércio internacional, a década de noventa foi caracterizada pelo recrudescimento do protecionismo em virtude do contexto recessivo herdado da década anterior.

43. (AFRF-2002.1)

No que se refere ao comércio internacional, a década de noventa foi caracterizada pela preponderância das exportações de serviços aos países desenvolvidos.!

44. (AFRF-2002.2)

Com relação às práticas protecionistas, tal como observadas nas últimas cinco décadas, é correto afirmar-se que encontram amparo na normativa da Organização Mundial do Comércio (OMC), quando justificadas pela necessidade de corrigir falhas de mercado, proteger indústrias nascentes, responder a práticas desleais de comércio e corrigir desequilíbrios comerciais.

45. (AFRF-2000-adaptada)

São razões que levam à adoção de tarifas alfandegárias: a necessidade de aumento da arrecadação governamental, o desequilíbrio no Balanço de Pagamentos, a proteção à indústria nascente, a promoção da segurança nacional e o estímulo à competitividade de uma empresa.



46. (ACE – 2002)

O argumento que analisa a aquisição de experiência pela economia nacional, baseado no princípio de se “aprender fazendo”, o que permite justificar a proteção a tais indústrias por tempo indeterminado, preferencialmente longo, já que a inovação é condição necessária à manutenção da competitividade industrial.

47. (AFTN-1996-adaptada)

Segundo as ideias de Friedrich List, o livre cambismo é incapaz de promover a justiça social.

48. (AFTN-1996-adaptada)

Segundo as idéias de Friedrich List, o livre cambismo atende apenas aos interesses dos grandes exportadores, que usam a liberdade econômica para estabelecer monopólios e cartéis.

49. (AFTN – 1996)

Segundo Friedrich List, não existe livre cambismo na prática. Todos os países são protecionistas em razão da intervenção do Estado.

50. (ACE-2008)

A ausência de um sistema financeiro eficiente, que permita canalizar a poupança dos setores tradicionais para as novas indústrias, por representar uma falha de mercado, justifica o uso de restrições comerciais, tais como tarifas e subsídios, para proteger a indústria nascente.

51. (AFTN – 1998 – adaptada)

Segundo a lógica protecionista, as indústrias-chave da defesa nacional devem ser protegidas para evitar a ação de fornecedores estrangeiros.

52. (AFTN-1996-adaptada)

Segundo as ideias de Friedrich List, o livre cambismo é bom para os países de economia madura, mas os países com indústrias nascentes necessitam de alguma forma de proteção.

53. (AFRF-2002.2)

Entre os fatores que explicam o efeito positivo do comércio sobre o crescimento destacam-se a crescente importância dos setores exportadores na formação do Produto Interno dos países; as pressões em favor da estabilidade cambial e monetária que provêm do comércio; e o aumento da demanda agregada sobre a renda.

54. (AFRF – 2002.2)



Entre os fatores que explicam o efeito positivo do comércio sobre o crescimento destacam-se a melhor eficiência alocativa propiciada pelas trocas internacionais; a substituição de importações; e a conseqüente geração de superávits comerciais.

55. (AFRF – 2002.2)

Entre os fatores que explicam o efeito positivo do comércio sobre o crescimento destacam-se a crescente importância das exportações para o Produto Interno dos países; a importância das importações para o aumento da competitividade; e o melhor aproveitamento de economias de escala.

56. (AFTN- 1998 – adaptada)

Segundo o livre cambismo, existe uma divisão internacional do trabalho.

57. (AFTN – 1998 – adaptada)

Segundo a lógica protecionista, a adoção de tarifas favorece a criação de empresas nacionais.

58. (AFTN – 1998 – adaptada)

Segundo a lógica protecionista, quando há capacidade ociosa, as tarifas contribuem para aumentar o nível de atividade e de emprego, e, portanto, de renda de um dado país.

59. (AFTN – 1998- adaptada)

Segundo a lógica protecionista, é preciso manter as indústrias de um país em um nível tal que possam atender à demanda em caso de corte de fornecimento externo devido a uma guerra.

60. (ACE-2012)

A imposição de tarifas às importações exerce importantes efeitos sobre a renda internamente. Acerca desses efeitos, é correto afirmar que a renda do governo e dos produtores domésticos beneficiados com a proteção tarifária aumenta, ao mesmo tempo em que se reduz o poder aquisitivo dos consumidores.

61. (AFRFB 2009)

A política de substituição de importações valeu-se preponderantemente de instrumentos de incentivos à produção e às exportações, tendo o protecionismo tarifário importância secundária em sua implementação.

62. (ACE-2002-adaptada)



Historicamente, os processos de industrialização por substituição de importações favoreceram o desenvolvimento tecnológico em escala global, já que as economias mais atrasadas alcançam condições para desenvolver indústrias que passarão a competir com as das economias desenvolvidas.

63. (ACE-2002)

Entre as principais críticas aos instrumentos utilizados para proteger indústrias nascentes estão os argumentos que apontam algumas de suas implicações, a exemplo da dificuldade de se combinar as indústrias que devem receber proteção com o modelo de substituição de importações, a concordância das indústrias em dispensar a proteção recebida e seus efeitos deletérios sobre outras indústrias.

64. (AFRF-2000-adaptada)

A Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) teve um papel decisivo na criação da ALALC.

65. (AFRF – 2000-adaptada)

Segundo a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), o comércio internacional tendia a gerar uma desigualdade básica nas relações de troca (uma deterioração nas relações de troca) pois os preços das matérias-primas tendiam a declinar a longo prazo, enquanto o preço dos produtos manufaturados (fabricados em geral em países desenvolvidos) tendia a subir.

66. (AFRF – 2000-adaptada)

Segundo a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), os países produtores de bens primários deveriam diversificar sua produção, deixando de ser produtores de monoculturas.

67. (AFRF – 2000-adaptada)

Segundo a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), os países em desenvolvimento deveriam procurar exportar produtos manufaturados.

68. (AFRF – 2000-adaptada)

Segundo a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), os países em desenvolvimento deveriam abrir suas economias para torná-las mais competitivas e assim conquistarem espaço no comércio internacional.

69. (AFRF-2000-adaptada)

Segundo a teoria do desenvolvimento, que tem como um de seus maiores expoentes na América Latina o argentino Raúl Prébisch, os países subdesenvolvidos, pesadamente



dependentes da produção e exportação de produtos primários, deveriam rejeitar a teoria das vantagens comparativas e industrializar-se a qualquer custo.

70. (ACE – 2002)

Os processos de industrialização por substituição de importações mostraram-se eficientes ao longo do século XX, como ilustra o desempenho dos chamados “Tigres Asiáticos”.

71. (ACE-2002)

Aceitando-se que os processos de industrialização por substituição de importações podem ser bem-sucedidos, implicam a necessidade da opção, pela sociedade que os implementam, de financiar um setor econômico específico, uma vez que requeiram a imposição de políticas que distorcem, a um tempo, os fluxos comerciais e a alocação eficiente dos fatores de produção internos.

72. (ACE-2008)

Estratégias de desenvolvimento por meio da substituição de importações tendem a incluir um viés em favor do setor urbano industrial porque essas políticas, além de insularem o setor industrial da concorrência internacional, contribuem também para reduzir o desemprego urbano, elevar os preços agrícolas e valorizar as taxas de câmbio.

73. (AFRF – 2000- adaptada)

Segundo a teoria do desenvolvimento, os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento devem procurar manter a capacidade de produzir um único artigo, considerado estratégico, tal como combustível, café, armamento bélico etc., mesmo que tal atitude seja desinteressante em termos puramente econômicos.

74. (AFRF – 2000 – adaptada)

Segundo Prébisch, devido à tendência secular de deterioração dos termos de intercâmbio dos produtos industriais que os países desenvolvidos exportavam e os bens primários que exportavam os países atrasados, a única solução a médio e longo prazos para estes últimos seria modificar sua inserção na economia mundial, produzindo localmente aqueles bens industriais que antes importavam, através de políticas que procurassem substituir essas importações, criando uma indústria nacional protegida pelo Estado.

75. (AFRF – 2000)-

O livre cambismo só beneficia os países em desenvolvimento, que apresentam uma pauta de exportações onde a maioria dos produtos possui demanda inelástica.

76. (AFRFB-2009)



As economias orientadas para as exportações, como as dos países do Sudeste Asiático, praticam políticas comerciais liberais em que são combatidos os incentivos e quaisquer formas de proteção setorial, privilegiando antes a criação de um ambiente econômico favorável à plena competição comercial.

77. (ACE-2002 - adaptada)

No que concerne a políticas públicas implementadas pelos governos, os processos de industrialização por substituição de importações assemelham-se aos processos de industrialização baseados em atividades orientadas para a exportações. Diferenciam-se apenas pela ênfase na diversificação da pauta de importações.

78. (ACE-2008)

Os ganhos derivados do uso de políticas industriais orientadas para as exportações serão mais elevados quando adotadas por países pequenos, em que os setores potencialmente exportadores apresentam substanciais economias internas de escala.

79. (AFRFB-2009)

A ênfase ao estímulo à produção e à competitividade de bens de alto valor agregado e de maior potencial de irradiação econômica e tecnológica a serem destinados fundamentalmente para os mercados de exportação caracteriza as políticas comerciais estratégicas.

80. (ACE-2002)

Desde que ocorra, a proteção a indústrias nascentes atinge os resultados pretendidos a custos semelhantes, não importando muito se utiliza instrumentos tais como cotas, subsídios ou tarifas.

81. (ANCINE – 2013)

Os acordos voluntários de restrição às exportações (AVRE) não são considerados barreiras ao comércio exterior, sendo incentivados pela OMC como alternativas às barreiras tarifárias.

82. (ACE-2002)

Subsídios a exportações podem produzir resultados positivos em uma economia nacional no curto prazo, por expandir as exportações líquidas, mas, no longo prazo, implicam distorções que dificultam a alocação eficiente de fatores de produção tanto internamente como, dependendo do tamanho da economia, em âmbito global.

83. (ACE-1997 - adaptada)



Os Acordos Voluntários de Restrição às Exportações (AVRE's) têm como objetivo principal levar o país a equilibrar suas exportações, como em um sistema de compensações.

84. (AFRF-2000-adaptada)

As Barreiras não-tarifárias são frequentemente apontadas como grandes obstáculos ao comércio internacional. Podem vir a se constituir Barreiras não-tarifárias (BNT) as medidas fitossanitárias, normas de segurança, as licenças de importação e as cotas.

85. (AFRF-2000 – adaptada)

É exemplo de prática restritiva adotada pelos governos a negociação de acordos voluntários de restrição às exportações.

86. (AFRF – 2000)

É exemplo de prática restritiva adotada pelos governos a manutenção de barreiras à entrada no mercado de produto estrangeiro para proteger o produtor doméstico.

87. (ACE-2012)

Em relação aos subsídios às exportações, é correto afirmar que seus efeitos sobre os preços no mercado interno do país que os aplica são semelhantes aos de uma tarifa sobre as importações.

88. (ACE-2012)

Em relação aos subsídios às exportações, é correto afirmar que produzem deterioração dos termos de troca ao elevar os preços no mercado interno e reduzi-los nos mercados de destino, o que é compensado pelo aumento da renda que provocam no mercado interno.

89. (ACE-2012)

Em relação aos subsídios às exportações, é correto afirmar que possuem efeitos positivos em termos do bem-estar econômico geral de um país na medida em que contribuem diretamente para o crescimento e diversificação da atividade econômica e para o aumento do emprego e da renda nos setores exportadores.



LISTA DE QUESTÕES Nº 02

1. (AFRF-2000)

A transnacionalização é um fenômeno distinto que, sutilmente, relega a internacionalização comercial quase a um segundo plano. Este fenômeno começou a ser percebido a meados dos anos sessenta, quando o valor da produção das subsidiárias dos grandes conglomerados industriais no estrangeiro começou a superar o valor do comércio internacional. O auge da inversão estrangeira direta, que alentou a instalação destas sucursais, deveu-se a múltiplos fatores: a reconstrução e recuperação de um mundo destruído pela guerra, o descobrimento da possibilidade de dividir o ciclo produtivo de maneira muito mais fina do que no passado e a compreensão de que era possível ter acesso às vantagens comparativas (relativas) peculiares que ofereciam os diversos países e regiões do mundo. O grande mérito de um economista foi mostrar que o comércio também seria proveitoso para dois países, mesmo que um deles tivesse vantagem absoluta sobre o outro na produção de todas as mercadorias; mas sua vantagem seria maior em alguns produtos do que em outros.

O economista em questão foi:

- a) Adam Smith
- b) Stephen Kanitz
- c) Keneth Galbraith
- d) Karl Max
- e) David Ricardo

2. (ACE-2012)

De acordo com o modelo de David Ricardo, o padrão de especialização produtiva de um país e, por consequência, a composição de sua pauta exportadora está diretamente relacionada à(s):

- a) diferenças entre os custos de remuneração do capital em diferentes indústrias.
- b) vantagens relativas determinadas pela produtividade do fator trabalho em diferentes indústrias.
- c) dotação dos fatores de produção.
- d) vantagens absolutas derivadas das diferenças na remuneração da mão de obra.
- e) vantagens comparativas relativas determinadas pela produtividade do capital.



3. (AFRF-2000)

Tradicionalmente os países latino-americanos mantiveram economias fechadas, fundamentalmente primário-exportadoras, com uma indústria incipiente e protegida; governos grandes, nacionalistas e pouco eficientes; setores privados excessivamente tímidos e quase inexistentes, sociedades simples, mas tremendamente dicotômicas; mercados de trabalho fortemente concentrados, e uma cultura paroquial que, de acordo com um ditado mexicano, vivia agarrada ao passado. Os primeiros passos de sua inserção no processo de globalização lhes deram acesso aos mercados comerciais, tecnológicos e financeiros internacionais e, o que é mais importante, aos mercados do conhecimento e das ideias, que favoreceu o fortalecimento de suas vinculações políticas com o resto do mundo, permitindo-lhes constituir esquemas de integração competitivos, abertos e extrovertidos, proporcionando a diversificação de sua estrutura social e ocupacional, exercendo pressão para a melhoria de seus sistemas educativos, estabelecendo desafios, cujas respostas estão surpreendentemente atrasadas, do ponto de vista da modernização de seus sistemas políticos e do Estado. Já vimos que o comércio internacional depende das diferenças dos custos (ou preços) relativos dos artigos produzidos pelos vários países.

Por que os países apresentam uma estrutura de custo diferenciado?

- a) A resposta nos é dada pelo economista Adam Smith em sua obra “Comércio Inter-regional e Internacional”.
- b) A resposta nos é dada pelo economista Bertil Ohlin em sua obra “Comércio Inter-regional e Internacional”.
- c) A resposta nos é dada pelo economista Peter Schumpeter em sua obra “Comércio Interregional e Internacional”.
- d) A resposta nos é dada pelo economista Francis Fukuyama em sua obra “Comércio Interregional e Internacional”.
- e) A resposta nos é dada pelo economista Paul Singer em sua obra “Comércio Inter-regional e Internacional”.

4. (Questão Inédita)-

Levando-se em consideração as teorias do comércio internacional e as políticas comerciais utilizadas pelos países, analise os itens a seguir e atribua a letra (V) para as assertivas verdadeiras e a letra (F) para as falsas. Em seguida, marque a opção que contenha a sequência correta:

- () O modelo ricardiano não é suficiente para explicar o comércio internacional quando um país é mais eficiente que outro na produção de todos os bens considerados.



() A imposição de tarifas e restrições quantitativas sobre as importações aumenta a competitividade da indústria nacional.

() As vantagens comparativas decorrem das diferenças nas dotações de fatores de produção entre os países.

() As políticas comerciais estratégicas têm como objetivo gerar externalidades positivas através do estímulo a setores intensivos em tecnologia.

() A deterioração dos termos de troca é tese defendida pela corrente estruturalista, que argumenta que os países em desenvolvimento possuem desvantagem no comércio internacional e que, em razão disso, devem promover uma industrialização voltada para fora.

a) FFVVF

b) FFVFF

c) FVFVV

d) VFVVF

e) VVVVF

5. (Questão Inédita)

Assinale a alternativa incorreta acerca das políticas comerciais:

a) A doutrina econômica aponta a existência de falhas de mercado como um argumento para a utilização de práticas protecionistas.

b) A imposição de restrições quantitativas é admitida pela normativa do sistema multilateral de comércio em situações excepcionais.

c) O comércio internacional é resultado das diferentes dotações de fatores de produção entre os países e das economias de escala.

d) Segundo a teoria econômica, o livre comércio pode alterar a distribuição de renda em uma economia em favor dos detentores do fator de produção abundante no território do país.

e) A proteção a setores intensivos em tecnologia tem por efeito desestimular a inovação, não sendo possível falar-se em geração de externalidades positivas decorrentes do protecionismo.

6. (Questão Inédita)



“O estudo de economia internacional nunca foi tão importante como agora. No começo do século XXI, as nações estão mais intimamente ligadas do que antes, por meio do comércio de bens e serviços, dos fluxos de moedas e do investimento nas demais economias. E a economia global criada por essas ligações é um mar bem agitado: os formuladores de política econômica e os líderes empresariais em cada país, incluindo os Estados Unidos, precisam levar em conta as mudanças, às vezes velozes, na prosperidade econômica mundo afora.”

KRUGMAN, Paul & OBSTFELD, Maurice. Economia Internacional, 8ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. pp. 01

Assinale a alternativa incorreta acerca das políticas comerciais:

- a) O livre comércio, além de evitar as perdas de eficiência associadas à proteção, elimina as distorções de produção e consumo.
- b) O livre comércio fornece maiores oportunidades para a inovação e aprendizagem do que um sistema de comércio “administrado”.
- c) Um país grande, ao impor uma tarifa sobre as importações de determinado produto, pode afetar os preços internacionais desse produto, beneficiando, assim, seus termos de troca.
- d) A possibilidade de vazamentos tecnológicos e a existência de defeitos nos mercados de trabalho e de capitais são argumentos apresentados a favor de políticas comerciais liberais.
- e) As políticas comerciais adotadas com base em falhas de mercado são consideradas “políticas do segundo melhor”.

7. (AFRF-2003)

Sobre o protecionismo, em suas expressões contemporâneas, é correto afirmar-se que:

- a) tem aumentado em razão da proliferação de acordos de alcance regional que mitigam o impulso liberalizante da normativa multilateral.
- b) possui expressão eminentemente tarifária desde que os membros da OMC acordaram a tarifificação das barreiras não-tarifárias.
- c) assume feições preponderantemente não-tarifárias, associando-se, entre outros, a procedimentos administrativos e à adoção de padrões e de controles relativos às características sanitárias e técnicas dos bens transacionados.
- d) vem diminuindo progressivamente à medida que as tarifas também são reduzidas a patamares historicamente menores.



e) associa-se a estratégias defensivas dos países em desenvolvimento frente às pressões liberalizantes.

8. (ACE-2012)

Considerando-se a ação governamental no modelo de industrialização orientada para as exportações, é correto afirmar que:

a) é limitada em razão do protagonismo central dos agentes econômicos privados nacionais e estrangeiros atuantes na atividade exportadora na realização de investimentos produtivos e em relação aos fatores que garantem competitividade nos mercados internacionais.

b) é semelhante à desenvolvida no modelo de substituição de importações na medida em que está centrada na aplicação de instrumentos tarifários e incentivos à produção.

c) é de caráter subsidiário e envolve fundamentalmente a promoção de marcos políticos, jurídicos e institucionais favoráveis aos investimentos e à atividade econômica.

d) prescinde de formas de intervenção econômica e concentra-se na proteção da livre iniciativa, da competição e dos fluxos de comércio e de investimento.

e) é de grande alcance, envolvendo o apoio ao desenvolvimento da infraestrutura, a concessão de incentivos fiscais e creditícios, o financiamento da produção e das exportações e investimentos em educação e qualificação profissional.

9. (Questão Inédita)

Assinale a alternativa correta sobre barreiras tarifárias e não-tarifárias:

a) Os direitos *antidumping*, por representarem um adicional ao imposto de importação, são considerados barreiras tarifárias.

b) A concessão de subsídios à exportação pode, no longo prazo, trazer aumento de bem-estar a uma economia.

c) As barreiras técnicas e as medidas sanitárias são, muitas vezes, utilizadas como formas arbitrárias de restrição ao comércio internacional, passando, então, a constituir-se em práticas protecionistas disfarçadas.

d) As práticas arbitrárias de valoração aduaneira e as políticas de preços mínimos são autorizadas pela normativa da OMC quando destinadas a combater um surto de importações.

e) As restrições cambiais e as restrições quantitativas são admitidas pela normativa da OMC, salvo quando houver graves restrições no Balanço de Pagamentos.



10. (INMETRO-2010)

Acerca de tarifas sobre importações e subsídios às exportações, assinale a opção correta.

- a) As tarifas sobre importações consistem em intervenções que os governos realizam para propiciar a distribuição de renda, a promoção de indústrias consideradas cruciais para a economia ou o balanço de pagamentos.
- b) Os subsídios às exportações e as tarifas sobre as importações são quantias destinadas à equalização dos preços, por meio dos quais os bens são comercializados no país e no mercado mundial.
- c) As mudanças nos preços geradas por tarifas sobre importações e subsídios às exportações afetam os termos de troca do país, mas não acometem os termos de troca do resto do mundo.
- d) Os subsídios às exportações tornam mais lucrativa a venda no mercado externo, em relação ao mercado doméstico, excetuando-se a essa situação as circunstâncias em que o preço interno seja mais baixo, de modo que, por meio desse subsídio, seja aumentado o preço dos bens exportados no país.
- e) A intensidade do impacto dos subsídios sobre as exportações e das tarifas de importação sobre os termos de troca relaciona-se diretamente ao desenvolvimento tecnológico do país que impõe a tarifa, de maneira que, caso o país seja uma grande potência tecnológica, não causará forte influência na oferta relativa mundial e na demanda relativa mundial e, portanto, não exercerá forte influência nos preços relativos.

11. (AFRF 2000)

A Teoria da Concorrência Monopolística não tem o seguinte pressuposto:

- a) Se há comércio intraindústria, um país pode produzir todos os bens.
- b) Existência de diferenciação de produtos.
- c) Existência de economias de escala.
- d) Existência de importante comércio intraindústria.
- e) Existência de um grande número de firmas produzindo bens diferenciados.

12. (AFRF-2000)

Durante crise de encomendas à produção interna de determinado produto do país A, ameaçada pelo aumento desproporcional das importações similares dos países B e C, que



subsidiar fortemente a produção e a exportação desse produto, as autoridades econômicas do país A, a fim de obterem uma redução imediata da quantidade do produto importado – bem conhecendo a preferência de seus consumidores pela oferta estrangeira e a inferior qualidade da mercadoria doméstica – deverão adotar como medida mais eficaz a seus propósitos:

- a) o contingenciamento dos produtos importados, fixando quotas ao produto para os países exportadores;
- b) a criação de subsídios à produção e à comercialização do produto manufaturado no país;
- c) o aumento da tarifa aduaneira nas posições referentes a esse produto, a fim de encarecer os importados, para benefício da indústria nacional;
- d) o aumento dos impostos de exportação, a fim de desestimular as exportações do produto doméstico para mercados tradicionais;
- e) o estímulo à preferência pelo produto nacional, mediante a promoção de sorteios de prêmios para seus consumidores.



GABARITO – LISTA DE QUESTÕES Nº 01

1.	E
2.	E
3.	E
4.	E
5.	E
6.	E
7.	E
8.	C
9.	E
10.	E
11.	E
12.	E
13.	E
14.	C
15.	E
16.	E
17.	E
18.	C
19.	E
20.	C
21.	C
22.	C
23.	C
24.	E
25.	C
26.	E
27.	C
28.	C
29.	C
30.	C
31.	C
32.	E
33.	C
34.	E
35.	E
36.	C
37.	E
38.	E
39.	E



40.	C
41.	E
42.	E
43.	E
44.	E
45.	E
46.	E
47.	E
48.	E
49.	E
50.	C
51.	C
52.	C
53.	E
54.	E
55.	C
56.	C
57.	C
58.	C
59.	C
60.	C
61.	E
62.	E
63.	E
64.	C
65.	C
66.	C
67.	C
68.	E
69.	C
70.	E
71.	C
72.	E
73.	E
74.	C
75.	E
76.	E
77.	E
78.	C
79.	C
80.	E
81.	E



82.	C
83.	E
84.	C
85.	C
86.	C
87.	E
88.	E
89.	E



GABARITO – LISTA DE QUESTÕES Nº 02

1.	Letra E
2.	Letra B
3.	Letra B
4.	Letra A
5.	Letra E
6.	Letra D
7.	Letra C
8.	Letra E
9.	Letra C
10.	Letra A
11.	Letra A
12.	Letra A



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.